

INCIPIIT 12
XV WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS

INCIPIT 12

XV Workshop de Estudos Medievais

13 e 14 de Abril de 2023

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Grupo Informal de História Medieval

Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2024

TÍTULO

Incipit 12. XV Workshop de Estudos Medievais

EDIÇÃO

Grupo Informal de História Medieval
Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ISBN

978-989-9193-14-7

DOI

<https://doi.org/10.21747/978-989-9193-14-7/inc12>

COMPOSIÇÃO E PAGINAÇÃO

Grupo Informal de História Medieval

IMAGEM DE CAPA

A.N.T.T., Gavetas, Gav. 20, mç. 6, n. 6.

RESPONSÁVEL CIENTÍFICO

Luís Miguel Duarte (U. Porto)

AVALIAÇÃO CIENTÍFICA

Ana Cristina Sousa (CITCEM – U. Porto) • André Evangelista Marques (IEM – U. Nova de Lisboa)
André Silva (CITCEM – U. Porto) • Andrea Mariani (CITCEM) • Clara Barros (CLUP – U. Porto)
Diogo Faria (CITCEM – U. Porto) • Filipe Alves Moreira (SMELPS – U. Porto)
Flávio Miranda (CITCEM – U. Porto) • Joana Lencart (CITCEM – U. Porto)
Joana Sequeira (Lab2PT – U. Minho) • João Luís Inglês Fontes (IEM – U. Nova de Lisboa)
João Rebalde (IF – U. Porto) • Maria Leonor Botelho (CITCEM – U. Porto)
Maria José Azevedo Santos (CHCS – U. Coimbra) • Mariana Leite (SMELPS – U. Porto)
Miguel Aguiar (IEM – U. Nova de Lisboa) • Pedro Monteiro (SMELPS – U. Porto)
Sara Prata (IEM – U. Nova de Lisboa)

APOIOS

Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Copyright © Autores e Grupo Informal de História Medieval

☞ Todos os direitos reservados, em harmonia com a lei em vigor

Setembro de 2024

Índice

- 5 **Apresentação**
Grupo Informal de História Medieval
- 7 **Writing history in Renaissance Italy: the Venetian chronicle of Gian Giacomo Caroldo**
Nicola Fazioni
- 18 **A Nação Portuguesa de Antuérpia: mercadores, mercadorias e capitais (1535-1540)**
Bruno Miguel Duarte Faustino
- 31 **Uma proposta de investigação sobre a Vida e a Morte das Comunidades de São Bartolomeu de Coimbra através do *Timelink***
Mariana Barreira
- 48 **Um Tesouro dos inícios do século XV em Penela da Beira: proposta de dissertação de mestrado**
João Teixeira Moreira
- 60 **Os cardeais de Portugal e o século XV: famílias, redes sociais e relações luso-pontifícias. Uma proposta de doutoramento**
André Moutinho Rodrigues
- 82 **O cartório e a memória medieval do Mosteiro de São Salvador de Grijó: as linhas de investigação**
Ana Catarina Soares
- 89 **Os instrumentos musicais e a música do *al-Andalus* português: um contributo da arqueomusicologia**
Alexandre Miguel Serafim Bento
- 111 ***Crónica Breve do Arquivo Nacional: os livros de inquirições e a historiografia do século XV***
Diana Fontão
- 121 **Public finance, administration and power relations in the early Renaissance. Burgundy and Savoy in the 15th century**
Carlo Ludovico Severgnini
- 136 **A pantera: dos bestiários ao *Orto do Esposo***
Camila Seixas e Sousa

Apresentação

Os textos agora publicados resultam de mais uma edição do *Workshop de Estudos Medievais*, que desde há muito tempo são uma referência para todos quantos em Portugal se debruçam sobre a investigação da nossa Idade Média.

Este novo número da *Incipit* vem dar continuidade a um projecto que o Grupo Informal de História Medieval iniciou há vários anos, e que propõe a livre discussão dos projectos de mestrado e doutoramento de alunos de universidades portuguesas e estrangeiras.

Esta última edição do *Workshop de Estudos Medievais* voltou a reunir na Faculdade de Letras da Universidade do Porto um conjunto heterogéneo de investigadores que muito contribuíram para o enriquecimento científico de todos os participantes, tanto pela originalidade das suas investigações, como também pelas diferentes experiências de trabalho que se dispuseram a partilhar.

Por essa razão, a Comissão Organizadora do *Workshop de Estudos Medievais* oferece aqui os seus sinceros agradecimentos pela participação entusiástica de todos os estudantes, investigadores e professores.

Nesta edição da *Incipit*, para além dos nove textos apresentados na edição de 2023, acrescentamos um último, ainda da edição de 2022, mas que por vários condicionamentos não foi possível publicar anteriormente.

Por outro lado, os Editores deste novo número concordaram em alterar substancialmente a apresentação gráfica desta nova edição, sem comprometer a legibilidade com que os anteriores números da *Incipit* sempre se apresentaram.

Agradecimentos são devidos ao responsável científico por esta edição, o Professor Doutor Luís Miguel Duarte, bem como à comunidade científica que abertamente se disponibilizou para a revisão dos textos apresentados. Também cumpre-nos agradecer à Direcção da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, aos responsáveis pelo Mestrado em Estudos Medievais e à Associação de Estudantes. Por fim, um devido obrigado à Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na pessoa da sua Directora, a Dra. Isabel Leite, bem como aos restantes funcionários e colaboradores, pela disponibilidade que demonstraram em publicar este número da *Incipit*.

A COMISSÃO ORGANIZADORA

André Moutinho Rodrigues

João Pedro Alves

João Teixeira Moreira

Marco Alexandre Ribeiro

Rui B. Queirós de Faria

*Esta página foi deixada
propositadamente
em branco*



Writing history in Renaissance Italy: the Venetian chronicle of Gian Giacomo Caroldo

NICOLA FAZIONI

Università di Bologna, Alma Mater Studiorum

<https://doi.org/10.21747/978-989-9193-14-7/inc12/a1>

Sumário

A crónica de Veneza escrita pelo diplomata veneziano Gian Giacomo Caroldo (1480ca.-1539) é reconhecida como uma das fontes mais precisas para a história da cidade no século XIV, especialmente em relação ao norte de Itália, à Dalmácia e à zona do Egeu. Abrange os anos 421-1382 e a sua importância deve-se à grande utilização de documentos oficiais do Estado, que parecem ser a principal base sobre a qual Caroldo constrói a sua obra. Apesar de não ser um aristocrata, Caroldo teve acesso ao arquivo do Estado devido ao seu papel como diplomata e secretário do Conselho dos Dez, uma das mais importantes assembleias venezianas. Esta crónica, que ainda não tem uma edição adequada e nunca foi estudada em profundidade, tem uma tradição textual particular: dispomos de dois exemplares autógrafos, ambos conservados na Biblioteca Nazionale Marciana de Veneza, um deles é o rascunho e o outro a cópia fiel do mesmo; ambos estão incompletos e apresentam algumas lacunas. Existem muitos outros manuscritos completos espalhados pela Europa, mas que apresentam um texto bastante diferente do autógrafo, tanto no conteúdo como na linguagem: sendo evidente que existiu algum tipo de revisão. Confrontando o autógrafo principal com dois dos principais manuscritos completos, tentei determinar a natureza e a extensão destas revisões, que foram provavelmente efectuadas por um sobrinho de Gian Giacomo, Niccolò, em 1585, quando este terá encontrado a obra do tio e a publicou. Em comparação com o autógrafo, podemos encontrar datas diferentes, informações acrescentadas ou retiradas, maior ênfase na retórica e nos discursos das personagens; do ponto de vista linguístico, o autógrafo possui uma maior proximidade ao dialeto veneciano e à ortografia do Latim.

Palavras-chave: Crónicas; Veneza; Mediterrâneo; Filologia.

Abstract

The chronicle of Venice written by the Venetian diplomat Gian Giacomo Caroldo (circa 1480-1539) has been recognised as one of the most precise sources for the history of the city in XIVth century, especially in relation to northern Italy, Dalmatia and Aegean area. It covers the years 421-1382 and its importance is due to the large use of official state documents, that seem to be the main base on which Caroldo builds his work. Although not an aristocrat, Caroldo had access to state archive owing to his role as a diplomat and secretary of the Council of Ten, one of the most important Venetian assemblies. This chronicle, which does not yet have a proper edition and has never been studied in depth, has a particular textual tradition: we have two autographs, both preserved in Biblioteca Nazionale Marciana in Venice, one of them is the rough draft and the other the fair copy of it; both are incomplete and have some gaps. Many other complete manuscripts are spread across Europe, but they present a quite different text from the autograph, both in content and in language: it's clear that some kind of revision took place. Confronting the main autograph with two of the principal complete manuscripts, I have tried to determine the nature and extent of these revisions, which were probably made by a nephew of Gian Giacomo, Niccolò, in 1585, when he must have found his uncle's work and published it. Compared to the autograph, we can find different dates, added or removed information, more emphasis on rhetoric and character's speeches; then, on linguistic side, the autograph is nearer to Venetian dialect and to Latin spelling.

Keywords: Chronicles; Venice; Mediterranean; Philology.

1. Gian Giacomo Caroldo in the Venetian context

Contrary to other mediaeval Italian cities, Venice has given us an enormous number of chronicles. These are narratives of the city's history, in Latin or Venetian, mostly from its origins to the author's time, and covering a time span that extends from the 10th until the 18th century. These chronicles are of fundamental importance as documents identifying the historical view of the patrician class, within which they developed and flourished. Every noble family possessed one or more of these texts, which were gradually updated or replaced with newer ones: together they constituted what Dorit Raines has called the "political archive of the patriciate"¹. For the most part

1 Dorit Raines, "Alle origini dell'archivio politico del patriziato: la cronaca 'di consultazione' veneziana nei secoli XIV-XV", *Archivio Veneto* serie 5, 150 (1998): 5-57.

these are anonymous texts, very similar to each other, and it is nearly impossible to fully understand the relationship between them.

Among the important chronicles that have not received enough attention there is the one of Gian Giacomo Caroldo, composed in the beginning of 16th century, which narrates, in a mixed Venetian-Italian dialect, the history of Venice from its origins until 1382. Since the 19th century², scholars have appreciated it for its particular reliability and accuracy in describing especially the events of the second half of the 14th century; recently it has also been praised by Freddy Thiriet³, Vittorio Lazzarini⁴, and Antonio Carile⁵.

Gian Giacomo Caroldo was born around 1480 and died in 1538. He was Venetian, but he was a citizen, not a patrician, and therefore access to major public offices was forbidden to him. However, this did not prevent him from dedicating his entire life to the state, which he served first as a diplomat and later as secretary of the Council of Ten, a powerful office that dealt with everything that concerned the security of the state and its system of power. Both of these roles were fundamental in defining his personality and determining the tone of his work. As a diplomat, he participated in delegations to England, Spain and Constantinople. In Italy, his major role was to reside for many years in the Venetian embassy in Milan, where, according to archival evidence and the words of Marin Sanudo and Pietro Bembo, he was directly involved in the politics about the war of the League of Cambrai (1508- 1516)⁶.

After 1520, he was allowed to finish his missions outside his homeland and worked in Venice, where he served the Council of Ten. Having arrived at a quieter and more stable state in his life, he then probably began writing his chronicle, a job that undoubtedly occupied him for many years to follow, although we do not know exactly how long it lasted. His role as secretary to one of the most powerful and important offices in Venice was absolutely crucial to the work that Caroldo was about to compose, because it gave him access to the state archives and first-hand sources.

2 Marco Foscarini, *Della letteratura veneziana* (Venezia: T. Gattei, 1854), 152-153.

3 Freddy Thiriet, "Les chroniques vénitiennes de la Marcienne et leur importance pour l'histoire de la Romanie gréco-vénitienne", *Mélanges de l'école française de Rome* 66 (1954): 241-292.

4 Vittorio Lazzarini, "Il testamento del cronista Gian Giacomo Caroldo: per un'edizione della sua cronaca" in *Scritti storici in onore di Giovanni Monticolo*, ed. Carlo Cipolla (Padova: C. Ferrari, 1922), 283-288.

5 Antonio Carile, *La cronachistica veneziana (secoli XIII-XVI) di fronte alla spartizione della Romania nel 1204* (Firenze: Olschki, 1969).

6 Loredana Arvati, "Gian Giacomo Caroldo e la sua cronaca", (Tesi di Laurea, Università di Padova, 1962), 2-38.

The chronicle looks interesting for several reasons. First of all, from a historiographical perspective, in order to identify the narrative and documentary sources used by Caroldo, to understand whether and how much they were distorted, and what the actual accuracy of the chronicler's narration was, given his possibility to use public archives and to rely on documents more than other chronicles. Moreover, from a literary and philological point of view, a more in-depth analysis of the chronicle, which has never been done so far, may add new light on the research and writing methods of a 16th century Venetian diplomat, namely: understanding his linguistic, stylistic and rhetorical choices; recognising which aspects he prioritised and why; trying to identify the reason or the person that prompted him to write. Last but not least, scholars have been expressing for years the need for a reliable edition of the chronicle made with a right method⁷, something that has so far always been unfortunately lacking.

2. Studies on the chronicle of Caroldo

Because of their complexity Venetian chronicles have never been studied as a whole, except for Antonio Carile's controversial attempt⁸. Each text has been treated in its own right and studied for different reasons. Caroldo's chronicle, like others, has been studied mainly by scholars interested in Byzantine history and the empire's relationship with Venice. Indeed, it is well known that medieval Venice was a city without countryside and strongly oriented towards the sea and trade with the East: following the Fourth Crusade in 1204, it had gained control of the island of Crete, Negroponte and the castles of Corone and Modone in the Peloponnese. It is not surprising then that these texts were mainly exploited by Byzantinists as a source to learn about the history of Greece and the Eastern Empire. Caroldo is no exception: his chronicle has often been consulted by historians because of its completeness and reliability as a source for events involving Byzantium, but specific studies on it and its author are very few and mostly outdated. Some initial considerations on the figure of Caroldo and his chronicle can be found in an article by Vittorio Lazzarini published in

7 Freddy Thiriet, "Les chroniques vénitiennes de la Marcienne et leur importance pour l'histoire de la Romanie gréco-vénitienne", *Mélanges de l'école française de Rome* 66 (1954): 272; Lazzarini, "Il testamento del cronista Gian Giacomo Caroldo: per un'edizione della sua cronaca" in *Scritti storici in onore di Giovanni Monticolo*, ed. Carlo Cipolla (Padova: C. Ferrari, 1922), 288.

8 Antonio Carile, *La cronachistica veneziana (secoli XIII-XVI) di fronte alla spartizione della Romania nel 1204* (Firenze: Olschki, 1969).

1922⁹, whereas Freddy Thiriet examines some manuscripts for the first time¹⁰. Remarkably, the most complete work on Caroldo's is still unpublished to this day: it is Loredana Arvati's master dissertation, discussed at the University of Padua in 1962¹¹.

In the following years, the very few studies on the chronicle once again followed the interest in Veneto-Byzantine relations after 1370: Raymond-Joseph Loenertz¹² and Julian Chrysostomides¹³. It is to the latter in particular that we owe a more careful examination of the manuscript tradition and an edition of some extracts through a comparison of the main manuscripts: Chrysostomides' contribution, on the basis of Arvati's dissertation, makes it possible to establish that two incomplete autograph codices have arrived to us, and that all the others bear a text modified by a reviser which are less precise than the two autograph codices. All the knowledge then available on Caroldo is summarised by Antonio Carile in *Dizionario Biografico degli Italiani* in 1977¹⁴.

The chronicle of Caroldo was completely forgotten by scholars until recent years, when the Romanian researcher Serban Marin wrote a few articles comparing him with other chronicles about some episodes of Byzantine and Venetian history¹⁵. This research is also responsible for the only complete edition of the chronicle that exists today, in five volumes¹⁶. However it is made with a non-critical method: although he knows Caroldo's textual tradition in depth, S. Marin does not use the autographs at all, neglects the study of other codices and bases his text only on the transcription of two random manuscript held in Paris whose microfilm reproduction are held at the

9 Lazzarini, "Il testamento del cronista Gian Giacomo Caroldo: per un'edizione della sua cronaca" in *Scritti storici in onore di Giovanni Monticolo*, ed. Carlo Cipolla (Padova: C. Ferrari, 1922), 283-288.

10 Freddy Thiriet, "Les chroniques vénitiennes de la Marcienne et leur importance pour l'histoire de la Roumanie gréco-vénitienne", *Mélanges de l'école française de Rome* 66 (1954): 266-272.

11 Loredana Arvati, "Gian Giacomo Caroldo e la sua cronaca" (Tesi di Laurea, Università di Padova, 1962).

12 Raymond Joseph Loenertz, "Jean Paleologue à Venise (1370-1371)", *Revue des études Byzantines* 16 (1958): 217-232.

13 Julian Chrysostomides, "Studies on the Chronicle of Caroldo, with special reference to the history of Byzantium from 1370 to 1377", *Orientalia christiana periodica* 35 (1969): 123-182.

14 Antonio Carile, "Gian Giacomo Caroldo", *Dizionario Biografico degli Italiani* 20 (1977): 514-517.

15 Serban Marin, "Caroldo's byzantine emperors before the fourth crusade", *Porphyr* 16, no. 1 (2011): 51-74; Serban Marin, "A 16th century Venetian chronicle in France Microfilm Collection of the National Archives of Romania. The case of Giovanni Giacomo Caroldo and his compilers", *Revue roumaine d'histoire* 46 (2007): 41-68; Serban Marin, "Un transilvano a Venezia: il vaivoda Stefano Lackfi II e la guerra del 1372-1373 tra Venezia, Padova e Ungheria nella cronaca di Giovanni Giacomo Caroldo" in *L'Italia e l'Europa Centro Orientale attraverso i secoli*, ed. Cristian Luca, Gianluca Masi and Andrea Piccardi (Braila: Istros, 2004), 61-80.

16 Giovanni Giacomo Caroldo, *Istorie venețiene*, ed. Seban Marin, 5 vol. (Bucarest: Arhivele Naționale Ale României, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012).

National Archives of Romania. The two codices, as far as we know, are of no particular importance within the tradition, and were most likely chosen only because they were more accessible to the scholar. The edition lacks an adequate historical-literary introduction and commentary, and is only enriched by an index of person and place names. Thus, to date, although the chronicle has been recognised by many as of great importance as a historical source, it lacks a critical edition and a detailed analysis.

3. Research object and methodology

From a philological point of view, my study focuses on the text and tradition of Caroldo's chronicle. It has come to us in a large number of manuscripts; among them there are two autographs, both of which are unfortunately incomplete due to material losses:

- *Venice, Biblioteca Nazionale Marciana, It. VII, 803*. As Chrysostomides notes, this is a rough draft, difficult to read and full of corrections. It covers the years from 1367 to 1382.
- *Venice, Biblioteca Nazionale Marciana, It. VII, 2448*. This is a fair copy derived from the rough copy, and is the basis of all subsequent tradition. It covers the years from 1289 to 1381, but has two material gaps in between, corresponding to the periods of 1310-1345 and 1348-1351.

All around Europe there are more than forty non-autograph manuscripts that bear a complete version of the text. Apart from one case that can be left out, these are always reworkings of *ms. 2448*, with major stylistic changes and the addition of more information and the alteration of other, such as some dates or the number of ships and soldiers engaged in certain operations.

Whoever reviewed the work was a cultured man and acted critically, doing further research to deepen the narrative, even if maybe utilising worse sources than Caroldo, which resulted in a deterioration of certain information.

According to available studies the complete manuscripts include:

- *Venice, Biblioteca Nazionale Marciana, It. VII, 128A*. It is a beautifully written codex and, according to Chrysostomides, linguistically closer to the autograph. It dates back to the 16th century.
- *Padua, Biblioteca Civica, CM 107*. Manuscript belonging to the Caroldo family (it bears the family coat of arms) and in particular to Niccolò Caroldo (it bears his

monogram), a relative of Gian Giacomo who died in the early 17th century. It dates back to the 16th or early 17th century.

On a philological level, there is actually no *stemma codicum* and it is not really known which of the many complete manuscripts are closest to the autograph text, or whether any codex introduces significant innovations of its own. The few studies have chosen these two because of their antiquity, their aesthetic features and the fact that the second belonged to the author's family. Anyone wishing to undertake a critical edition of the non-autograph version would first have to proceed to a more detailed census of the manuscripts and the construction of a *stemma*.

Having the aim to prepare the edition of the autograph version of the chronicle, my work focuses primarily on the codex *ms. 2448* (the fair copy), the transcription of which will form the basis of the edition work. This manuscript, starting from the middle, shows many signs of revision and additions by the author's hand, which involve only style and grammar. These are attempts to bring the language more in line with the literary Tuscan dialect, on which all subsequent Italian language was based after the publication of Pietro Bembo's *Prose della volgar lingua* (1525), a real turning point for Italian language and literature. Caroldo therefore attempted to revise his work to make it fashionable for future publication. This revision, however, involved only the second half of the chronicle, and the reason for this is unclear: perhaps Caroldo did it in his old age and wasn't able to complete it before his death. As far as possible, it is important not to mix different stages of the text: the edition should then present the last definitely finished autograph version available, i.e. the text of *ms. 2448* without the linguistic revisions. But these should all be noted in the critical apparatus: that means it will account for a more recent version than that of the main text.

For the final part of the chronicle, it is necessary to utilise *cod. 803*, as it is the only autograph witness for that section of the text. Despite the focus on autographs, comparison with the main complete codices is a must, in order to investigate the work of the reviser as accurately as possible.

As far as historical research is concerned, my purpose is mainly an identification of sources. Since the chronicle is too long to make a detailed investigation of the whole text, it is necessary to focus on a few episodes of major interest chosen according to a specific theme. Following the history of studies and my own interest, I intend to focus on Caroldo's chronicle as a source for the history of the Eastern Mediterranean, but not specifically Byzantium. Talking about Eastern Mediterranean means coming into contact with different civilisations: Genoese, Byzantines, Turks, Sicilians, Mamluks, Knights Hospitallers, Cypriots. All these peoples appear in Caroldo's chronicle, but

not with the same importance: it is mainly the Genoese who are the protagonists, and their rivalry with Venice is at the centre of large sections of the text. The Eastern Mediterranean space, in short, is often treated in relation to conflicts and relations with Genoa. In this regard, therefore, my attention will turn mainly to two episodes, which represent the largest wars between the two powers in the years covered by the text: the War of the Straits (1350-1355) and the War of Chioggia (1378-1381).

In addition, there is another interesting episode unrelated to the conflict with Genoa on which I would like to focus: the revolt of St. Titus in Crete (1363-1367). I master it quite well as it was my master's dissertation subject. It is a very important event, as it is the largest medieval revolt in Crete and the only one in which Venetian settlers fought against their homeland alongside the Greeks; it ends with a complete repression by Venice and no help to rebels from the outside.

This investigation into the sources first requires reading the main Venetian chronicles that narrate the events mentioned, namely those of Raffaino de Caresiniis, Daniele Chinazzo, Lorenzo de Monacis and the *Venetiarum Historia*. By reading the passages that report the events of my interest, the aim is to understand whether and, if so, how much Caroldo uses information from these works in some way. Indeed, it has been shown how the Venetian chronicles sometimes tend to follow their sources very closely, both in terms of content and language. For example, according to Chrysostomides¹⁷, Caroldo's version in the complete manuscripts is influenced by Daniele Chinazzo.

From a documentary point of view, the starting point is undoubtedly Freddy Thiriet's fundamental volumes containing the summary of Venetian deliberations on Romania (the previous Byzantine lands)¹⁸, which are useful to gain an overview and quickly identify documents concerning episodes of interest. Among the documentary series to be consulted directly the most important is undoubtedly the *Misti* deliberations of the Venetian Senate, which up to the year 1381 were the object of an immense edition work (23 volumes) that lasted twenty years by the Istituto veneto di scienze, lettere ed arti. Another archival series that must surely be examined is that of the Council of Ten, the magistracy for which Caroldo worked and which he was probably able to consult more easily than the others. Other series are still to be defined.

17 Julian Chrysostomides, "Studies on the Chronicle of Caroldo, with special reference to the history of Byzantium from 1370 to 1377", *Orientalia christiana periodica* 35 (1969): 133.

18 Freddy Thiriet, *Délibérations des assemblées vénitiennes concernant la Roumanie*, 2 vols. (Paris: Mouton & Co La Haye, 1966, 1971); Freddy Thiriet, *Régestes des délibérations du Sénat de Venise concernant la Roumanie*, 3 vols. (Paris: Mouton & Co La Haye, 1958, 1959, 1961).

4. Provisional structure of the thesis

The structure of the thesis will likely be based on the following scheme:

1. Introduction: Venetian chronicles in the Middle Ages and Renaissance.
2. Gian Giacomo Caroldo and the diplomat figure in 16th century Venice.
3. The manuscript tradition of the chronicle.
4. Comparative stylistic analysis of the two different versions.
5. The sources: some examples through the examination of events in the history of the Eastern Mediterranean in the 14th century.
6. Edition of the autograph text of the chronicle.
7. Conclusions.

5. The information provided by the exam of the autograph

My work so far has focused on the philological part of the thesis: I have completed the transcription of *cod. 2448* and the final part of *cod. 803*, and I have in the meantime been able to compare the text with the two major complete manuscripts and gain a general overview of Caroldo's style.

The chronicle, which mostly seems to take the form of a continuous summary of documents, is still structured following the succession of doges as in the medieval tradition rather than an annalistic principle. However the dates are meticulously noted in a complete form (day\month\year) as Caroldo finds them in the documents. Despite these medieval habits, Caroldo participates in his own way in the new humanistic culture: he inserts direct speeches at certain moments considered particularly significant and emotionally intense; speeches that are almost always delivered by generals for their troops on the model of classical authors. Between the years 1345 and 1377, for example, there are five such speeches. These speeches, varying in length, are not very elaborate rhetorically: they mostly consist of an exhortation to the troops to fight hard in defence of life, honour, state and family. Therefore there is no ideological depth, no psychological insight worth mentioning: they are pure literary ornaments. However hard Caroldo tried literary value was not to be the primary goal of our diplomat, who for the most part maintains a flat and direct approach, without too many frills. In any case, the elements listed here show that Caroldo received a good education in Latin and in Italian, and that he was aware of the contemporary literary fashions of imitating the classics.

Caroldo's diplomatic profession underlies the stylistic element that perhaps most of all emerges from reading the chronicle. The text particularly insists on the diplomatic missions throughout the history of the Republic: in telling them, Caroldo does not just mention the event, but very often lingers on formal details and etiquette. For example, the refusal that the Venetians gave the Papal Legate in 1361 when he asked them to stop all trade with the Visconti of Milan sounds more or less like this: "May his lordship excuse them as other times the Holy Church had accepted their apologies: for the honour and growth of the Holy Church have always been an aim for the Venetian to pursue by any means" Again, during the war between Venice and Hungary in 1356-1358, the many embassies of protest sent by the Venetians to Francesco I da Carrara, an ally of the Hungarians, resulted in a continuous profusion of love and affection from the lord of Padua, who declared that he wanted the good of the Venetian state as much as his own, but in the meantime was blocking its wheat supplies and stopping its trade. This bombast seems to be perfectly natural for Caroldo: the pleasantries often obscure a clear and direct explanation of what a given diplomatic mission wants and succeeds (or fails) to achieve.

Speaking of style, Caroldo's one is often messy, confuse and intricate; sometimes certain sentences lack the main verb, lost in the excessive syntactic complexity. The chronological order in which the events are told does not always help to follow the thread: in maintaining this order, Caroldo often jumps from one thing to another, dealing with different scenarios. The reviser partially solved this problem trying as much as possible to make the narrative organic by shifting episodes positions and putting together those relating to the same scenario, so that the reader can follow it continuously from beginning to end. This operation, which undoubtedly makes the text more fluent from a narrative point of view, nevertheless suffers from less historiographical precision, since events belonging to different years or months are all presented one after the other, without giving an exhaustive account of the passage of time. Moreover, in the name of stylistic elegance, the reviser often omits dates (or parts of them) that the autograph instead shows in full. Therefore, trying to simplify and improve the text, the reviser inevitably corrupts it to some extent, especially when the original itself is unclear, causing misinterpretations, as Chrysostomides rightly pointed out¹⁹. But this is not an ideological operation. It must also be said that the complete manuscripts sometimes present an addition of new content, which can be very long and detailed. This is a sign that the text has undergone some kind of information check, and whoever made it added to the chronicle news (from sources to

19 Julian Chrysostomides, "Studies on the Chronicle of Caroldo, with special reference to the history of Byzantium from 1370 to 1377", *Orientalia christiana periodica* 35 (1969): 144-145.

be verified) that in his opinion would have made the original better. These additions seem to concern mostly general non-Venetian history (e.g. the background of the fall of Acre in 1291, or the complete story of the succession crisis of Ferrara in 1308); then names of foreign kings and popes that the autograph leaves implicit, the complete electors list of the new doges, and the introduction of direct speeches in some important events of Venetian politics, such as the conspiracies of Marin Falier and Baiamonte Tiepolo. And it seems unlikely that Caroldo could have made a new version of his work totally different from the previous one with no autograph come to us.

All that leads me to suppose that Caroldo, an educated man but not a scholar neither a philologist, a man - above all - of international politics, composed his chronicle in Venice once his diplomatic missions were over (i.e. in the 1520's). Out of noble family needs, his aim was probably to write a history of his city using as many reliable sources as possible that he could check, focusing on what interested him most: diplomacy. He was perhaps planning to go on writing to touch his era, but a work like that is long, demanding and time-consuming for a man who was already busy working at the Council of Ten. Especially since at some point, influenced by the fashion of Pietro Bembo, he must have expended energy on the language revision of the work, which was never completed by him personally. Therefore, for some reason Caroldo stopped the narration in 1382 and never published the work. After his death someone, either on his own initiative or on Gian Giacomo's instructions, undertook a revision of the chronicle in order to publish it in a more readable version: he completed and improved the "Italianisation" of the language, modified the poorly written and obscure sentences, lightened the style, added information from other chronicles or non-Venetian sources and, while generally respecting the original, added a personal touch.

A Nação Portuguesa de Antuérpia: mercadores, mercadorias e capitais (1535-1540)

BRUNO MIGUEL DUARTE FAUSTINO

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

<https://doi.org/10.21747/978-989-9193-14-7/inc12/a2>

Sumário

O presente artigo tem como objetivo dar a conhecer o nosso projeto de investigação, que ambicionamos transformar em dissertação de mestrado, sobre as relações e as redes comerciais dos mercadores da Nação Portuguesa de Antuérpia durante o século XVI. Neste trabalho delineamos alguns aspetos relativos à aferição do nosso escopo de análise, bem como uma metodologia de abordagem a um conjunto diverso de fontes. Por fim, adiantamos um conjunto de dados semi-tratados bem como algumas ideias provisórias que se podem retirar dos mesmos e que irão ser colocadas à prova ao longo da investigação.

Palavras-chave: Mercadores; Comércio; Antuérpia; Século XVI.

Abstract

This present article aims to showcase our investigation project, which we aspire to transform into our master's dissertation, about the commercial relations and networks of the merchants of the Portuguese Nation of Antwerp during the sixteenth century. In this paper, we present a few aspects relative to the elaboration of a solid scope of analysis, as well as a sound methodology of approach to a diverse corpus of documentation. In the end, we introduce a group of data which is being processed and conclusion hypotheses which will be put to the test throughout this investigation process.

Keywords: Merchants; Commerce; Antwerp; 16th century.

1. Tema, problemas, objetivos, cronologia e espaço

Este projeto de investigação, que pretendemos que se torne na nossa dissertação de mestrado, nasce do desejo de expandir e desenvolver com maior profundidade, uma temática já trabalhada por nós num pequeno artigo científico. Decididos a continuar com este tema, vemo-nos agora com as portas abertas para explorar essas dinâmicas de uma forma mais complexa e multifacetada do que conseguimos anteriormente. Nesse sentido, aponta-se desde já o carácter extremamente introdutório e experimental de muitos dos nossos planos de abordagem metodológica e de escopo de análise delineados nesta apresentação. Grande parte desta investigação no seu estado atual, ainda bebe as suas influências do trabalho mencionado, de forma que assumimos que muitos aspetos poderão variar em função do percurso de análise.

O tema deste projeto de dissertação encontra-se filiado na área do comércio internacional português no século XVI, centrando-se na ação dos mercadores da Nação Portuguesa de Antuérpia nessa mesma cronologia. Esta é uma instituição que, apesar de muitas referências e menções vagas, tem sido pouco explorada na historiografia nacional, embora detenha aos nossos olhos uma potencialidade historiográfica significativa. O nosso foco irá debruçar-se sobre as redes comerciais em que os tratantes da comunidade mercantil lusa se inseriam, privilegiando sobretudo a sua interação com os territórios portugueses, tanto continental como colonial. Todavia, não pretendemos negligenciar outros prismas de análise associados às questões político-institucionais e sociológicas da colónia mercantil.

A importância do porto de Antuérpia para a economia dos descobrimentos portugueses é já conhecida em ampla medida¹. Após o declínio da hegemonia financeira de Bruges nos finais do século XV, fruto de uma complexa mudança de equilíbrio no xadrez político dos Países Baixos, à qual se junta o assoreamento do seu porto, será Antuérpia que lhe irá suceder como coração comercial e financeiro de uma economia global². Neste processo de afirmação da urbe brabantina, no qual

1 Vide Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. 4 vols. (Lisboa: Presença, 1984) para uma visão global do papel do mercado da Flandres como centro de consumo de matérias-primas de origem colonial portuguesa.

2 Para uma visão geral da ascensão financeira e comercial da cidade de Antuérpia vide Jim Bolton and Francesco Guidi Bruscoli, "When did Antwerp replace Bruges as the Commercial and Financial Centre of North-Western Europe? The Evidence of the Borromei Ledger for 1438", *Economic History Review*, 61.2 (2008): 360-79. Sublinhar também a relevância das obras de Oscar Gelderblom, *Cities of Commerce: The Institutional Foundations of International Trade in the Low Countries, 1250-1650* (Princeton: Princeton University Press, 2013) e Jeroen Puttevils, *Merchants and Trading in the Sixteenth Century: The Golden Age of Antwerp* (New York: Routledge, 2015).

contribuíram diversos agentes e processos, não se pode deixar de sublinhar a fatia substancial que os portugueses representaram através do contributo das suas rotas comerciais que proporcionavam o acesso a uma ampla gama de preciosas mercadorias atlânticas, africanas e orientais³. Além do comércio conduzido sob a direção dos monarcas através do seu feitor régio, juntava-se a ele o contributo dos mercadores privados da Nação Portuguesa que também detinham um papel efetivo na comercialização dessas mercadorias.

Tendo isto em mente, um dos objetivos principais desta investigação é perceber o papel e o contributo dos mercadores da Nação Portuguesa neste sistema comercial global centrado em Antuérpia. Procuraremos centrar-nos em dados essenciais como que tipo de mercadorias são transacionadas através destes agentes, qual o volume de transações (isto é, quantificar em peso e medidas os produtos) e quais os capitais correspondentes que circulam nestas rotas. Para além disso, não deixaremos de dar especial atenção também aos mecanismos e instrumentos financeiros usados nessas operações de forma a compreender o *modus operandi* destes agentes comerciais.

Sendo impossível dissociar destes aspetos aqueles relacionados com o enquadramento político-institucional da Nação Portuguesa bem como a sua constituição sociológica, também pretendemos tratar destas problemáticas que ainda foram pouco analisadas. Durante muito tempo a historiografia nacional, partindo de uma visão centralista da participação comercial da Coroa espelhada nos trabalhos antigos de Oliveira Marques e Nunes Dias, tendia a olhar para a nação mercantil portuguesa da Flandres como uma instituição imiscuída e até mesmo tutelada pela própria feitoria régia⁴. Com base nos mais recentes estudos de Elbl e Sicking sobre as instituições do comércio internacional europeu, apesar de ser rechaçada essa visão e sublinhadas as diferenças institucionais entre ambos e a independência de ambas as estruturas, o facto de o feitor vir a acumular os cargos de cônsul regularmente ao longo

3 Michael Limberger, “The greatest marketplace in the world: the role of Antwerp in the economic and financial network of the Habsburg Empire”, in *Les villes des Habsbourg du xve au xixe siècle: communication, art et pouvoir dans les réseaux urbains*, ed. L. Pelizaeus, vol. 2 (Reims: Épure, 2020), 45–62.

4 A.H. de Oliveira Marques, “Notas para a história da feitoria portuguesa na Flandres no século XV” in *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, ed. A.H. de Oliveira Marques, (Lisboa: Portugália Editora, 1965). Manuel Nunes Dias, *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549)*, 2 vols. (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António Vasconcelos, 1963).

do século XVI continua a levantar dúvidas relacionadas com o enquadramento jurídico destas duas instituições⁵.

Por outro lado, relacionado com a análise sociológica da Nação Portuguesa, os estudos dominantes parecem indicar uma presença e influência significativa dos cristãos-novos na Nação Portuguesa. Trabalhos nesta linha como os de Goris e sobretudo Veiga Frade, contrastam também com a visão de Hans Pohl que apresenta uma perspetiva diferente⁶. Todavia, pouco sabemos relativamente à sua interação e relacionamento com os restantes poderes instalados, num período em que a radicalização e a divisão religiosa irão ter uma importância fundamental para perceber o desenvolvimento político de Antuérpia, sobretudo a partir da segunda metade do século XVI⁷.

A nossa cronologia de investigação está condicionada pelas próprias fontes e sujeita a alterações à medida que este projeto avançar. Nós pretendemos que se centre no intervalo de tempo que vai desde a fixação dos mercadores portugueses em Antuérpia (1499-1510) até cerca da década de setenta, que corresponde ao início do declínio da hegemonia financeira e comercial de Antuérpia⁸. Relativamente ao espaço de análise, o centro das nossas atenções será o porto brabantino. Contudo, não deixaremos de atentar às interações comerciais produzidas pelos mercadores portugueses com as diversas regiões periféricas do globo, sobretudo as pertencentes ao império português e à metrópole.

5 Louis Sicking, “Funduq, Fondaco, Feitoria. The Portuguese Contribution to the Globalisation of an Institution of Overseas Trade” in *Maritime Networks as a Factor in European Integration*, ed. Giampiero Nigro (Florence: Firenze University Press, 2019). Louis Sicking, “The Medieval Origin of the Factory or the Institutional Foundation of Overseas Trade: Toward a Model for Global Comparison”. *Journal of World History*, vol. 31, no. 2 (2020). Ivana Elbl “Nation, Bolsa, and Factory: Three Institutions of Late-Medieval Portuguese Trade with Flanders”. *The International History Review*, 14, no. 1 (1992).

6 Florbela Veiga Frade, *As Relações Económicas e Sociais Das Comunidades Sefarditas Portuguesas. O Trato e a Família*. (Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2006). Jean A. Goris, *Etude Sur Les Colonies Marchandes Méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567*. (Louvain: Librairie Universitaire, 1925). Hans Pohl, *Die Portugiesen in Antwerpen (1567 - 1648): zur Geschichte einer Minderheit* (Wiesbaden: Steiner, 1977).

7 Jean A. Goris, *Etude Sur Les Colonies Marchandes Méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567*. (Louvain: Librairie Universitaire, 1925).

8 Michael Limberger, “The greatest marketplace in the world: the role of Antwerp in the economic and financial network of the Habsburg Empire”, in *Les villes des Habsbourg du xve au xixe siècle: communication, art et pouvoir dans les réseaux urbains*, ed. L. Pelizaeus, vol. 2 (Reims: Épure, 2020), 45–62.

2. Enquadramento historiográfico

Como foi dito anteriormente, na historiografia portuguesa as referências ocasionais aos laços comerciais com a região da Flandres e dos restantes Países Baixos são bastante extensas⁹. Todavia, no que diz respeito à existência de estudos específicos sobre a presença mercantil portuguesa em Antuérpia de forma extensiva, o nosso acervo bibliográfico fica bastante reduzido. No campo historiográfico português, dispensando os valiosos trabalhos de compilação de fontes para o assunto de Braamcamp Freire no início do século XX, foi Oliveira Marques dos primeiros a debruçar-se sobre o tema da presença portuguesa nesta região, embora só se foque em Bruges no século XV¹⁰. Apesar de se tratar de uma tentativa de ensaio bastante introdutório, o autor oferece-nos um panorama geral da construção gradual das relações comerciais portuguesas com esta região.

Nas últimas décadas, o cenário alterou-se significativamente e surgiram trabalhos valiosos que voltam a tratar esta temática. Nesse campo, os trabalhos de Flávio Miranda embora se centrem numa cronologia e espaço diferentes, já que não chega a estudar a presença mercantil em Antuérpia, são fundamentais para uma visão geral das relações comerciais portuguesas com o Atlântico Norte¹¹. A tese de doutoramento de Veiga Frade foi também inovadora por ter sido uma das primeiras monografias que trata a comunidade mercantil portuguesa de Antuérpia, apesar de a analisar adotando uma perspetiva centrada na presença sefardita¹². Muito recentemente, tivemos contacto com um artigo de Maria Amélia Oliveira que trabalha sobre o mesmo assunto recorrendo a um conjunto de documentação de cariz notarial, embora a sua cronologia seja posterior de 1596-1606¹³.

9 Citamos entre muitos outros os de maior relevância no âmbito deste estudo como os de Virgínia Rau, *Estudos sobre a História do Sal Português* (Lisboa: Editorial Presença, 1984) e Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. 4 vols. (Lisboa: Presença, 1984).

10 A.H. de Oliveira Marques, “Notas para a história da feitoria portuguesa na Flandres no século XV” in *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, ed. A.H. de Oliveira Marques (Lisboa: Portugália Editora, 1965). Anselmo Braamcamp Freire, *Arquivo Historico Portuguez*, vol. 5,6 e 7 (Lisboa, 1903-1916).

11 Flávio Miranda, *Portugal and the Medieval Atlantic: Commercial Diplomacy, Merchants and Trade, 1143-1488*, (PhD Thesis, Porto, 2012). Flávio Miranda, *Commerce, conflicts et justice: les marchands portugais en Flandre à la fin du Moyen Age*. (Annales de Bretagne et des pays de L’Ouest, CXVII, Rennes, 2010), 193-208.

12 Florbela Veiga Frade, *As Relações Económicas e Sociais Das Comunidades Sefarditas Portuguesas. O Trato e a Família*. (Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2006).

13 Maria Amélia Oliveira, “Os que ficam: comunidade portuguesa em Antuérpia, 1596 – 1606” in *Omni Tempore – Atas dos Encontros da Primavera 2020*. (Porto, FLUP, 2021), 241-262.

No entanto, é precisamente na historiografia internacional, sobretudo a neerlandesa e belga, que se tem explorado mais esta temática. Os dois trabalhos centrais continuam a ser os de Goris e Hans Pohl¹⁴. Juntos abarcam um longo período que vai de 1488 até 1648 e atentam em vários aspetos que vão desde o enquadramento jurídico, relação com os poderes instalados, mecanismos financeiros e operações comerciais. Trata-se de duas obras fundamentais que continuam em grande parte atuais pela exatidão, rigor e pluralidade das informações contidas. Relativamente às questões de cariz institucional, os artigos de Ivana Elbl e Louis Sicking são centrais para perceber o enquadramento jurídico da Nação Portuguesa e que muito ajudaram a clarificar a ambiguidade conceptual de que estavam revestidas as duas instituições¹⁵.

Por outro lado, autores como John Everaert e Eddy Stols foram responsáveis por renovar estes estudos através da sua análise do papel dos mercadores portugueses em Antuérpia, fornecendo-nos dados essenciais sobre os mercados e redes comerciais que a nação lusa se inseria¹⁶. Também de valor para o tema, mas um pouco mais afastados da nossa cronologia, não se pode deixar de mencionar os contributos de Jacques Paviot que se dedicou ao estudo da presença portuguesa em Bruges de uma forma aprofundada e nos ajuda a perceber as transformações ocorridas nos finais do século XV quando esta cidade começa a perder a sua hegemonia face à cidade do Brabante¹⁷.

3. Fontes e Metodologia

Desde logo, um dos maiores desafios que se coloca à nossa investigação diz respeito à construção de um *corpus* documental que nos permita efetuar as análises

14 Jean A. Goris, *Etude Sur Les Colonies Marchandes Méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567*. (Louvain: Librairie Universitaire, 1925). Hans Pohl, *Die Portugiesen in Antwerpen (1567 - 1648): zur Geschichte einer Minderheit* (Wiesbaden: Steiner, 1977).

15 Louis Sicking, "Funduq, Fondaco, Feitoria. The Portuguese Contribution to the Globalisation of an Institution of Overseas Trade" in *Maritime Networks as a Factor in European Integration*, ed. Giampiero Nigro (Florence: Firenze University Press, 2019). Louis Sicking, "The Medieval Origin of the Factory or the Institutional Foundation of Overseas Trade: Toward a Model for Global Comparison". *Journal of World History*, vol. 31, no. 2 (2020). Ivana Elbl "Nation, Bolsa, and Factory: Three Institutions of Late-Medieval Portuguese Trade with Flanders". *The International History Review*, 14, no. 1 (1992).

16 Eddy Stols, *De Spaanse Brabanders of de Handelsbestrekkingen Der Zuidlijke Nederlanden Met Iberische Wereld 1598-1648* (Brussels: Paleis der Academiën, 1971). John Everaert e Eddy Stols. *Flandres e Portugal. Na Confluência de Duas Culturas*. (Antwerp: Edições Inapa, Fonds Mercator, 1991). John Everaert, "Les marchés du sucre en Flandre. Bruges et Anvers, centres de distribution (1470-1570)", in *História do Açúcar. Rotas e Mercados*, org. Alberto Vieira (Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2002).

17 Jacques Paviot. *Les Portugais à Bruges* (Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, XXXVIII, Paris, 1999).

que pretendemos fazer. Nesse sentido, enfrentamos uma série de obstáculos que uma grande maioria dos investigadores ligados à área da história comercial e mercantil em Portugal se tem de deparar. É já conhecido como, devido a várias razões, uma grande parte da documentação de cariz alfandegário e comercial para o período medieval do nosso país não chegou até nós, o que nos priva de um conjunto de excelentes fontes com dados que nos permitia efetuar estudos detalhados sobre o comércio internacional português. Desta forma, muitos autores desta área vêm-se obrigados a atentar às fontes de cariz diplomático e notarial de forma a retirar dados indiretos ligados a estas dinâmicas¹⁸. No nosso caso, iremos também fazer uso do cartulário de Gilliodst Van Severen que, apesar de centrado no século XV e em Bruges, se estende até a primeira metade do século XVI e pode ter informações que nos ajudem a perceber as transformações operadas nesse período¹⁹.

Para o século XVI, destaca-se um conjunto de documentação que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Esta está incluída no subfundo da Feitoria portuguesa de Antuérpia, que do nosso conhecimento, ainda não foi explorado de acordo com o seu potencial²⁰. Este detém um conjunto de informações relativas ao funcionamento da feitoria, mas também da Nação de mercadores portugueses. Dentro desta documentação, damos especial destaque aos dois livros de róis das avarias dos navios, que são riquíssimos para tentar reconstruir as atividades comerciais dos mercadores portugueses²¹. Acima de tudo, ela dá-nos dados quantitativos de preços, pesos e medidas dos produtos e dos capitais correspondentes. A sua cronologia vai de 1535 até 1572 apenas com um hiato de dez anos entre 1555-1565, o que já nos possibilita o recurso a uma análise que se aproxima da diacronia. Nesse mesmo fundo, temos também um conjunto disperso de registos que vão desde assentos de dívidas, registos da eleição dos cônsules e de deputados e outra documentação diversa de cariz jurídico-

18 Foi em grande parte nesta tipologia de fontes que Hans Pohl se baseou para o seu estudo.

19 L. Gilliodts Van Severen (ed.), *Cartulaire d'ancienne estaple d'Espagne à Bruges* (Brugge: De Plancke, 1904).

20 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (=ANTT), Ministério dos Negócios Estrangeiros(=MNE), Feitoria portuguesa de Antuérpia(=FPA).

21 ANTT, MNE, FPA, registo de róis de avarias dos navios 1535/1575. Do nosso conhecimento, sabemos que Magalhães Godinho cita dados de Virgínia Rau inspirados na consulta de ambos estes livros citados em Virgínia Rau, *Estudos sobre a História do Sal Português* (Lisboa: Editorial Presença, 1984). Por outro lado, também Leonor Freire Costa e Amélia Polónia referem-se a esta fonte em Leonor Freire Costa, *Naus e galeões na Ribeira de Lisboa. A construção naval no Século XVI para a Rota do Cabo* (Cascais: Patrimonia, 1997) e Amélia Polónia, *Vila do Conde: um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista* (Porto, 1999). Contudo, convém destacar que os autores não utilizaram os dados quantitativos disponíveis nestes livros relativos a montantes e pesos e medidas das mercadorias que são o grande objetivo na nossa análise dessa fonte.

notarial que não deixa de ser relevante²². Além desta, Braamcamp Freire também publicou algumas cartas de correspondência do feitor da “Flandres”, que nos ajudam também a perceber as suas interações com a Nação mercantil²³.

Contudo, de forma a completar esta informação, torna-se imperativo recorrer à investigação nos arquivos estrangeiros, nomeadamente de Antuérpia, para compreender melhor a presença portuguesa nesta cidade brabantina. Este irá ser o futuro do estudo desta temática já que irá possibilitar fazer a ponte entre as informações que possuímos nos nossos acervos documentais de forma a trazer à luz novas perspetivas e resultados. No entanto, uma das suas grandes limitações diz respeito às barreiras linguísticas que a documentação poderá impor, já que grande parte desta se encontra em flamengo médio que é de grande dificuldade interpretativa²⁴.

Relativamente à nossa metodologia convém diferenciá-la em função de dois tipos de análise que pretendemos fazer: a social e a económica. No que diz respeito à leitura dos dados de cariz comercial e financeiro presentes na documentação indicada, decidimos organizar uma base de dados em Excel que integra vários aspetos referentes às redes comerciais dos mercadores portugueses. Definimos sete grupos temáticos de forma a absorver o máximo de dados possíveis desta documentação rica dos róis de avarias: 1) Data da chegada do navio 2) Local de origem da embarcação 3) Nome e tipologia da embarcação 4) Mestre da embarcação e a sua naturalidade 5) Mercadorias transportadas e a sua descrição quantitativa (peso e medidas) 6) Montante correspondente da respetiva carga (em libras, soldos e dinheiros) 7) Proprietários dos produtos transportados. Por outro lado, sempre quando possível acrescentamos dados relativos aos preços e às suas variações nessa mesma base de dados.

Para analisar os mercadores da comunidade mercantil portuguesa de Antuérpia, embora ainda estejamos no processo de delinear um modelo metodológico apropriado, pensamos efetuar uma abordagem prosopográfica que procure explorar o perfil deste grupo de comerciantes de forma a conhecer as suas características fundamentais. A sua estrutura poderá assemelhar-se ao seguinte modelo: 1) Nome do indivíduo 2) Origem etnográfica 3) Cargos desempenhados (se aplicável) 4) Texto com uma descrição breve dos seguintes aspetos: a) Tipo de mercadorias que mais comercializa

22 ANTT, MNE, FPA.

23 Anselmo Braamcamp Freire, *Arquivo Historico Portuguez*, vols. 6,7 e 8 (Lisboa, 1903-1917).

24 Pormenor este que Miranda já tinha alertado em Flávio Miranda, *Portugal and the Medieval Atlantic: Commercial Diplomacy, Merchants and Trade, 1143-1488*, (PhD Thesis, Porto, 2012).

b) Intervalo de montantes correspondentes no qual o mercador se encontra c) padrões relativos aos seus sócios e períodos cronológicos de operações comerciais.

4. Estrutura temporária do trabalho final

No que diz respeito à estrutura do trabalho final, pensámos em estruturá-lo provisoriamente em duas partes. Na primeira parte, entendemos tratar de tópicos de carácter mais introdutório e contextualizante que preparem e esclareçam as temáticas principais que irão ser abordadas. Esta primeira parte irá por sua vez ser dividida em duas subpartes. A primeira delas irá centrar-se na construção histórica gradual da presença mercantil portuguesa na região da Flandres, desde os indícios da sua fixação em Bruges até chegarmos a Antuérpia. Já na segunda iremos centrar-nos nos aspetos relativos ao enquadramento jurídico-institucional dos mercadores da Nação Portuguesa bem como as suas relações com os poderes circundantes, nomeadamente a feitoria régia e as autoridades locais.

Já na segunda parte, que irá corresponder ao grosso da nossa investigação, dividimo-la também em duas sub-partes: uma delas em que se privilegia a análise económica centrada nas mercadorias, nos capitais e aos aspetos relacionados com as operações comerciais e financeiras, e a segunda onde iremos abordar as questões sociais da comunidade mercantil centrada nos mercadores e em questões como a sua constituição e perfil sociológico.

5. Dados semi-tratados e conclusões provisórias

Nesta altura da nossa investigação, apesar de estar ainda numa fase inicial, se nos basearmos nos dados semi-tratados que já possuímos, poderemos ponderar algumas conclusões temporárias que irão ser exploradas e confirmadas em maior detalhe ao longo desta investigação. Em primeiro lugar, uma das ideias a retirar é que se consegue identificar uma linha de continuidade no que diz respeito à comercialização de produtos agrícolas mediterrânicos por parte dos mercadores portugueses no mercado de Antuérpia do século XVI²⁵. Produtos como os figos, azeite e vinho, entre outros, que marcavam maioritariamente as exportações do território português nos séculos XV para Bruges, não irão desaparecer do conjunto de mercadorias transacionadas pelos portugueses mesmo após a chegada do açúcar e das especiarias ao mercado europeu nos finais do século XV. Contudo, isto não anula o facto de o açúcar ser indiscutivelmente a mercadoria mais valiosa a ser transacionada no período para já

25 Ver Gráfico 1 em anexo.

tratado (1535-1540) com uma média aproximada de 39 000 arrobas anuais que chegam à casa da Nação Portuguesa²⁶. Este dado também se confirma na representatividade da origem das embarcações fretadas pelos mercadores portugueses, já que coloca a ilhas atlânticas (São Tomé e Madeira) como os locais maioritários de onde chegam os produtos²⁷.

Por outro lado, numa primeira análise conseguimos identificar as diferenças em termos de participação e contributo dos mercadores privados portugueses entre o mercado das especiarias e do açúcar. No primeiro, sujeito ao regime de monopólio da coroa, identifica-se uma participação menor por parte dos mercadores privados portugueses, em comparação com o esmagador valor das cargas das armadas régias ou dos parceiros dos contratos²⁸. Já o mercado do açúcar mostrava-se mais liberalizado e aberto à presença dos agentes mercantis. Mercadores portugueses como Gabriel de Negro, detinham ligações bastante próximas com as ilhas atlânticas, sobretudo da Madeira e de São Tomé²⁹. Curiosamente, no que diz respeito à presença dos portos do noroeste português nesta geografia norte europeia, apenas se identifica para já o domínio da representatividade dos mestres das embarcações que circulavam nestas rotas³⁰.

Relativamente a outros dados relativos à constituição sociológica desta comunidade, ainda não possuímos muita informação para já. Mas em função dos valores transacionados já conseguimos identificar um conjunto de grandes tratantes, como o caso do já mencionado Gabriel de Negro e António Fernandes, ambos eles indivíduos de origem sefardita³¹.

26 Ver Gráfico 2 em anexo.

27 Ver Gráfico 3 em anexo.

28 Ver Gráfico 4 em anexo.

29 ANTT, MNE, FPA, livro 1 de registo de róis de avarias dos navios 1535/1555 fl. 1 a 90v.

30 Ver Gráfico 3 em anexo. ANTT, MNE, FPA, livro 1 de registo de róis de avarias dos navios 1535/1555 fl. 1 a 90v.

31 Ver Gráfico 5 em anexo. Jean A. Goris, *Etude Sur Les Colonies Marchandes Méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567*. (Lovain: Librairie Universitaire, 1925).

Anexos

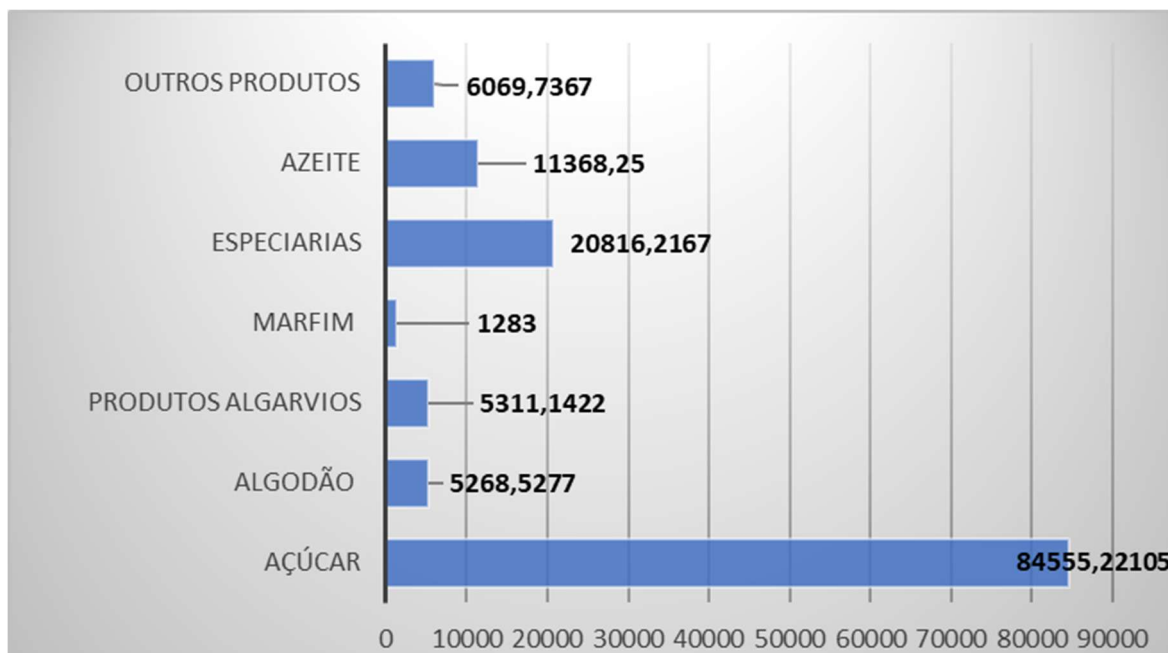


Gráfico 1 – Valor dos produtos (em libras de Tours) que chegam à casa da nação portuguesa de Antuérpia entre 1535-1540³².

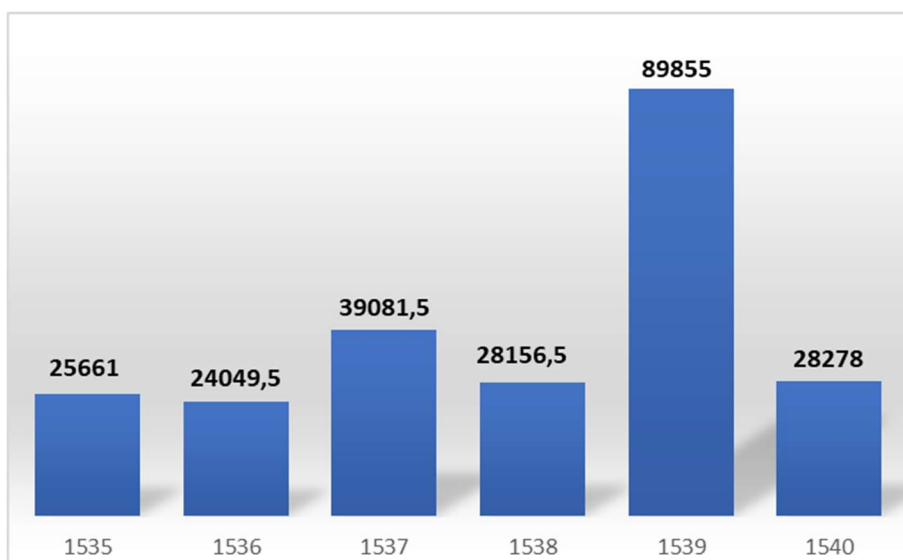


Gráfico 2 – Quantidade de açúcar (em arrobas) que chega a Antuérpia pelos mercadores da nação portuguesa (1535-1540)³³.

32 Fonte: ANTT, MNE, FPA livro 1 de registo de róis de avarias dos navios 1535/1555 fl. 1 a 90v.

33 *Ibidem*.

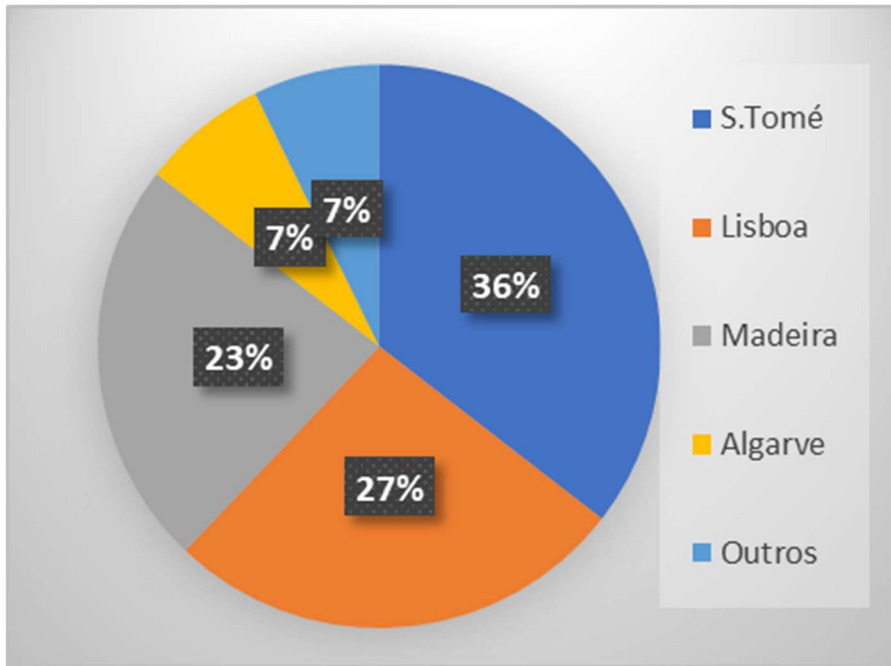


Gráfico 3 – Distribuição em percentagem dos locais de origem dos navios que aportam em Antuérpia (1535-1540)³⁴.

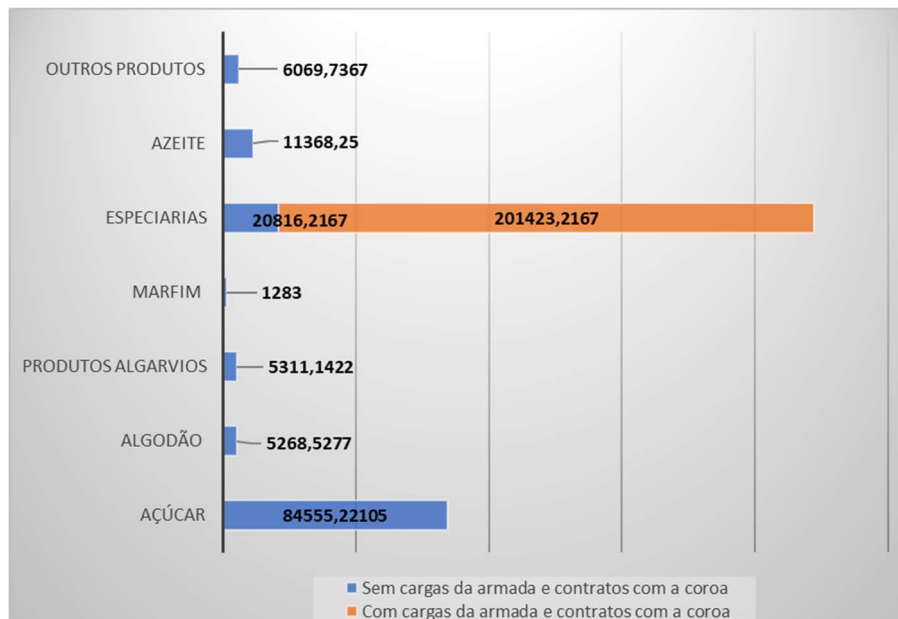


Gráfico 4 – Valor dos produtos (em libras de Tours) que chegam à casa da nação portuguesa de Antuérpia entre 1535-1540 incluindo as cargas da armada e contratos com a coroa³⁵.

34 *Ibidem.*

35 *Ibidem.*

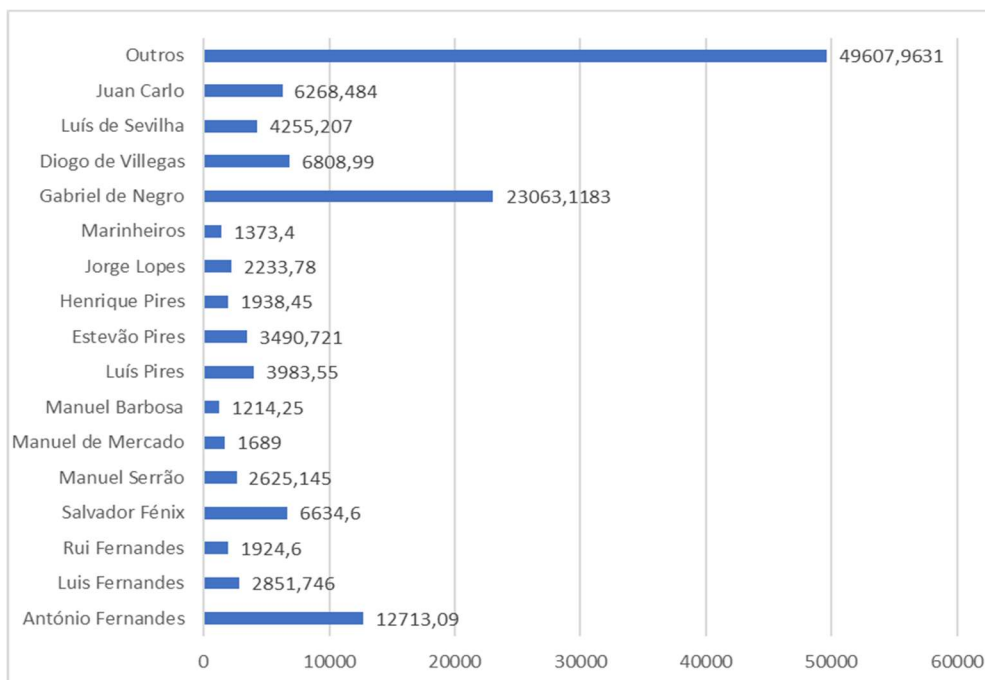


Gráfico 5 — Valor em libras dos produtos que chegam à casa da Nação Portuguesa em Antuérpia em função dos mercadores mais importantes (1535-1540)³⁶.

Uma proposta de investigação sobre a Vida e a Morte das Comunidades de São Bartolomeu de Coimbra através do *Timelink*³⁷

MARIANA BARREIRA³⁸

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

<https://doi.org/10.21747/978-989-9193-14-7/inc12a3>

Sumário

A dissertação de mestrado que aqui se pretende apresentar já se encontra publicada³⁹, no entanto o presente trabalho tem o objetivo de mostrar a investigação num estado inacabado, permitindo, assim, observar os diferentes caminhos que uma investigação pode seguir. O estudo desenvolveu-se a partir da perspetiva em que a paróquia de S. Bartolomeu de Coimbra era observada como o caso de estudo com o auxílio de um conjunto de fontes medievais, sendo que a fonte basilar foi o Obituário da Colegiada de S. Bartolomeu. Conscientes da relevância dos fundos eclesiásticos para o estudo de aspetos de índole social, económico e cultural de uma cidade, pretendemos examinar não só o Calendário Obituário, mas, também, a documentação avulsa compilada no fundo documental da Colegiada e de outras instituições eclesiásticas conimbricenses. Para esta análise complexa e minuciosa da paróquia de S. Bartolomeu e do seu acervo documental optámos por uma metodologia de análise informática, através de um sistema de gestão de bases de dados, o *Timelink*. Neste artigo, após uma breve

37 Este trabalho foi financiado por fundos nacionais (PIDDAC), através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (I.P./MCTES), através do projeto de investigação exploratório *COMMEMORTis – O que sobrevive depois da morte? Comunidades paroquiais e estratégias de comemoração dos mortos na cidade medieval* (EXPL/HARHIS/0532/2021), sediado no Centro de História da Sociedade e da Cultura (UIDB/00311/2020 e UIDP/00311/2020).

38 Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura; FCT, Bolseira de investigação no âmbito do projeto de investigação exploratório *COMMEMORTis – O que sobrevive depois da morte? Comunidades paroquiais e estratégias de comemoração dos mortos na cidade medieval* (EXPL/HARHIS/0532/2021); ORCID, 0000-0003-3470-8800.

39 Mariana Castro Barreira, “A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesiásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2023). <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/108473>

exposição do objeto de estudo e da sua fonte primária, procuraremos problematizar a metodologia utilizada, percorrendo as indecisões e decisões da criação da base de dados, e justificar a estrutura da investigação realizada até então.

Palavras-chave: Paróquia urbana; S. Bartolomeu de Coimbra; Humanidades Digitais; Obituário.

Abstract

The master's thesis presented here has already been published, but the aim of this work is to show the research in an unfinished state, thus allowing us to observe the different paths that research can take. The study was developed from the perspective that the parish of S. Bartolomeu of Coimbra was observed as the case study with the help of a set of medieval sources, the basic source being the Obituary of the Collegiate Church of S. Bartolomeu. Aware of the relevance of ecclesiastical funds for the study of social, economic and cultural aspects of a city or region, we intended to scrutinize not only the Obituary Calendar, but also resort to documentation compiled from the Collegiate's documentary fund, and other ecclesiastical institutions documentary funds. For this complex and meticulous analysis of the Parish of S. Bartolomeu and its documentary collection, we opted for a computer-based methodology through a transdisciplinary dialogue. In this article, after a brief exposition of the object of study and its primary source, we will try to acknowledge the methodology used, and justify the structure of the research carried out.

Keywords: Urban parish; S. Bartolomeu of Coimbra; Digital Humanities; Obituary.

1. Objeto de estudo, problemática e objetivos

A nossa proposta de dissertação de mestrado visou estudar a paróquia urbana medieval de S. Bartolomeu de Coimbra e, nela, a organização das suas comunidades. Nos últimos anos, esta paróquia tem sido alvo de investigação procurando integrar na historiografia coimbrã várias abordagens de análise socioeconómica e de história urbana. Desta forma, a nossa investigação, mais do que se diferenciar procurou acrescentar conhecimento à célula eclesiástica que compunha o arrabalde de Coimbra medieval. Alicerçados num acervo documental de proveniência heterogénea, tivemos como fonte basilar o Obituário de S. Bartolomeu de Coimbra⁴⁰, que iremos apresentar com maior detalhe.

40 O Obituário da Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra pode ser encontrado no Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa, Série azul, 1186; Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa, Série azul, 1652. O manuscrito encontra-se transcrito e editado, ver: Maria Amélia Álvaro de

As balizas cronológicas da investigação estavam condicionadas pela documentação em análise. No que diz respeito ao Obituário, apenas 111 inscrições eram datadas, sendo que a mais antiga regista um óbito em 1174⁴¹ e a mais tardia em 1411⁴², restando, assim, cerca de 288 inscrições⁴³ sem essa informação. Deste modo, ainda que consigamos inferir que tratámos cronologicamente cerca de quatro séculos⁴⁴, estes limites temporais devem ser considerados provisórios.

O principal objetivo desta investigação foi reconstituir as comunidades da paróquia de S. Bartolomeu através da análise das redes familiares, socioprofissionais e espirituais. Para isso, o primeiro passo passou pela notação informática integral do Obituário de S. Bartolomeu, que, como iremos explicar, foi um processo moroso e meticuloso que envolveu um conjunto de problemáticas que obrigaram a decisões e reformulações. De seguida, procuraremos observar e compreender as redes sociais que integraram a comunidade paroquial de S. Bartolomeu de Coimbra. Em paralelo, é, também, importante refletir sobre as produções historiográficas que se estabelecem na esfera destas temáticas, a Paróquia, a Cidade e a Morte. Finalmente, a redação da dissertação de mestrado foi o resultado da investigação. Consideramos que a dissertação de mestrado procurou contribuir para o conhecimento do objeto histórico que estudámos, a paróquia de S. Bartolomeu, e, ainda, tal como o projeto que integramos, foi de teor exploratório, tendo como maior preocupação aferir a aplicabilidade do nosso programa metodológico para futuras investigações históricas.

2. Estado da questão e contexto historiográfico

Considerando o nosso objeto de estudo, a paróquia de S. Bartolomeu de Coimbra, uma das quatro células eclesíásticas do arrabalde medieval da cidade, tem beneficiado de estudos realizados a partir do fundo documental da sua Colegiada que

Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos. O Obituário Medieval da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020). <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1699-5>

41 Regista o óbito, no dia 8 de abril, de Pedro Anes. *Idem.* p. 108 (fl.5v 08/04).

42 Aniversário por alma de Vicente Domingues, raçoeiro de São Pedro de Coimbra. *Idem.* p. 116 (fl.7 09/05).

43 Das inscrições sem a indicação do ano cerca de 26% são consideradas determinadas, nas restantes 74% é-nos possível designar pelo menos ou o século/s onde se serem. Isto foi exequível pelo trabalho de atribuição de mãos a cada inscrição. *Idem.* p. 57-68.

44 Teremos também em análise documentação transcrita por Cristina Guardado. Neste caso, o documento de 1126 marca o limite mais antigo (data atribuída à fundação da Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra), até 1412, documento que marca o termo do priorado de Raimundo Beltrões. Ver: Cristina Guardado, “A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais (Das origens ao início do séc. XV)” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 1999).

permitiram a análise do seu processo evolutivo, quer do ponto de vista eclesiástico, social, económico ou do urbanismo. O estudo de Cristina Guardado⁴⁵ dedicado à Colegiada de S. Bartolomeu, para além de realizar uma análise holística da instituição, publica e transcreve cerca de 145 documentos de proveniência eclética (régia, eclesiástica e particular), conservados no fundo da Colegiada. A autora apresenta os aspetos institucionais da composição e estruturação de S. Bartolomeu e, ainda, o seu inventário patrimonial. Dando continuidade a este estudo, Maria Amélia Álvaro de Campos estuda a paróquia em alguns dos seus artigos dedicados ao arrabalde coimbrão⁴⁶, e, particularmente, na introdução à edição crítica do Calendário Obituário de S. Bartolomeu⁴⁷. Do ponto de vista do estudo do urbanismo medieval, a paróquia de S. Bartolomeu, foi também alvo de escrutínio por Luísa Trindade⁴⁸, Jorge de Alarcão⁴⁹ e Octávio Augusto⁵⁰. Luísa Trindade, ainda que não fale diretamente da igreja ou paróquia de S. Bartolomeu, trata de um local adjacente, a Praça, que tal como esta igreja, se transforma ao longo dos séculos. Jorge de Alarcão redige um estudo dedicado ao templo de S. Bartolomeu, com base nas escavações arqueológicas lideradas pelo próprio, explica as transformações do edifício, desde a sua forma primitiva à sua (re)forma moderna que vemos hoje. Octávio Augusto, na sua dissertação de mestrado, inspirado por Luísa Trindade e Jorge de Alarcão, reflete sobre a Praça, contextualizando a sua progressiva afirmação da centralidade na Baixa coimbrã, e, simultaneamente, examinado a sua evolução morfológica e dos arruamentos circundantes.

45 *Idem.* p. 18.

46 Maria Amélia Álvaro de Campos, “Marcos de referência e topónimos da cidade medieval portuguesa: o exemplo de Coimbra nos séculos XIV e XV”, *Revista do Centro de História da Sociedade e da Cultura* (2013): 157-176. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/42387?mode=full>

47 Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos. O Obituário Medieval da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020).; Maria Amélia Álvaro de Campos, “La parroquia de São Bartolomeu de Coimbra en la edad media: paisaje, sociedad y relación com el río de un área urbana (siglos XII-XV)”, *Anuario de Estudios Medievales* (2021): 601-628. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/96890>

48 Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”, *Media Aetas Revista de Estudos Medievais*, II Série, Vol. I (2005): 121-158. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/79519>

49 Jorge de Alarcão, “A igreja românica de S. Bartolomeu de Coimbra”, *Conimbriga*, 48 (2009): 211-230.; Jorge de Alarcão, *Coimbra: a montagem do cenário urbano* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008). <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/2534>

50 Octávio Augusto, “A praça de Coimbra e a afirmação da baixa. Origens, evolução urbanística e caracterização social” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2013). <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/29366>

No que diz respeito à fonte primordial do estudo, os obituários apresentam alguns problemas para a comunidade historiográfica⁵¹, o mais complexo é a própria designação, definição e diferenciação relativamente aos outros livros necrológicos. Atualmente, e conforme nos diz Antoni Pons Cortés⁵², a postura adotada aceita a transformação gradual do necrológico em obituário desde meados do século XII⁵³. A análise destas fontes tem sido realizada no âmbito da codicologia, da genealogia ou da história económica e social. No entanto, a sua utilidade não deve ser esquecida do ponto de vista da história da arte, uma vez que os obituários são, também, fontes históricas que auxiliam a reconstituição dos templos e dos seus adros. Na historiografia ibérica, o primeiro a abordar o estudo arquitetónico à luz de um obituário foi Peregrín Luis Llorens⁵⁴ sobre a catedral de Segorbe, resultando na reconstrução do claustro. No contexto nacional, inventariamos alguns estudos alicerçados nesta complexa fonte. *O Inventário dos Bens e Obituário de Santa Maria de Alcáçova de Santarém*⁵⁵, de Padre Avelino de Jesus da Costa é a primeira contribuição para a historiografia nacional com base num Obituário. Já no século XXI, Saúl Gomes⁵⁶, Aurélio Barradas⁵⁷ e Maria José de Azevedo Santos⁵⁸ contribuíram para o acervo bibliográfico que estuda esta tipologia documental.

Todos estes documentos têm em comum o motivo da sua produção: a gestão das cerimónias de comemoração dos mortos nas respetivas igrejas e mosteiros. A morte continua a ser um tema clássico da historiografia. Ao contrário de alguns países da Europa, como por exemplo França, Portugal teve um investimento tardio na temática. Na década de 60, surgiram os primeiros estudos sobre esta problemática. Philippe

51 Antoni Pons Cortés, “Necrologios y obituarios medievales en la Peninsula Iberica y su utilización como fuente para la historia de la arquitectura religiosa”, *Medievalia*, 20 (2017): 198. <https://raco.cat/index.php/Medievalia/article/view/332132>

52 Antoni Pons Cortés, “Necrologios y obituarios medievales en la Peninsula Iberica y su utilización como fuente para la historia de la arquitectura religiosa”, *Medievalia*, 20 (2017): 201.

53 Saúl António Gomes, “Fragmentos codicológicos de um obituário primitivo do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”, *Humanitas*, vol. 56 (2004), 386. <https://philpapers.org/rec/GOMFCD>

54 Peregrín Luis Llorens, *El claustro gótico de la catedral de Segorbe* (Valencia: Sucesor de Vives Mora, 1970).

55 Avelino de Jesus da Costa, *O Inventário dos Bens e Obituário de Santa Maria de Alcáçova de Santarém* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1981).

56 Saúl António Gomes, “A memória dos fiéis defuntos no obituário da Sé de Lamego”, *Biblos* (1996): 149-174.; Saúl António Gomes, “Fragmentos codicológicos de um obituário primitivo do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”, *Humanitas*, vol. 56 (2004): 383-399.

57 Aurélio Barradas, “Martyrologium Lamecense – Texto e Comentário” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012). <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/23337?mode=full>

58 Maria José Azevedo, *Um obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora: a comemoração dos que passaram deste mundo* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2008).

Ariès⁵⁹ trata dos motes basilares da morte e da sua conceção na mentalidade do homem medieval. Em *O homem perante a morte*⁶⁰, publicado em 1977, Philippe Ariès redige um estudo sem um espaço concreto e de longa duração, onde reflete a evolução do sentimento e das interações humanas perante a morte. Ariès permanece, ainda hoje, uma referência historiográfica obrigatória nesta temática. Outro autor francês que marcou a historiografia medieval, nomeadamente a história da morte, foi Jacques Le Goff. *O nascimento do purgatório*⁶¹ aborda a morte como parte integrante da história da mentalidade medieval, mantendo-se fiel ao seu encanto pela história do quotidiano do homem medieval. Mostra como o conceito do juízo final influenciou e moldou a vivência e a comemoração dos defuntos. Ainda no panorama internacional, Paul Binski redige a obra *Medieval Death – Ritual and Representation*⁶² onde reúne um conjunto de conceitos associados à morte e à sua relação dicotómica entre os vivos e os mortos. A historiografia ibérica permanece com poucos estudos sobre a morte, particularmente no período medieval. No contexto nacional, encontramos a primeira grande obra exclusiva ao estudo da morte, *A vivência da morte na Estremadura portuguesa: 1300-1500*⁶³, redigida por Hermínia Vilar. Até aqui, encontramos uma sistematização concetual da morte na obra *Sociedade Medieval Portuguesa*⁶⁴ e quer Ângela Beirante⁶⁵, quer Maria Helena da Cruz Coelho⁶⁶ contribuíram com artigos onde estudam e analisam testamentos de forma a questionar a morte. José Mattoso destaca-se, também, com o volume *Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*⁶⁷ no findar do século XX, onde reúne um conjunto de textos sobre a temática da morte. O período tratado é a Idade Média, no entanto, os artigos de diferentes autores abordam a temática da morte desde o período paleocristão até ao início do século XVI, permitindo verificar tanto continuidades como diferenças na perceção da morte por parte do Homem. Já no século XXI, os estudos referentes à morte no período medieval continuam em número reduzido, encontramos, essencialmente, alguns artigos dedicados ao estudo e análise

59 Artigos esses que foram mais tarde reunidos em Philippe Ariès, *Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média* (Lisboa: Editora Teorema, 1988).

60 Philippe Ariès, *O homem perante a morte*, 2ª edição (Mem Martins: Publicações Europa-América, 2000).

61 Jacques le Goff, *O nascimento do Purgatório* (Lisboa: Editora Estampa, 1981).

62 Paul Binski, *Medieval Death – Ritual and Representation* (London: British Museum Press, 1996).

63 Hermínia Vilar, “Vivência da Morte na Estremadura Portuguesa (1300-1500)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1990). <https://run.unl.pt/handle/10362/31882>

64 A. H. de Oliveira Marques, *Sociedade Medieval Portuguesa* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010).

65 Ângela Beirante, “Para a história da morte em Portugal”, *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. I (Lisboa: Estampa, 1982), 357-383.

66 Maria Helena da Cruz Coelho, “Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra”, *Revista Portuguesa de História*, nº18 (1980): 312-333. <https://books.openedition.org/cidehus/9356>

67 José Mattoso, *Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular* (Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996).

de testamentos⁶⁸ e ao estudo de fundação de capelas⁶⁹. O mais recente estudo, de Maria Amélia Álvaro de Campos ⁷⁰, realizado no âmbito do Projeto Exploratório COMMEMORTis, surge numa tentativa de fazer renascer o interesse pela temática da morte, tratando das representações da morte nas três paróquias do arrabalde medieval da cidade de Coimbra, Santa Justa, Santiago e S. Bartolomeu.

3. Fontes

Tal como indicámos, o manuscrito basilar do nosso estudo e análise foi o Obituário de S. Bartolomeu. Este documento constitui um exemplar raro, produzido no segundo quartel de Trezentos⁷¹, «é um dos mais antigos obituários portugueses produzidos fora das catedrais e dos principais mosteiros do reino»⁷². O manuscrito inédito, foi transcrito e editado por Maria Amélia Álvaro de Campos no seu projeto de pós-doutoramento⁷³. No documento encontramos uma abrangência cronológica singular e dados que permitem a construção do perfil social, económico, urbano e cultural da paróquia de S. Bartolomeu. O conteúdo temático do Obituário em análise forneceu um manancial de dados para a caracterização e reflexão histórica da sua paróquia. Permitiu-nos registar os nomes dos defuntos, as suas circunstâncias socioprofissionais e/ou familiares, os bens doados para sustento dos aniversários da

68 Algumas das obras a que nos referimos: Maria dos Anjos Catação, “Testamentos, doações e espiritualidade do Mosteiro de S. Domingos de Évora no período de 1440 a 1520” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 2010). <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/12071>; Vanda Lourenço, “O testamento da rainha D. Beatriz”, *Promontoria*, n.º 3 (2005): 81-107.; Ricardo Seabra, “A morte pela pena do tabelião: testamentos e doações no Porto Medieval”, *Actas do VII Congresso Internacional Imagens da Morte* (2016): 1-16.; António Brochado da Mota, “Testamentos régios – Primeira Dinastia (1109-1383)” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2011). <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/6784>

69 Teresa Costa e Filipe Calvão, “Fundação de capelas na Lisboa quatrocentista: da morte à vida eterna”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 13-14 (2001-2002): 337-368; Maria Amélia Álvaro de Campos, “The bequest of Pedro Domingues, 1335: the foundation of a chapel honour of Dona Branca, princess of Portugal, the church of Santa Justa of Coimbra”, *Medievalista*, n.º16 (2016). <https://journals.openedition.org/medievalista/1192>; Maria de Lurdes Rosa, “«As almas herdeiras». Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)” (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2005). <https://run.unl.pt/handle/10362/13303>

70 Maria Amélia Álvaro de Campos, “Death Commemoration Strategies in Medieval Portugal: A Mirror of Lay Participation Religious Parochial Life (The Case of Coimbra)”, *Religions* 14, n.º 12 (2023). <https://doi.org/10.3390/rel14121443>

71 Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos. O Obituário Medieval da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020), 19.

72 *Ibidem*.

73 *Ibidem*.

alma e, ainda, detalhes das celebrações, sejam estes relativos às cerimónias ou às distribuições realizadas no decorrer das mesmas⁷⁴. Contudo, ele não reúne todos os dados necessários para reconstituição da paróquia medieval a que nos dedicámos o que obrigou a fazer uma pesquisa minuciosa da documentação referente a esta instituição. Procurámos, por isso, complementar a nossa investigação com a documentação compulsada, estudada e transcrita por Cristina Guardado⁷⁵. De forma mais pontual, analisámos também documentação avulsa no Obituário da Sé de Coimbra⁷⁶, no Livro dos *Treslados dos Emprazamentos do Cabido da Sé de Coimbra*⁷⁷ e nos *Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra*⁷⁸.

A documentação estudada por Cristina Guardado integra o fundo, que atualmente se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo⁷⁹. Cerca de 145 documentos, foram transcritos pela autora. A esmagadora maioria dos documentos (74%) são respeitantes ao século XIV⁸⁰ e de origem eclesiástica (76%). Também como fonte fundamental para o estudo de vários aspetos entrelaçados com a história da cidade de Coimbra, podemos encontrar o *Livro das Kalendas*, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo⁸¹. O mesmo, foi transcrito e publicado por Pierre David e Torquato de Sousa Soares. Trata-se de um dos primeiros manuscritos martirológico-obituário a ser publicado⁸². Já, o livro dos *Treslados dos Emprazamentos* do Cabido da Sé de Coimbra que se encontra no Arquivo da Universidade de Coimbra, integra a cópia 275 documentos que abrangem desde 1033 a 1486, dos quais dezoito dizem respeito ao território urbano que nos interessa, no entanto apenas dois nos dão os detalhes que permitem a reconstituição e caracterização da casa corrente e da paisagem urbana⁸³.

74 *Idem*, p. 32.

75 Cristina Guardado, “A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais (Das origens ao início do séc. XV)” (Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra, 1999).

76 Pierre David e Torquato de Sousa Soares, *Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis Colimbriensis: livro das kalendas (Edição Crítica)* (Universidade de Coimbra: Instituto de estudos históricos Dr. António de Vasconcelos, 1947).

77 Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Emprazamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27.

78 Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra*, Dep. V, 3ª Sec., Mów. 1.

79 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra*.

80 Cristina Guardado, “A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais (Das origens ao início do séc. XV)” (Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra, 1999), 18.

81 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Cabido da Sé de Coimbra*, liv. 4.

82 Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos. O Obituário Medieval da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020), 23.

83 Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Emprazamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27, doc.188 e doc.82.

Finalmente, a coleção arquivística dos *Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra*⁸⁴, que se encontra no Arquivo da Universidade de Coimbra, é composta por 129 documentos que vão desde 1127 até 1379. Registam dados relevantes sobre o património, mobiliário e imobiliário da Sé em transação. Convém ressaltar, que apenas tivemos em consideração dois documentos, o número 6, datado de 1284, que trata um escambo de uma vinha em Coselhas por um sobrado na freguesia de S. Bartolomeu, e o número 87, que regista um emprazamento de uma casa da Rua de S. Gião, a 19 de abril de 1363.

4. Metodologia

Respeitando os propósitos do projeto exploratório *COMMEMORTis* de interseção da computação e da análise histórica, optámos por uma metodologia de recolha de dados, essencialmente, informática, assente num diálogo inter e transdisciplinar, intrínseco às Humanidades Digitais⁸⁵. A infraestrutura informática para a análise da comunidade de S. Bartolomeu de Coimbra foi realizada com base no sistema de gestão de informação *Timelink*⁸⁶, desenvolvido por Joaquim Ramos de Carvalho⁸⁷. O sistema de gestão de bases de dados *Timelink* é uma ferramenta “*source oriented*”⁸⁸, que privilegia a fonte e a sua notação minuciosa em detrimento de uma transcrição informática a pensar nos resultados. Direciona-se para o estudo do individual, mas também das redes de relações, essenciais na caracterização das comunidades. As bases de dados construídas⁸⁹ desta forma permitiram o estudo de um grande volume de informação, por vezes fragmentada e /ou dispersa e a tomada de decisões a partir da informação inserida.

84 Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra*, Dep. V, 3ª Sec., Mów. 1.

85 Beatriz Barrocas Ferreira e Maria Manuel Borges, “As Humanidades Digitais na era da Ciência Aberta: diversidade e convergência na construção do conhecimento”, *Revista Estudos do Século XX*, nº22 (2022): 21. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/103258>

86 Pode ser consultado em: <https://timelk.uc.pt/mhk/>

87 Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e Religião: a Colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017), 26.

88 Joaquim Ramos de Carvalho, “Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720)” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 1997), 302.; Mariana Castro Barreira, “A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesíásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do Timelink” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2023), 27.

89 Joaquim Ramos de Carvalho, “Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720)” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 1997), 291. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/702>

A transcrição da fonte para o sistema seguiu um modelo formal, para o qual pessoas, objetos ou instituições, são “*entidades*” com um *id* próprio e individual⁹⁰. A entidade pode ser complementada com informações que a fonte nos forneça em forma de atributos ou relações. Ambos têm de ser acompanhados pelo seu valor, ou seja, não podemos inserir uma residência sem indicar o seu valor, por exemplo, Coimbra⁹¹. Como referido, a entidade pode ser também definida pelas relações que assume com os outros elementos da inscrição. Estas relações podem ser muito diversificadas, no caso de S. Bartolomeu identificámos relações de parentesco, profissionais e de sociabilidade. Tal como os atributos, as relações necessitam de valor para fazer sentido, ou seja, não basta inserir uma relação de parentesco, é necessário indicar o tipo de consanguinidade (exemplo: *rel\$parentesco/pai/de.../id*)⁹². O propósito da definição de relação é criar a rede de relações que mencionámos, na prática é criar uma micro-história de relacionamentos seja de que teor for entre dois ou mais *id*'s.

Os conceitos que apresentámos – entidade (no sistema de gestão de bases de dados é designado de “funções”), atributos e relações – são fundamentais para a configuração de uma notação que capte o conteúdo que nos foi apresentado na fonte, tornando, assim, viável⁹³ a sua importação para estruturas de base de dados relacionais.

Sendo o processo de notação longo e minucioso, este obrigou a equipa do projeto tomar um conjunto de decisões no sentido de uniformização da linguagem. Com efeito, a uniformização destas decisões, algumas discutidas antes do começo do processo de notação e outras ao longo do mesmo⁹⁴, foi essencial para a compreensão e a análise de ambas paróquias tanto pelos investigadores como para o futuro público leitor. A linguagem de notação estabelecida permite uma leitura próxima da estrutura e conteúdo original do documento. Com a base de dados organizada encontramos uma ferramenta que trata a fonte histórica com três abordagens diferentes em simultâneo:

90 *Idem.* p. 313.

91 Mariana Castro Barreira, “A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesíásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do Timelink” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2023), 27.

92 *Idem.* p. 28.

93 Ana Isabel Ribeiro, “Nobrezas e Governança. Identidades e perfis sociais (Coimbra, 1777-1820)”, Volume I (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012), 29.

94 Os problemas e as respetivas soluções são descritos em pormenor na dissertação de Mestrado. Mariana Castro Barreira, “A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesíásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do Timelink” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2023), 30-35.

relaciona, sintetiza e organiza os dados. Para além disso, é um sistema de informação que permite sempre a ampliação e expansão da análise histórica.

5. Estrutura da investigação

A estrutura da investigação que aqui apresentamos não é o resultado final, mas sim aquela que descrevemos no *XV Workshop de Estudos Medievais*. Ainda que diferente, a divisão temática manteve-se organizada em quatro capítulos principais, que passamos a apresentar na página seguinte.

Introdução

1. Abordagem metodológica: fontes e base de dados:

1.1. As fontes:

- a. O Obituário da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra;
- b. Outros documentos com referências à igreja e paróquia de São Bartolomeu de Coimbra.

1.2. A metodologia de estudo – *Timelink*:

- a. Construção da base de dados: notação e importação dos dados; identificação das pessoas e bens.

2. A Paróquia de S. Bartolomeu:

2.1. A inserção urbana de S. Bartolomeu;

2.2. A igreja de S. Bartolomeu:

- a. Breve história institucional;
- b. As transformações do templo.

2.3. O património imobiliário de S. Bartolomeu:

- a. Localização e composição da propriedade;
- b. Reconstituição do património imobiliário.

3. Comunidades de São Bartolomeu:

3.1. A comunidade laica;

3.2. A comunidade eclesial.

4. O investimento na memória individual e familiar:

4.1. A fundação de aniversários;

4.2. As cerimónias de sufrágio.

Conclusão

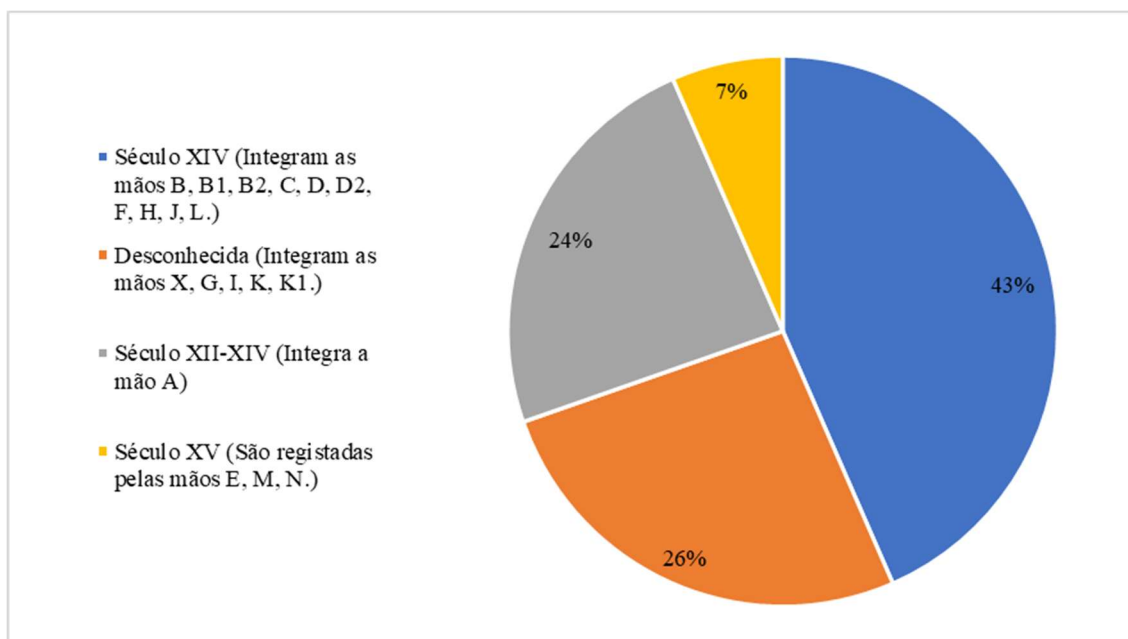
O primeiro capítulo é de extrema importância para fundamentar o nosso trabalho. As fontes e, principalmente, a metodologia aplicada na investigação colocaram à prova o discurso transdisciplinar e responderam ao propósito do Projeto Exploratório. A criação da base de dados foi, por isso, explicitada com detalhe. O segundo capítulo, constituiu a revisão historiográfica da Paróquia e Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra, complementando com os dados compulsados das fontes estudadas no âmbito deste estudo. Os últimos capítulos, o terceiro e o quarto, são o resultado da investigação alicerçada no sistema de informação *Timelink*. Aqui foram expostos os dados levantados, com o intuito de caracterizar a comunidade como um todo do ponto de vista socioeconómico, de identificar especificidades de alguns indivíduos, e, finalmente, apresentar de que forma a morte se expressa na comunidade paroquial de S. Bartolomeu de Coimbra.

6. Conclusões Preliminares

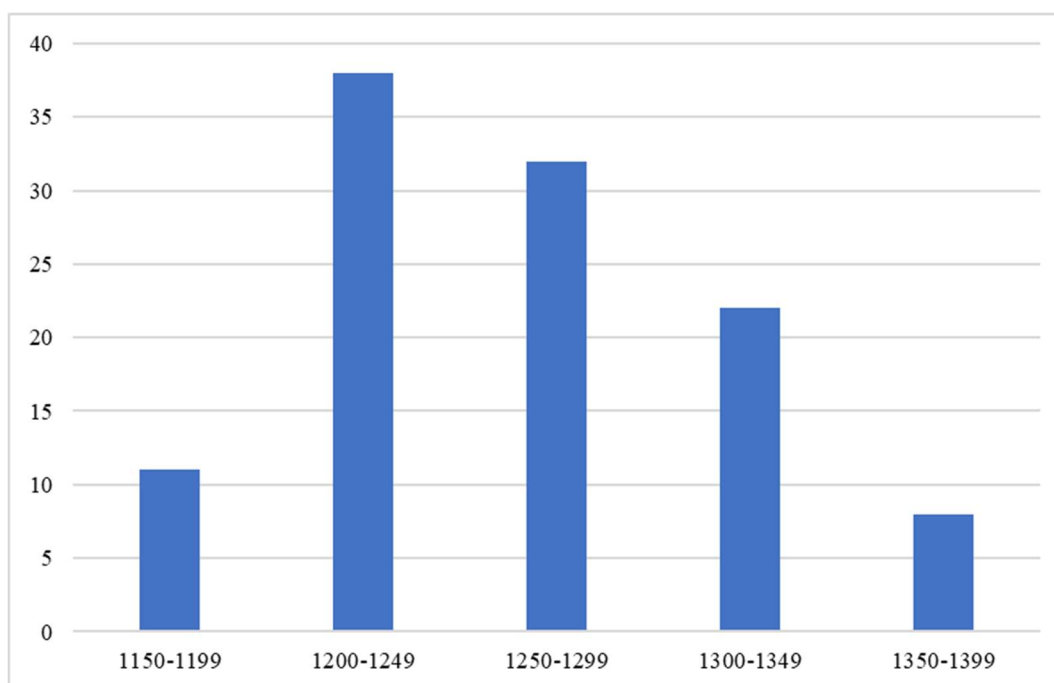
O balanço do trabalho realizado até então era positivo, os meses de trabalho permitiram a reunião de um acervo documental e bibliográfico considerável, a redação da notação informática das fontes e um investimento no estudo na cidade de Coimbra medieval. Aquando da comunicação do *XV Workshop de Estudos Medievais*, tínhamos como resultados: o levantamento de dados como a distribuição cronológica das inscrições (quer seja das inscrições datadas, quer seja daquelas que apenas temos a indicação da mão), o património doado e, finalmente, uma síntese esquemática das cerimónias encomendadas à paróquia de S. Bartolomeu de Coimbra.

Por integrarmos o Projeto Exploratório *COMMEMORTIS – O que sobrevive depois da morte? Comunidades paroquiais e estratégias de comemoração dos mortos na cidade medieval* (EXPL/HARHIS/0532/2021), o objetivo era aferir a aplicabilidade e utilidade do sistema de informação *Timelink* numa investigação histórica. Apesar de nesta altura ainda não apresentarmos resultados concretos, já acreditávamos que o *Timelink* era uma ferramenta facilitadora e frutífera para o conhecimento das “redes sociais” que compunham a paróquia urbana medieval de Coimbra, a que nos propusemos a estudar.

Anexos



Anexo 1 — Distribuição cronológica das inscrições sem datação (Obituário de S. Bartolomeu)

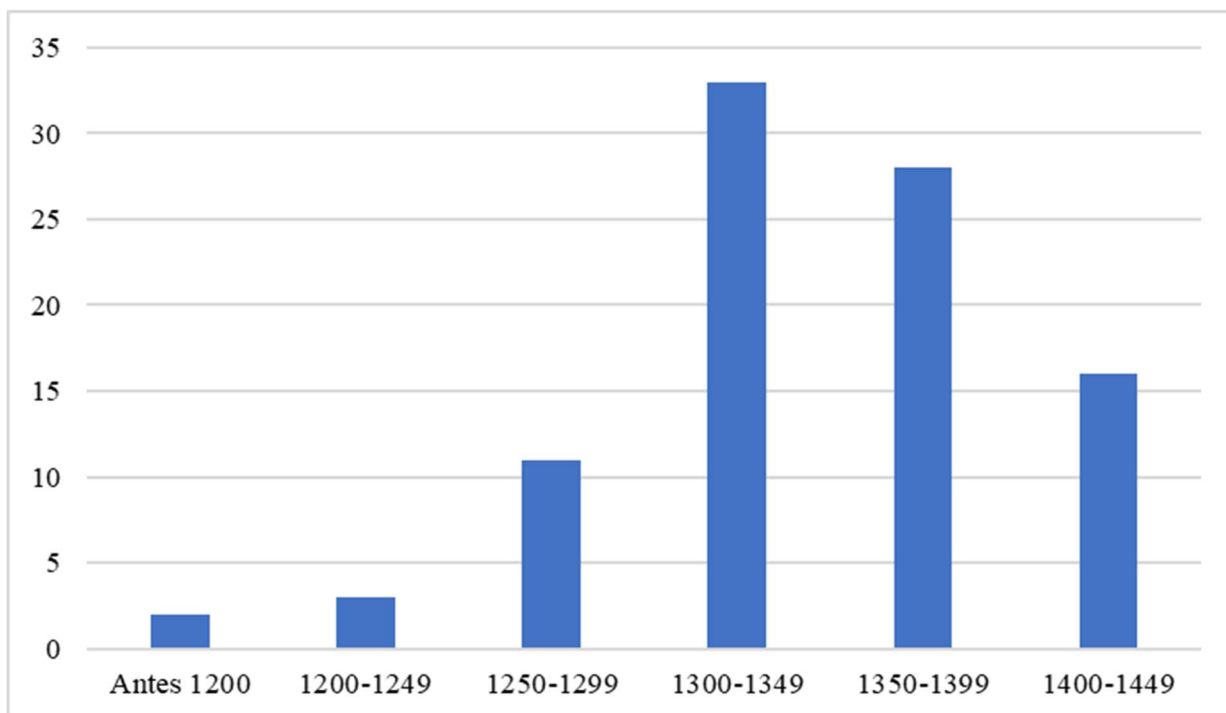


Anexo 2 — Distribuição cronológica das inscrições datadas (Obituário de S. Bartolomeu)

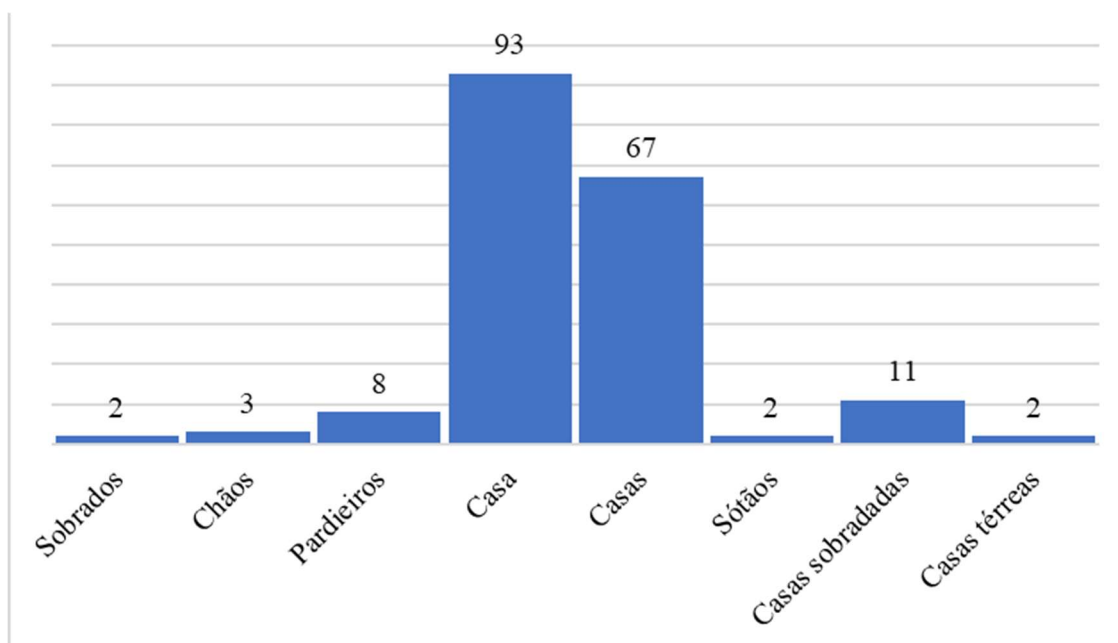
Tipologia Documental	Antes de 1200	1200- 1249	1250- 1299	1300- 1349	1350- 1399	1400- 1449	Total
Acordos		1	1	1			3
Aforamentos				1	2	1	4
Cartas de posse					3	2	5
Compras/vendas	1	1	1 ⁹⁵	1			3
Confirmação de privilégios					1		1
Doações	1		1	4	5	2	13
Emprazamentos			2	7	47 ⁹⁶	15 ⁹⁷	71
Escambos			2 ⁹⁸		2		4
Procurações				3	1	1	5
Renúncia de propriedades					1	1	2
Sentenças				14	6	5	25
Diversos		1	4	2	7	4	18
Total	2	3	10	33	28	16	154

Anexo 3 – Tipologia e distribuição cronológica da documentação recolhida

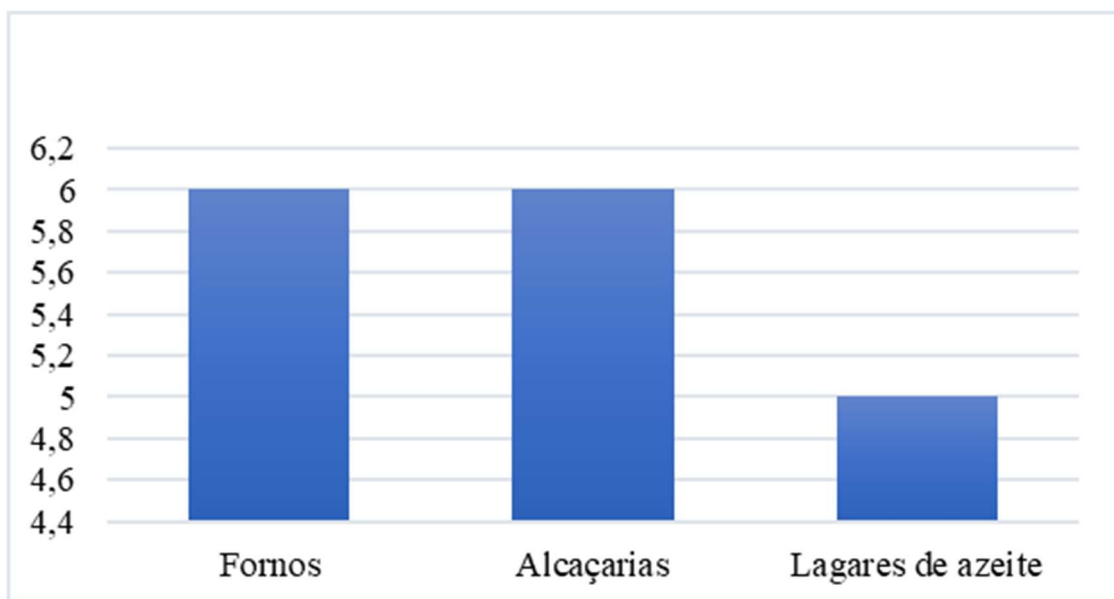
-
- 95 Consideramos o documento que diz respeito à venda de lagares de azeite na paróquia de S. Bartolomeu. Saúl António Gomes, “Venda de lagares de azeite na paróquia de S. Bartolomeu de Coimbra (1258)”, *Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática*, nº 10 (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2022), 105-106.
- 96 Este número tem em consideração os dados recolhidos por Cristina Guardado e o emprazamento referido nos Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé, datado de 1363. Ver: Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra*, Dep.V, 3ª Sec., Mów. 1, Gav. 3, n.º 87 (19 de abril de 1363).
- 97 Para além dos dados de Cristina Guardado, consideramos os emprazamentos analisados no Livro dos Treslados dos Emprazamentos do Cabido da Sé. Ver: Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Emprazamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27, doc. 188 (1434); Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Emprazamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27, doc. 82 (1442).
- 98 O número apresentado tem em consideração a carta de escambo encontrada nos Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé, datada de 1284. Ver: Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra*, Dep.V, 3ª Séc., Mów. 1, Gav. 1, n.º 6 (14 de junho de 1284).



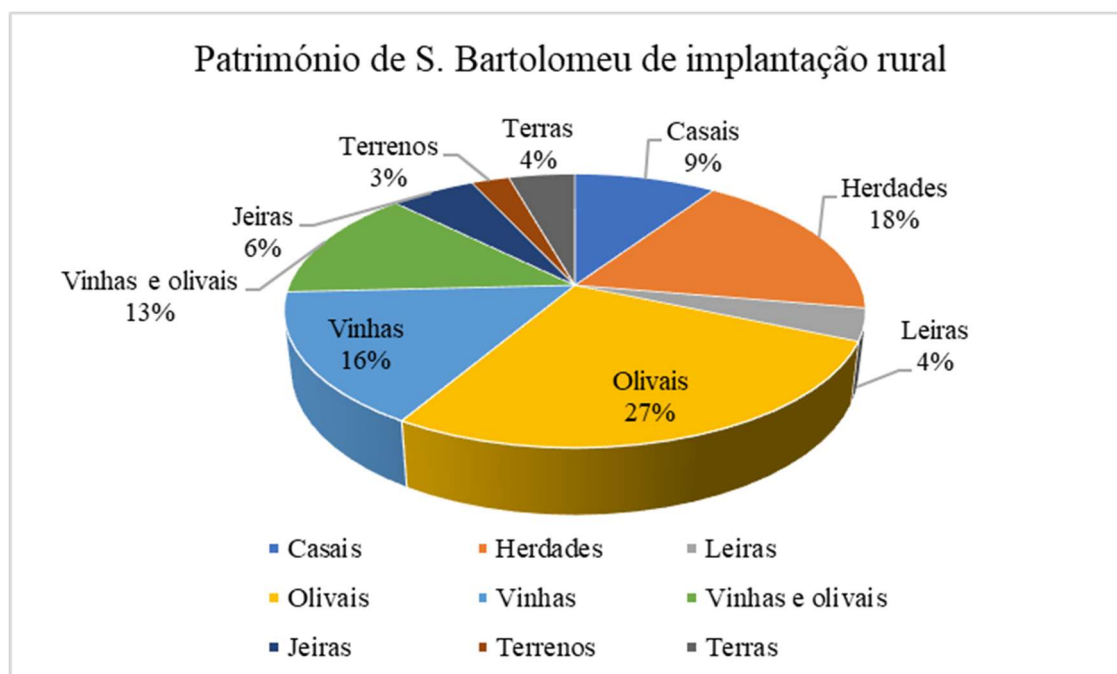
Anexo 4 – Distribuição cronológica da documentação selecionada



Anexo 5 – Número de prédios urbanos registados no património de S. Bartolomeu



Anexo 6 — Propriedades de equipamentos de transformação que integram o património de S. Bartolomeu



Anexo 7 — Tipologias de propriedade rústica de S. Bartolomeu



Anexo 8 — Proposta da área territorial da Paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra⁹⁹

⁹⁹ Proposta cartográfica da área da Paróquia de São Bartolomeu, realizado a partir da Base Cartográfica: Levantamento Aerofotogramétrico de 1993/1999 da cidade de Coimbra. Ver Maria Amélia Campos, “La Parroquia de São Bartolomeu de Coímbra en la edad Media: Paisaje, sociedad y relación con el río de un área urbana (siglos XII-XV)”, *Anuario de estudios Medievales* (2021): 601-628.

Um Tesouro dos inícios do século XV em Penela da Beira: proposta de dissertação de mestrado

JOÃO TEIXEIRA MOREIRA

Universidade do Porto

<https://doi.org/10.21747/978-989-9193-14-7/inc12a4>

Sumário

O presente texto pretende dar a conhecer a nossa proposta para a conclusão do mestrado em Arqueologia pela Faculdade de Letras da UP. Relativamente ao seu conteúdo, trata-se da análise de um achado monetário encontrado em Penela da Beira, localidade situada nos limites do distrito de Viseu, e enquadrado no reinado de D. João I. Pretendemos desta forma apresentar os seus conteúdos, o contexto do seu achamento e os objetivos que nos comprometemos a investigar.

Palavras-chave: Real 3 libras e ½, Numismática Medieval, Penela da Beira, D. João I.

Abstract

The main purpose of this text is to explain our proposition for the completion of a master's degree in Archaeology at the Faculty of Arts and Humanities of the University of Porto. The content focuses on the analysis of a monetary find in Penela da Beira, a town on the edge of the district of Viseu, during the reign of King João I. With this, we intend to present the circumstances in which it was found and the main goals we set out to investigate.

Keywords: Real 3 libras e ½, Medieval Numismatics, Penela da Beira, King João I

1. Tema, problemas, objetivos, cronologia e espaço

O tema apresentado no XV Workshop de Estudos Medievais (WEM) retrata a nossa proposta de estudo sobre um achado monetário encontrado em 2004 na localidade de Penela da Beira, no concelho de Penedono. É, portanto, nosso objetivo divulgar o ponto de situação do projeto. Elencando os objetivos principais e os objetivos secundários do trabalho, juntamente com a recolha bibliográfica até ao momento realizada, finalizaremos com um esboço da estrutura da dissertação.

1.1. Contexto do achamento do conjunto monetário

Apesar da distância cronológica entre os estudos numismáticos clássicos e medievais, os mais recentes trabalhos de dissertação da área, publicados na Faculdade de Letras, são encontrados em contexto de escavação arqueológica¹, visto que resultam das intervenções de conservação e/ou preservação empresarial ou no âmbito de um projeto de investigação. Esta abordagem fornece informações essenciais à interpretação e compreensão do achado, de modo que seja possível relacionar o objeto com o contexto envolvente. Esta característica não se confirma no nosso estudo, visto que este não apresenta um contexto arqueológico que sustente a sua interpretação e consequente contextualização espacial.

A maioria deste achado monetário encontra-se, à data, na posse de um particular, no entanto está disperso por mais 2 locais. A tabela seguinte apresenta a sua distribuição:

Localização	Quantidades (moedas)
Particular que descobriu o achado	1031
Museu Municipal de Penedono	3
Particular desconhecido (não foram analisadas para este trabalho)	2
Total do achado monetário	1036

1 Leia-se os seguintes trabalhos de dissertação: Henrique Pereira Ferreira, “Um tesouro monetário Baixo-Imperial do Castro do Monte Mozinho (Penafiel)” (Tese de Mestrado, Universidade do Porto, 2017); Alice Ferreira Godinho Baeta, “Conjuntos monetários baixo imperiais das escavações arqueológicas no Castelo de Lamego” (Tese de Mestrado, Universidade do Porto, 2021); Ana Rita Silva Pinto, “Estudo do espólio numismático da Necrópole de Montes Novos (Croca, Penafiel)” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2021).

De uma forma geral o conjunto monetário encontrava-se em clara deterioração, oxidação resultante do fraco acondicionamento do tesouro e desgaste, possivelmente da sua circulação ou contexto pós-deposicional. Estas características dificultam o processo de inventariação e de classificação do achado, como também a leitura das legendas e dos símbolos associados. É de referir que apenas 3 moedas, que se encontram no Museu Municipal de Penedono, do total de 1036 foram intervencionadas, passando assim por um tratamento e limpeza, essencial para uma correta preservação dos numismas.

Quanto à localização do achado não temos neste momento toda a informação necessária para apontar um local com clareza. Contudo é possível encontrar evidências bibliográficas relativas ao conjunto referindo a sua possível localização. O tesouro é referido na obra de João Ferreira da Fonseca, *A Memória Judaica e Cristã-Nova de Penedono*, onde afirma que este foi encontrado:

“nas proximidades do Largo da Moreirinha, composto por diversas moedas, que foi achado enterrado no solo de uma casa aquando da realização de obras recentes”².

No mesmo livro o autor aponta a hipótese de uma associação do tesouro a uma família judaica, agentes com presença assídua neste local. Todavia no nosso entender não existe uma justificação suficientemente sustentada para validar com confiança a teoria e a relação deste tesouro monetário com indivíduos judaicos. No entanto, não excluímos essa possibilidade.

No livro *Castelo de Penedono. Mil anos de história*, do mesmo autor, é ainda possível encontrar uma outra referência ao achado em estudo, na nota de rodapé número 9 é mencionada a existência deste tesouro em Penela da Beira, cujo paradeiro é desconhecido³. Até ao presente momento não foram encontradas novas referências que nos forneçam novas informações sobre o achado, sendo que anunciaremos para a publicação da dissertação os restantes contributos que poderão vir a ser encontrados.

Em nenhuma das obras consultadas referiram a existência de uma peça cerâmica que as aglomerava. Contudo, esta existe e fará parte do nosso estudo. Caracteriza-se por apresentar um fundo plano, sem asa e com um bordo extrovertido. Apresenta ainda um orifício que corresponde ao momento que foi encontrado. Tentaremos, para além do seu desenho e descrição detalhada, compreender a sua cronologia, compreendo se é coerente com a cronologia das moedas.

2 João Ferreira da Fonseca, *A Memória Judaica e Cristã-Nova de Penedono* (Viseu: Município de Penedono, 2021), p. 67.

3 João Ferreira da Fonseca, *Castelo de Penedono. Mil anos de História* (Viseu: Município de Penedono, 2014), pp. 168.

1.2. O conjunto monetário – o seu estudo e objetivos

Este conjunto monetário é um achado raro na numismática portuguesa. Não só porque se trata de um achado referente à época medieval, que por si só revela alguma singularidade, mas também porque se tratam de 1036 moedas que apresentam uma característica comum: todas as moedas analisadas (1034) são reais de 3 libras e ½.

É sabido, através da célebre fonte da autoria de A. C. Teixeira de Aragão⁴, que as moedas de Real de 3 libras e ½ foram mandadas cunhar, entre 1398 e 1407, nas oficinas monetárias de Lisboa e do Porto. Sabemos também que o Real de 3 libras e ½ é constituído por bolhão, uma junção de uma percentagem reduzida de prata (Ag) e outra, maioritária, de cobre (Cu). Apenas em 1408, nas Cortes de Évora que foi terminada de forma oficial a sua emissão, e iniciada uma nova: o Cruzado de 35 Soldos, e que veio substituir as moedas que nos encontramos a estudar⁵.

A moeda medieval e o seu sistema monetário, respeita o conceito metalista, ou seja, o valor das moedas corresponde ao valor intrínseco do metal utilizado para a produção da mesma. Ao contrário do que se verificou a partir do século XX, conhecido como conceito nominalista em que o valor atribuído resulta de atribuições e decisões estatais e não ao valor contido na peça⁶.

Para compreendermos o peso e as leis aplicadas à emissão da moeda em estudo temos de recorrer à leitura do Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte ou Livro da Cartuxa, mais especificamente, o apontamento de 1436 denominado “Estas sam a ligas de bolhões e moedas correntes asy ouro como prata”. Este documento refere a produção do Real de 3 libras e ½ dos velhos que é de lei de 12 grãos e 92 peças em marco e 96 em marco de lei de 10 grãos⁷. Apesar disso, nas leituras de A. C. Teixeira de Aragão⁸ e Mário Gomes Marques⁹ estes apresentam alguma diferença na sua leitura afirmando que a lei do Real de 3 libras e ½ dos velhos é de 36 grãos e 90 peças em

4 A. C. Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e Histórica das moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, 3 vols., 2ª ed (Porto: Livraria Fernando Machado, 1963).

5 *Idem.*, pp. 197-216.

6 Mário Gomes Marques, *História da Moeda Medieval Portuguesa* (Sintra: Instituto de Sintra, 1996), p.13.

7 *Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa). Edição diplomática*. Transcrição de João Alves Dias, Introdução de A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Estampa, 1982), p.174.

8 A. C. Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e Histórica das moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, 3 vols., 2ª ed (Porto: Livraria Fernando Machado, 1963).

9 Mário Gomes Marques, *História da Moeda Medieval Portuguesa* (Sintra: Instituto de Sintra, 1996), p.112.

marco e se acham de 92 peças em marco por lei de 30 grãos¹⁰. Para compreendermos o que isto significa é necessário ter em conta que um marco corresponde a aproximadamente 229,5-230 g¹¹. Desse marco, a Casa da Moeda teria de produzir 90 peças, ou moedas, por lei de 36 grãos, ou seja, 1,5 dinheiros ou 125%, tendo um peso teórico de 2,55 g. De notar que durante toda a época medieval, o valor da prata pura correspondia a 12 dinheiros e cada dinheiro corresponde a uma subunidade de 24 grãos¹².

Apesar de concluir o valor percentual de prata contida nesta emissão, sabemos da existência de outras emissões monetárias. Deste modo, pretendemos compreender as quantidades de prata aplicada em cada emissão monetária, confirmando a sua variação de desvalorização e as razões por detrás dessa quebra constante na prata utilizada na liga metálica para a produção dos numismas¹³.

Iremos responder a todas as questões relativas a valores metrológicos, como o diâmetro e o peso médio de cada uma das 1034 moedas analisadas neste estudo. Relacionando entre si os valores e comparando-os com as regulações régias sobre esta moeda e as suas várias emissões. Ademais, pretendemos determinar a oficina monetária predominante no tesouro, isto é, qual é a Casa da Moeda que se destaca após a análise dos numismas. Para isso, as 1034 moedas serão analisadas individualmente, com o objetivo de identificar, se possível, a letra referente à sua origem de produção. Com isso conseguiremos compreender a distribuição da Casa da Moeda determinando relações de peso, de diâmetro e das representações contidas nas moedas.

Os vários aspetos representativos que compõem uma moeda medieval serão alvo de uma detalhada compreensão, sendo este um dos aspetos principais para a concretização deste estudo. Refiro-me às letras monetárias, às coroas, aos arcos, aos sinais ocultos, aos escudetes, aos besantes e aos castelos¹⁴. Pretendemos identificar os

10 *Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa). Edição diplomática.* Transcrição de João Alves Dias, Introdução de A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Estampa, 1982), p.174

11 Existe alguma variação do valor concreto 229,5g defendido por Luís Seabra Lopes, "Sistemas legais de medidas de peso e capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI", *Portogalia*, Nova Série, vol. XXIV, (Porto: FLUP, 2003) e de 230g, como diz A. H. de Oliveira Marques, "Pesos e Medidas", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 5 (Porto: Livraria Figueirinhas, 1981), pp. 67-72.

12 Mário Gomes Marques, *História da Moeda Medieval Portuguesa* (Sintra: Instituto de Sintra, 1996), p.24

13 *Idem.*, pp. 113-114.

14 Para tal serão consultados as seguintes obras: F. F. P. da Villa de Favaio, *Diccionario Numismografico Lusitano*, 2ª ed. (Porto: Publicações da Sociedade Portuguesa de Numismática, 1963); José Leite de Vasconcellos, "Nomenclatura Numismática", *O Archeólogo Português*, vol. XXX

vários tipos catalogados e conhecidos e, se possível, contribuir para o alargamento do conhecimento destas representações no numisma em questão.

Relativamente aos sinais ocultos, estes serão alvo de uma especial atenção. Apesar de existirem alguns apontamentos sobre o tema, não existe nenhum contributo relevante que nos faça conhecer o verdadeiro sentido da existência destes símbolos na moeda. Sabemos que esta prática surgiu com as moedas de D. Fernando I, existindo algumas interpretações que consideram estas marcas como algo distintivo e particular dos abridores, ensaiadores, arrematantes ou encarregados do fabrico monetário¹⁵. José Leite de Vasconcelos afirma que se trata de sinais que pretendem “indicar o local da fábrica, os moedeiros”¹⁶. Ainda assim, não é possível aferir com segurança o verdadeiro significado dos sinais ocultos. Tentaremos desta forma compreender e contribuir para o conhecimento da sua intenção e representação, de modo a fornecer um contributo consciente.

1.3. Cronologia e espaço do estudo em curso

No que toca à nossa cronologia de estudo, esta apesar de se focar no curto intervalo de tempo em que a moeda em estudo foi produzida, 1398-1407, tentaremos definir uma baliza temporal entre o início do reinado de D. João I até ao ano de 1411, de modo a incluir o momento importante que foi a assinatura do Tratado de Ayllón¹⁷, este anuncia e concretiza um clima de paz entre o reino português e castelhano.

Relativamente ao espaço, focar-nos-emos principalmente no reino de Portugal, na zona geográfica de Penela da Beira, no concelho de Penedono, mas também em toda a sua área envolvente, com o objetivo de compreender a circulação monetária da moeda em estudo, principalmente em pontos como Torre de Moncorvo ou como Trancoso que detinham direito de fazer feiras¹⁸ e outros focos de atração comercial, que consequentemente traduziam-se em circulação de bens e de valores monetários.

(1938); Alberto Gomes, *Moedas Portuguesas e do território que hoje é Portugal* (Lisboa: Associação Numismática de Portugal, 2021).

15 Maria Lobo Vieira Rejane, *Moedas Portuguesas da Época dos Descobrimentos na Coleção do Museu Histórico Nacional 1383-1583* (Rio de Janeiro: MHN, 2000), p.33.

16 José Leite de Vasconcelos, “Nomenclatura Numismática”, *O Archeólogo Português*, vol. XXX (1938), p. 35.

17 Armando Luís Carvalho Homem, *Portugal nos finais da Idade Média: estado, instituições, sociedade política* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990)

18 Virgínia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas: subsídios para o seu estudo* (Lisboa: Editorial Presença, 1982); Paulo Morgado Cunha, “As feiras no Portugal Medieval (1125-1521): Evolução, Organização e Articulação” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2019).

2. Fontes

Relativamente às fontes documentais esta serão analisadas, apenas as fontes publicadas. Utilizaremos a Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória de Fernão Lopes¹⁹ e a Crónica de Gomes Eanes de Zurara²⁰, de modo a caracterizar o reinado de D. João I, e os momentos mais relevantes, sempre com consciência da fonte que estamos a abordar. Consultaremos as Chancelarias Medievais Portuguesas de D. João I²¹ verificando a presença da moeda em estudo, juntamente com a data da sua circulação.

Sobre o rei D. João I, a biografia da autora Maria Helena Cruz Coelho será fundamental para compreender o rei que impulsionou a criação e deu aval para as várias emissões de moeda. Para além disso analisaremos os estudos sobre a sua numária²² e diferentes moedas que vigoraram durante o seu reinado.

Abordaremos o estudo numismático medieval explorando a obra de Teixeira de Aragão²³, fundamental para a nossa base de compreensão da moeda em estudo, mas também da moeda medieval portuguesa. As obras do autor A. H. de Oliveira Marques²⁴ caracterizam-se pela sua abordagem, que apesar de gerais, são fundamentais para a caracterização da numismática medieval. O autor Mário Gomes Marques será um dos mais importantes investigadores a serem analisados não só pelo que escreveu²⁵, mas pela sua promoção de estudos sobre moeda medieval portuguesa²⁶.

19 Fernão Lopes, *Cronica del Rei Dom Joham I*, vol. 2 (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977).

20 Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta por el rei D. João I* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915).

21 *Chancelarias Medievais Portuguesas*, D. João I, ed. João José Alves DIAS, vol. I, tomos 1, 2 e 3; vol. II, tomos 1, 2 e 3; vol. III, tomo 1, 2 e 3; tomo IV, vol. 1 e 2 (Lisboa: INIC/UNL, 2004-2006).

22 M. F. D. Araújo, J. M. Cabral, Mário Gomes Marques, "The silver content of the reais brancos of Dom João I of Portugal", in *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area*, ed. Mário Gomes Marques (Santarém, 1984), pp. 231.; Arnaldo Brazão, "As supostas moedas de sola de D. João I", *Nvmmvs*, vol. VI, 1-2 (Porto: 1960), pp. 39-42.; Paulo Ferreira de Lemos, "Moedas de João I", *Nvmmvs*, vol. I, 4 (Porto: 1953) pp. 242-248.

23 A. C. Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e Histórica das moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, 3 vols., 2ª ed (Porto: Livraria Fernando Machado, 1963).

24 A. H. de Oliveira Marques, "A moeda portuguesa durante a Idade Média", in *Ensaios de História Medieval Portuguesa* (Lisboa: Veja, 1980) pp. 195-220; A. H. de Oliveira Marques, "Pesos e Medidas", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 5 (Porto: Livraria Figueirinhas, 1981) pp. 67-72.

25 Mário Gomes Marques, *História da Moeda Medieval* (Sintra: Instituto de Sintra, 1996); Mário Gomes Marques, *Introdução à Numismática* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982).

26 Por exemplo: Mário Gomes Marques (ed.), *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area* (Santarém, 1984).

A professora Maria José Pimenta Ferro²⁷ teve um contributo importante para a compreensão da moeda medieval, refiro-me à obra *Estudos da história monetária portuguesa (1383-1348)*, ou os artigos publicados em revistas da área²⁸. Juntamente a estes, serão abordados os estudos mais recentes referentes à numária de D. João I, como é o caso das teses de doutoramento de João Menezes Cordeiro²⁹ e de Iúri Fernandes³⁰. Estas duas teses serão consultas e terão um papel fundamental para a compreensão do que mais recente se compreende sobre a moeda.

Finalmente, iremos consultar as principais revistas da área da numismática. Em Portugal, a Revista da Sociedade Portuguesa de Numismática – NVMMVS e a revista da Associação Numismática de Portugal – Numimática. Estas duas revistas serão fundamentais para conhecer os principais estudos de numismática medieval em Portugal. Já fora de Portugal consultaremos, tanto quanto possível, as revistas de numismática das principais sociedades de numismática da Europa como é o caso da Società Numismatica Italiana, Asociación Numismática Española, a Revista Numismática OMNI, Bulletin de la Société Française de Numismatique e The Journal of Archaeological Numismatics – CEN. A consulta destas revistas terá como principal foco encontrar um exemplo de estudo semelhante, compreendendo o que foi feito e o porquê.

3. Metodologia

Relativamente à metodologia, esta consistirá numa análise dos dados relativos ao diâmetro e ao peso das moedas, juntamente com a leitura realizada de cada numisma. Estas informações serão inseridas numa base de dados, construída em Microsoft Excel. Este ficheiro é constituído por várias colunas, a primeira é relativa ao número de inventário da moeda (Nº), numa segunda coluna que corresponde à Casa da Moeda

27 Maria José Pimenta Ferro, *Estudos de História Monetária Portuguesa (1383-1438)* (Lisboa, 1974); Maria José Pimenta Ferro, *A moeda medieval como fonte para a história das mentalidades* (Lisboa: Estampa, 1982) pp. 329-342; Maria José Pimenta Ferro, “Para o estudo da numária de D. Fernando”, in *Estudos Medievais* nº2 (Porto: 1982); Maria José Pimenta Ferro, *Estudos da história monetária portuguesa (1383-1348)* (Lisboa, 1974).

28 Maria José Pimenta Ferro, “Subsídios para o estudo da História Monetária do séc. XV (1448-1495)”, *Nvmmvs*, 2ª série, IV/V/VI, (Porto, 1981-1983) pp. 9-59; Maria José Pimenta Ferro, “História monetária, um novo campo de pesquisa numismática”, *Nvmmvs*, X-3/4 (34-35) (Porto, 1976), pp. 27-36; Maria José Pimenta Ferro, “Política monetária do regente D. Pedro (1439-1448)”, *Nvmmvs*, 2ª Série, II, (Porto: 1979), pp. 15-26.

29 João Menezes Cordeiro, “A navegação e a particularidade da produção monetária no reinado de D. Fernando, no Interregno e no reinado de D. João I” (Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2021)

30 Iúri Fernandes, *Numária do Mestre de Avis* (Lisboa, 2019).

(CM) associada, às duas colunas seguintes estão associadas à legenda do anverso e reverso da moeda, respetivamente, sendo realizada a sua leitura caso esta seja legível (Legenda Anverso & Legenda Reverso). Numa quarta coluna serão indicado os sinais ocultos (SO), na coluna seguinte será atribuída à colocação dos valores de peso das moedas, em gramas (Peso em g) e numa coluna posterior o diâmetro, em milímetros, de cada numisma (Diâmetro em mm). Por fim, as duas últimas colunas serão dedicadas à atribuição da referência. Uma das utilidades da utilização deste programa é a possibilidade de realizar um cálculo dos pesos e das medidas médias de cada moeda. Não descurando a criação de gráficos, que irão responder a questões como a da distribuição do peso monetário de cada moeda ou a distribuição da Casa da Moeda (Lisboa ou Porto).

Em paralelo, o programa FileMaker será utilizado com os mesmos campos do programa anteriormente referido. A utilidade de possuir os dados neste programa é a possibilidade de entender as relações que existem entre as representações iconográficas nelas contidas, criando variados campos que as identificam e, se possível, que se relacionam. Desta forma conseguiremos compreender tendências iconográficas entre as várias moedas, identificando assim padrões e concordâncias entre as diversas representações até agora confirmadas.

4. Estrutura provisória do trabalho final

Em relação à estrutura do trabalho final, ainda não é possível dar uma resposta definitiva, em grande parte porque se trata de um trabalho em progresso. Apesar disso, tentaremos apresentar uma estrutura daquilo que foi desenvolvido até este momento e que, tendo em conta as sugestões dadas por colegas e especialistas no Workshop de Estudos Medievais.

O primeiro capítulo será dedicado a uma contextualização do espaço onde foi encontrado o achado monetário, envolvendo assim todos os antecedentes conhecidos da vila de Penela da Beira³¹, desde as suas primeiras evidências históricas até ao final da Idade Média.

Numa segunda fase, iremos abordar os antecedentes políticos e sociais que se encontram nesta cronologia, mais concretamente as consequências da crise de 1383-

31 Pedro Sobral Carvalho, *Roteiro Arqueológico do Concelho de Penedono* (Penedono: Câmara Municipal de Penedono, 1989); Mário A. P. Lourenço, *Penedono – Forais* (Penedono: Câmara Municipal de Penedono, 1989);

1385³², o papel de D. João I³³ e os seus efeitos ao longo do tempo. Se nos for possível, pretendemos compreender os eventos militares e sociais mais importantes durante a viragem para o século XV³⁴, momento de relevante importância para esta investigação.

Num terceiro capítulo, abordaremos o tesouro encontrado, juntamente com as diversas questões a ele associadas, como análise da moeda medieval³⁵, a numismática e o seu estudo³⁶, a definição da cronologia de circulação. Numa outra perspetiva serão analisados os anversos, e reversos, as Casas da Moeda presentes, os vários sinais ocultos, as tipologias de representação, o vaso associado às moedas e, com o apoio do desenho rigoroso já realizado, compreender uma possível relação nas várias tipologias cerâmicas da época.

Para além disso, serão analisados também os diversos catálogos numismáticos portugueses³⁷, de modo a fazer uma interpretação sobre o que se compreende, até aos dias de hoje, sobre o Real de 3 libras e ½. Não obstante, tentaremos compreender o valor concreto que os 1036 reais, comparando-os com documentação de compra com esta moeda. Utilizaremos a obra de Jorge Faro³⁸ e a documentação medieval portuguesa, refiro-me a documentação publicada, mais concretamente a contratos de emprazamento, leis de atualização das rendas e às Chancelarias Medievais Portuguesas³⁹, de modo a esclarecer o “verdadeiro valor” deste tesouro à época.

32 Salvador Dias Arnaut, *A crise nacional dos fins do século XIV* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960).

33 Maria Helena da Cruz Coelho Coelho, *D. João I: o que recolheu Boa Memória* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005).

34 Robert-Henri Bautier, *A Economia na Europa Medieval*, trad. António Gonçalves Matoso (Lisboa: Editorial Verbo, 1973).

35 Miquel Crusafont i Sabater, Ana M Balaguer, Philip Grierson, *Medieval European Coinage*, vol. 6: “The Iberian Peninsula” (Cambridge University Press, 2012); A. H. de Oliveira Marques, “A Moeda Portuguesa durante a Idade Média”, in *Ensaios de História Medieval Portuguesa* (Lisboa, 1980), pp. 195-220.

36 F. F. P. da Villa de Favaio, *Diccionario Numismografico Lusitano*, 2ª ed. (Porto: Publicações da Sociedade Portuguesa de Numismática, 1963); José Leite de Vasconcellos, “Nomenclatura Numismática”, *O Archeólogo Português*, vol. XXX (1938).

37 C. M. Almeida do Amaral, *Catálogo descritivo das moedas portuguesas*, 3 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977); J. M. Folgosa, *Dicionário de Numismática (Bibliografia, Biografia, História, Motilogia, Gíria, Gravadores e Legendas)* (Porto: Livraria Fernando Machado, 1969); Alberto GOMES, *Moedas Portuguesas e do território que hoje é Portugal*, 1ª-7ª ed. (Lisboa: Associação Numismática de Portugal, 2021); Joaquim Ferraro Vaz e Javier Salgado, *Livro das Moedas de Portugal* (Braga: 1987).

38 Jorge Faro, *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)* (Lisboa: Centro de Estudos Económicos, 1965).

39 *Chancelarias Medievais Portuguesas*, D. João I, ed. João José Alves DIAS, vol. I, tomos 1, 2 e 3; vol. II, tomos 1, 2 e 3; vol. III, tomo 1, 2 e 3; tomo IV, vol. 1 e 2 (Lisboa: INIC/UNL, 2004-2006).

Por fim, iremos concluir com uma análise do contexto do tesouro, relacionando-o com a circulação monetária existente, terminando por apontar as limitações deste estudo. Pretendemos neste ponto refletir, naturalmente, sobre o tesouro encontrado, mas também evidenciar a nossa contribuição para o desenvolvimento do conhecimento da numismática medieval portuguesa e dos estudos de tesouros monetários medievais.

5. Dados semi-tratados, hipóteses e conclusões provisórias

Na nossa perspetiva, é importante enquadrar este tesouro monetário numa comparação com a documentação medieval portuguesa. Tendo isso em conta e sabendo que após uma moeda ser substituída por outra, é natural que a moeda anterior deixe de se encontrar em circulação, tal afirmação não se confirma. Aliás, nós já realizamos esse exercício, tendo investigado as Chancelarias Medievais Portuguesas de D. João I⁴⁰ e confirmando que existe uma circulação da moeda em estudo, por enquanto, até ao ano de 1417, "dous contos e duzentas lxxxj (m) viijc libras da moeda de reeões de tres libras e mea"⁴¹. Pretendemos assim examinar mais fontes como Ordenações Afonsinas⁴², que nos apresenta as leis de metal a serem utilizadas nas emissões.

Ademais, tentaremos encontrar fontes relativas a Penela da Beira e das zonas circunscritas à área de estudo, tendo como objetivo conhecer este espaço cronológico e a circulação dos reais de três libras e mea nesta área. Para este caso, damos o exemplo da obra Documentos Medievais de Torre de Moncorvo datado de 1437: "e esto he por quatro centas libras de dinheiros de três libras e mea o real"⁴³.

Como disse, anteriormente, serão consideradas as coroas, castelos e os vários tipos de representação que constam no Real 3 libras e ½. Tentaremos desta forma compreender a existência de uma relação entre os símbolos presentes nos elementos numismáticos e as diferentes oficinas de produção onde estes foram emitidos. Isto é, verificaremos se existe uma presença constante do mesmo tipo de característica na moeda e a conseqüente relação com a sua casa de origem, quer no Porto, quer em Lisboa.

40 *Ibidem*.

41 *Chancelarias Medievais Portuguesas*, D. João I, ed. João José Alves DIAS, vol. III, t. 3, doc. 1240 (Lisboa: INIC/UNL, 2006).

42 *Ordenações Afonsinas*, 5 tomos (Lisboa: FCG, 1984).

43 Maria da Assunção Carqueja, *Documentos Medievais de Torre de Moncorvo* (Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, 2007) doc. 35.

Por fim, tentaremos aproximar um possível detentor ao conjunto monetário. Será certamente impossível obter uma resposta para esta questão, contudo, será importante refletir sobre as elites que circulavam neste espaço. Uma das primeiras propostas seriam os membros da casa senhorial dos Coutinho⁴⁴ nesta área de estudo. Um dos possíveis intervenientes seria D. Gonçalves Vasques Coutinho⁴⁵, marechal do rei. O famoso nobre e a sua casa senhorial são conhecidos pela vitória portuguesa na Batalha de Trancoso⁴⁶, travada a 29 de maio de 1385, estando também presente na Batalha de Aljubarrota⁴⁷. Assim, e conhecendo as doações posteriores que D. João I fizera para este nobre, percebemos a sua importância e o controlo que detinha nesta zona geográfica. Este indivíduo é um dos exemplos que utilizaremos na nossa dissertação de modo a compreender os agentes presentes neste local e nesta cronologia, aproximando-nos, deste modo, ao responsável por este tesouro monetário.

44 OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Casa dos Coutinho: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)* (Cascais: Patrimonia Historica, 1999).

45 *Ibidem*.

46 Salvador Dias Arnaut, *A crise nacional dos fins do século XIV*. (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960).

47 João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998).

Os cardeais de Portugal e o século XV: famílias, redes sociais e relações luso- pontifícias. Uma proposta de doutoramento.

ANDRÉ MOUTINHO RODRIGUES

Universidade do Porto, CITCEM

Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, LaMOP

<https://doi.org/10.21747/978-989-9193-14-7/inc12a5>

Sumário

Este artigo expõe o contexto historiográfico, os fundamentos problemáticos e metodológicos da nossa de tese de doutoramento, que abordará o tema dos cardeais de Portugal do século XV, as suas redes sociais e famílias cardinalícias, e o seu papel na relação entre a comunidade política portuguesa e o Papado.

Palavras-chave: Cardeais; Famílias cardinalícias; Prosopografia; Análise de redes; Relações luso-pontifícias.

Abstract

This article presents the historiographical context, the problematic and methodological bases of our PhD thesis, which will address the topic of the cardinals of fifteenth-century Portugal, their social networks and cardinalice familiae, and their role in the relationship between the Portuguese political community and the Papacy.

Keywords: Cardinals; Cardinal's familiae; Prosopography; Network analysis; Portuguese-papal relations.

1. Introdução temática, cronológica e espacial

Ao longo do século XIV, nenhum eclesiástico oriundo de Portugal integrou o colégio cardinalício. Entre as diversas justificações que se poderiam apresentar para este facto referimos apenas o absoluto domínio dos prelados franceses durante o papado de Avinhão, representado cerca de 84% das criações cardinalícias¹. Neste período, as carreiras dos eclesiásticos portugueses não ultrapassam, em larga medida, as fronteiras do reino, com as suas nove dioceses. Na segunda metade do século seguinte, nas Cortes de Coimbra-Évora de 1472-1473, os capítulos místicos revelam o descontentamento dos procuradores dos Concelhos face à ambição do episcopado português, que, nas palavras de Armindo de Sousa, “apontava para Roma como meta sublime da carreira”², acumulando “tesouros” para comprar o chapéu cardinalício. Os representantes concelhios referiam-se às quantidades de ouro e prata que saíam do reino em direção à Cúria, antecipando o rumo dos seus remetentes mitrados. Os povos falam ao rei de uma outra realidade (já passada e que se opõe à presente) reflexo de uma evolução cultural: “jaa foy tempo que portugues não sabia o caminho pera Corte”³.

Este é, em parte, o fenómeno que pretendemos apreender com a nossa investigação de doutoramento: estudar este novo tempo em que as vias de acesso à Cúria Romana se tornaram conhecidas da prelaia portuguesa. Deste modo, de nenhum representante purpurado, o reino passa a contar, ao longo do século XV e dependendo do critério adoptado, com seis: João Afonso de Azambuja, Pedro da Fonseca, Antão Martins, Luís do Amaral, Jaime de Portugal e Jorge da Costa. No entanto, este elenco não é unânime, e depende em grande parte do significado que se atribuir à expressão “cardeal de Portugal”.

Pedro da Fonseca, membro da linhagem portuguesa dos FONSECAS e provavelmente oriundo de Olivença, acompanha o exílio da sua família em Castela desde 1388⁴. É nesse reino que se desenvolve a sua carreira eclesiástica, sem aparentes

1 John F. Broderick, “The Sacred College of Cardinals: Size and Geographical Composition (1099-1986)”, *Archivium Historiae Pontificiae*, 25 (1987): 21.

2 Armindo de Sousa, “A Socialidade (Estruturas, Grupos e Motivações)”, in *História de Portugal*. José Mattoso (dir.). Lisboa: Editorial Estampa, 1997, vol. 2, 356-357.

3 Diogo José Teixeira Dias, *As Cortes de Coimbra e Évora de 1472-73: subsídios para o estudo da política parlamentar portuguesa*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014, 168-169. Dissertação de Mestrado.

4 Pedro da Fonseca, provavelmente nascido em Olivença, era filho de Pedro Rodrigues da Fonseca, alcaide dessa vila, da linhagem portuguesa dos FONSECAS, e de Inês Dias Botelho, cortesã da rainha Leonor de Teles. O seu pai foi um fiel apoiante da causa de D. Beatriz, filha do monarca D. Fernando I, o que acabou por ditar o exílio da sua família, incluindo do futuro cardeal D. Pedro da Fonseca, em Castela. César Oliveira Serrano, “Pedro Rodríguez de Fonseca”, in *Diccionario*

ligações ao seu reino natal, sendo criado cardeal a 14 de Dezembro de 1412 pelo papa Luna, Bento XIII de Avinhão⁵. Luís do Amaral, bispo de Viseu, é um dos embaixadores de D. Duarte ao Concílio de Basileia, onde tomou o partido do Concílio em detrimento da facção que apoiava Eugénio IV. Foi destituído por este papa da diocese de Viseu, depois de ter sido um dos eleitores de Amadeu, duque de Saboia, como Félix V, em 1439. Este último recompensou a sua fidelidade criando-o cardeal a 6 de abril de 1444, ignorando o facto de Luís do Amaral ter falecido 3 meses antes, a 10 de fevereiro de 1444⁶.

Pode considerar-se “cardeal de Portugal” um indivíduo, natural desse reino, e que, tendo sido criado cardeal pelo papa, passa por todas as etapas até ser publicamente reconhecido como tal⁷, sendo identificado pela sua origem portuguesa (e não hispânica, como era comum em períodos anteriores) e mantendo contactos e relações com a comunidade política portuguesa. Este critério que escolhemos adotar desqualifica à partida D. Pedro da Fonseca e D. Luís do Amaral⁸. Daqui é possível estreitar o rol dos “cardeais de Portugal” do século XV aos seguintes indivíduos: João Afonso de Azambuja (m. 1415), Antão Martins (m. 1447), Jaime de Portugal (m. 1459) e Jorge da Costa (m. 1508).

Os contornos das vidas de cada uma destas personagens estão praticamente estabelecidos, com mais ou menos detalhe consoante os casos, embora nunca tenham merecido um estudo enquanto um conjunto⁹, representação de uma realidade

Biográfico electrónico de la Real Academia de la Historia. Disponível em: <https://dbe.rah.es/biografias/61162/pedro-rodriguez-de-fonseca> [Consultado a 10/03/2023] e César Oliveira Serrano, “Pedro de Fonseca”, in *Diccionario Biográfico electrónico de la Real Academia de la Historia*. Disponível em: <https://dbe.rah.es/biografias/61161/pedro-de-fonseca> [Consultado a 26/01/2023].

5 *Geschichte des Kardinalats im Mittelalter*. Jürgen Dendorfer, Ralf Lützelshwab (eds.). Stuttgart: Anton Hiersemann, 2011, 491-492.

6 *Monumenta Henricina*. A. J. Dias Dinis (ed.). Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1965, vol. 7, 118-119; *Geschichte des Kardinalats im Mittelalter*, 499 e António Domingues de Sousa Costa, *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (Revisão crítica dos autores)*. Braga: Editorial Franciscana, 1986, 139-183.

7 Jennifer Mara De Silva, “The Rituals of the Cardinalate: Creation and Abdication”, in *A Companion to the Early Modern Cardinal*. Leiden/Boston: Brill, 2020, 44-46.

8 Esta opção justifica-se pela tentativa de conceder ao grupo estudado uma maior coerência, estabelecendo um critério rigoroso que permita identificar os indivíduos que à época seriam de facto considerados portugueses e cardeais: D. Pedro da Fonseca naturalizou-se em Castela e D. Luís do Amaral mesmo podendo eventualmente ser considerado um pseudocardeal, tendo falecido antes de ser criado por Félix V, naturalmente nunca passou pelos processos associados à criação cardinalícia.

9 Deve ser referida uma exceção, embora para uma cronologia ligeiramente posterior: José Adriano de Freitas Carvalho, “Roma e Portugal de Cardeal a Cardeal: 1480-1541”, in *Nápoles - Roma 1504*:

inteiramente nova nos contextos eclesiástico e político: um cardinalato português. Será este o objecto de estudo do nosso projecto de doutoramento, reconstituindo detalhadamente as carreiras de cada um destes prelados, as suas casas senhoriais, famílias cardinalícias e redes sociais, procurando associar estes elementos com a relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé.

A nossa cronologia, que naturalmente se encontra ligada à duração da vida daqueles quatro cardeais, tem como *terminus a quo* o início do Grande Cisma do Ocidente, em 1378, e encontra o seu *terminus ad quem* em 1508, com a morte de D. Jorge da Costa em Roma. Se este limite cronológico final tem uma justificação evidente, diretamente relacionada com o cessar da existência do objecto do nosso estudo, o limite inicial suscita algumas considerações.

O Cisma de 1378 tem um impacto decisivo ao longo de todo o século XV, sendo um dos principais motores da diplomacia europeia daquele tempo¹⁰. Os papas das obediências de Avinhão e Roma procuraram, por todos os meios à sua disposição, captar as fidelidades dos diferentes reinos europeus. Portugal não foi uma exceção e são conhecidas as sucessivas embaixadas que ambos os pontífices enviaram a D. Fernando para informarem a sua decisão. Com a mudança dinástica de 1385 e a ascensão ao trono do Mestre de Avis, a opção do partido romano é uma realidade inalterável, reforçada pela guerra com o reino de Castela.

Podemos avançar que o Cisma de 1378 e a crise dinástica de 1383-1385 parecem estar intimamente relacionados com as carreiras de João Afonso de Azambuja, hábil embaixador de D. João I em Roma e no Concílio de Pisa, e de Antão Martins, presente nos Concílios de Pisa, Constança e Basileia. Além disso, as determinações conciliares promoviam a diversificação das nacionalidades presentes no colégio cardinalício, procurando evitar a dominação francesa ou italiana deste órgão do governo da Igreja Universal¹¹. Além disso, foi também nestas duas últimas décadas do século XIV que se iniciaram as vidas e carreiras dos dois primeiros cardeais portugueses de Quatrocentos, reforçando a pertinência do nosso marco cronológico inicial. Para perceber o

Cultura y literatura española y portuguesa en Italia en el quinto centenario de la muerte de Isabel la Católica. Salamanca: SEMYR, 2005, 35-63.

10 Stéphane Péquignot, “Les diplomaties occidentales, XIIIe-XVe siècle”, in *Les relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes et enjeux: XLIIe Congrès de la SHMESP* (Lyon, 3-6 juin 2010). Paris: Éditions de la Sorbonne, 2011, 42. Blake Beattie, “The Cardinals and Diplomacy in the Fourteenth Century”, in *Die Kardinäle des Mittelalters und der Frühen Renaissance*. Jürgen Dendorfer; Ralf Lützelshwab (eds.) Firenze: SISMEL/Edizioni del Galluzzo, 2013, 181-182.

11 Catherine Fletcher, *Diplomacy in Renaissance Rome: The Rise of the Resident Ambassador*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, 27.

surgimento do cardinalato português, torna-se assim necessário compreender o fenómeno do Cisma e as suas consequências.

O espaço em que nos moveremos será necessariamente fluído, acompanhando as deslocações dos cardeais e das suas *entourages*, seguindo a extensão das suas redes, dispersas um pouco por toda a Europa Ocidental. No entanto, podemos estabelecer duas circunscrições geográficas em que focaremos a nossa análise: a Península Ibérica, sobretudo o reino de Portugal, e a Península Itálica, em especial, mas não exclusivamente, a cidade de Roma. Portugal, porque foi aqui que todos estes indivíduos nasceram, iniciaram os seus percursos e estabeleceram os seus primeiros vínculos sociais, e Roma, porque ali viveram o culminar das suas carreiras e o final das suas vidas.

2. Revisão bibliográfica sucinta

O estado da arte sobre o cardinalato português medieval pode resumir-se a um conjunto de textos de cariz biográfico, dispersos por diversas publicações e notas de rodapé, que, até meados do século XX, repetiam insistentemente as mesmas informações. Não procuraremos traçar essa sucessão de contributos que vários autores foram dando para o melhor conhecimento destas personagens. Por agora, focar-nos-emos naquilo que foi escrito desde a segunda metade do século passado, caminhando gradualmente até aos dias de hoje, e detendo-nos, cronologicamente, sobre cada um dos quatro cardeais visados pelo nosso projecto.

2.1. João de Azambuja

Sobre D. João de Azambuja, apesar dos diferentes autores que iremos elencar, o principal contributo continua a ser o de António Domingues de Sousa Costa. Desde logo nas introduções aos volumes II e III dos seus *Monumenta Portugaliae Vaticana*¹², onde nos apresenta indicações soltas sobre a ação deste prelado – sobretudo no que diz respeito ao seu serviço régio –, fundamentadas essencialmente em documentação pontifícia. O mesmo autor publicaria ainda aquele que permanece o estudo mais completo sobre João de Azambuja. Trata-se de um estudo biográfico, escrito em 1989,

12 António Domingues de Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Braga: Editorial Franciscana, 1970. vol. II-1. António Domingues de Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Braga: Editorial Franciscana, 1982. vol. III-1.

em que Sousa Costa faz um uso extensivo de documentos inéditos até àquele momento, conservados no Arquivo Apostólico Vaticano e em diversos arquivos portugueses¹³.

Todos os textos que tratam de João de Azambuja posteriores aos de Sousa Costa, embora não apresentem novidades significativas sobre o percurso do prelado, inserem a sua ação no contexto político e eclesiástico dos finais do século XIV e início do século XV. Em 2011, surge a tese de mestrado de João Graf¹⁴ e, já em 2018, o útil capítulo de João Inglês Fontes na obra colectiva *Bispos e Arcebispos de Lisboa*¹⁵, onde se condensam as informações mais relevantes sobre a vida desta personagem. Mais recentemente, merecem destaque os três artigos de Nestor Vígil Montes relativos à participação do clero no estabelecimento e legitimação da dinastia de Avis, onde se refere frequentemente a atuação de D. João de Azambuja e se desenvolvem alguns aspetos da sua atuação diplomática¹⁶.

2.2. Antão Martins

O mais desconhecido dos cardeais de Portugal do século XV, devido à limitada quantidade de textos que lhe foram dedicados, é sem dúvida Antão Martins. Sobre esta figura são também fundamentais os elementos recolhidos por Sousa Costa nos seus *Portugaliae Monumenta Vaticana*, que permanecem o repositório mais completo de informações sobre Antão Martins até à data¹⁷. A abundante documentação do Arquivo Apostólico Vaticano que o autor expõe permite-nos conhecer a atuação de D. Antão, sobretudo no que diz respeito à sua atuação no Concílio de Basileia. Apesar disso, o início e o final da carreira deste prelado permanecem praticamente desconhecidos. Desde os trabalhos de Sousa Costa, dispomos apenas de uma tese de mestrado,

13 António Domingues de Sousa Costa, “D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal, fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa”, in *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*. Porto: Dominicanos, 1989. t. II, 1-150.

14 Carlos Eduardo de Verdier Graf, *D. João Esteves da Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*. Porto: FLUP, 2011. Dissertação de Mestrado.

15 João Luís Inglês Fontes, “João Afonso Esteves de Azambuja”, in *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, 471-484.

16 Nestor Vigil Montes, “João Afonso Esteves de Azambuja y Rui Lourenço, dos perfles de eclesiástico diferentes en los primeros compases de la construcción de las paces entre Portugal y Castilla (1389-1407)”, in H. Vilar e M. Branco (dirs.), *Ecclesiastics and Political State Building in the Iberian Monarchies, 13th-15th centuries*. Évora: CIDEHUS, 2016, 129-146; Nestor Vigil Montes, “Eclesiásticos en la construcción política de una nueva dinastía: los clerici regis de la primera generación de la administración de Juan I de Portugal (1385-1415)”, *eHumanista*. 43 (2019): 89-106; Nestor Vigil Montes, “El rol de los eclesiásticos en la construcción de la legitimidad “internacional” de la dinastía portuguesa de los Avis (1383-1433)”, *Medievalista*. 28 (Julho-Dezembro 2020):87-132.

17 António Domingues de Sousa Costa – *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Braga: Editorial Franciscana, 1982. vol. III-1.

apresentada em 2008, que reúne os elementos dispersos por várias publicações sobre D. Antão¹⁸.

2.3. Jaime de Portugal

O cardeal Jaime de Portugal, filho do Infante D. Pedro, tem suscitado desde o final do século XIX a atenção de eruditos e historiadores, materializada em diversos escritos dedicados à sua pessoa. Uma característica comum destes textos é a contemplação, através de descrições ou de imagens, da sua capela funerária em S. Miniato Al Monte, em Florença¹⁹. São também marcados por uma repetição de elementos da vida de D. Jaime recolhidos no *Le Vite*, da autoria do florentino Vespasiano de Biticci²⁰.

Uma primeira síntese, que condensa muitos desses elementos dispersos, encontra-se na entrada que Joaquim Veríssimo Serrão dedica a D. Jaime no *Dicionário de História de Portugal*, dos anos 70 do século XX²¹. Antes disso, Manuel Atanásio, no início da década anterior²², publicou textos decisivos que, apesar de se concentrarem na sobredita capela funerária, revelam novos documentos relativos à perpetuação da memória de D. Jaime e ao seu respectivo financiamento²³.

No dealbar do século XXI, dá-se um novo ímpeto aos estudos científicos sobre este cardeal, começando pelo capítulo de Eric Apfelstadt na obra colectiva *Cultural Links between Portugal and Italy in the Renaissance*, que, para além dos documentos inéditos que publica, recorre a diversas fontes italianas para acompanhar os últimos anos de vida de Jaime e os primeiros da instituição e funcionamento da sua capela funerária²⁴. Em 2005, Vânia Fróes publica um texto sobre o cardeal Jaime, baseando-se

18 Maria Alexandra Monteiro, *Do Morro da Sé à Cúpula de Roma: D. Antão Martins de Chaves - prelado português do século XV (1423-1447)*. Porto: FLUP, 2008. Dissertação de Mestrado.

19 Ao longo dos anos a capela funerária de D. Jaime foi tema de numerosos trabalhos de historiadores da arte nacionais e internacionais, sendo por nós citados, neste momento, apenas aqueles que contribuíram para o conhecimento do sepultado, e não apenas da sepultura.

20 Vespasiano da Bisticci - *Le Vite*. Aulo Greco (ed.). Firenze: Instituto Nazionale di Studi sul Rinascimento, 1970. vol. 1, 93-99.

21 Joaquim Veríssimo Serrão, "Cardeal D. Jaime", in *Dicionário de História de Portugal*. Joel Serrão (dir.). Porto: Livraria Figueirinhas, 1975. vol. 3, 350-351.

22 Manuel Atanásio, "A capela do cardeal de Portugal em Florença: a luz de novos documentos". Milão: Giuffrè, 1961. Separata de *Studi in onore di Amintore Fanfani*.

23 Manuel Atanásio, *A arte em Florença no séc. XV e a capela do cardeal de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

24 Eric Apfelstadt, "Bishops and Pawn: New documents for the Chapel of the Cardinal of Portugal at S. Miniato al Monte, Florence", in *Cultural Links Between Portugal and Italy in the Renaissance*. Oxford: Oxford University Press, 2000, 183-223.

exclusivamente na *Le Vite* de Bisticci, em textos cronísticos, nomeadamente de Rui de Pina e Jacques Lalaing, e referindo-se pontualmente a outros autores. Apesar de não serem apresentados novos elementos, a autora resume alguns dos principais elementos biográficos do cardeal Jaime²⁵.

Recentemente, a biografia de Jaime de Portugal beneficiou de um capítulo escrito por três historiadores francófonos, entre os quais Monique Sommé, biografa de Isabel da Borgonha²⁶, inserido na obra colectiva internacional *Évêques et cardinaux princiers et curiaux*²⁷. Esta publicação representou um avanço significativo entre os estudos biográficos do cardeal Jaime, recolhendo de forma sistemática os contributos dos outros autores que se haviam dedicado ao tema e fazendo uso de abundante documentação proveniente dos arquivos do ducado da Borgonha. Da leitura deste texto ressalta o patrocínio da casal ducal à progressão da carreira do prelado português. Além disso, este texto é um dos únicos contributos para a contextualização dos cardeais portugueses no atual debate historiográfico em torno do cardinalato do século XV.

Mais recentemente, Luís Filipe Oliveira e Mário Farelo produziram um texto biográfico sobre este cardeal, inserido na obra *Bispos e Arcebispos de Lisboa*²⁸. Trata-se de trabalho notável por conjugar os principais estudos produzidos sobre o tema, nacionais e internacionais, e por fazer uso de documentação preservada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

2.4. Jorge da Costa

O primeiro ensaio biográfico de fôlego relativo ao cardeal Jorge da Costa foi publicado pelo médico José Lopes Dias nos *Estudos de Castelo Branco*²⁹. Esta síntese

25 Vânia Fróes, “Le Cardinal du Portugal: célébration de la vie et mémoire de la mort à Florence au quattrocento”, in *A Igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa/Centro de Estudos de História Religiosa, 2005, 257-266.

26 Monique Sommé dedicou numerosos estudo à figura de D. Isabel da Borgonha, irmã do Infante D. Pedro e por isso tia de D. Jaime, entre os quais referimos apenas o principal: Monique Sommé, *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XV^e siècle*. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 1998.

27 Alain Marchandisse, Christophe Masson, Monique Sommé, “Jacques de Coïmbre (1433-1459), un cardinal lusitano-bourguignon”, in, A. Marchandisse, M. Maillard-Luybaert, B. Schnerb (Eds.), *Évêques et cardinaux princiers et curiaux (XIV^e-début XVI^e siècle), des acteurs du pouvoir Turnhout: Brepols, 2016, 135-164.*

28 Luís Filipe Oliveira, Mário Farelo, “Jaime de Portugal (1453-1459)”, in J. Fontes (Dir.), *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, 515-530.

29 José Lopes Dias, “D. Jorge da Costa: Cardeal de Alpedrinha na História e na Lenda (1406-1508)”, *Estudos de Castelo Branco: Revista de História e Cultura*. 25 (1968): 11-71.

recolhe diversos elementos sobre a vida do cardeal espalhados pela bibliografia precedente, e tem também o mérito de publicar um conjunto importante de documentos manuscritos, alguns dos quais inéditos, ora referindo-se a Jorge da Costa, ora da sua própria autoria. Entre eles contam-se cartas trocadas com a família real, uma pequena *de vita* que permaneceria inédita e um dos testamentos conhecidos do cardeal. A principal limitação deste texto, compreensível pela sua natureza, é a ausência de sustentação bibliográfica ou documental apropriada, com um número reduzido de referências e notas de rodapé. No entanto, não deixa de ter sido um esforço de síntese importante que viria a sustentar trabalhos posteriores, cientificamente mais válidos.

No *Dicionário de História de Portugal*, encontramos uma entrada com o título “Alpedrinha, Cardeal (1406-1508)”, da autoria de Joaquim Veríssimo Serrão³⁰. Este pequeno texto, que ignora, ou cuja escrita antecede, o artigo de José Lopes Dias, faz uma síntese daquilo que eram as principais informações sobre D. Jorge da Costa até aos anos 50 do século XX. Refletindo esse estado dos conhecimentos, o texto concentra-se na actividade do prelado em Portugal, não avançando detalhes sobre a sua carreira italiana.

O mais importante texto biográfico dedicado à figura de D. Jorge, pela quantidade de informações e interpretações inovadoras, é o estudo de Manuela Mendonça, intitulado *D. Jorge da Costa, cardeal de Alpedrinha*³¹. Antes demais, devemos referir, baseando-nos nas informações de José Marques³², que este livro foi escrito como um *estudo complementar* das provas de doutoramento da autora³³, que apresentava uma tese sobre o reinado de D. João II, e por isso limitado nas suas dimensões. Tendo em conta a origem deste trabalho, podemos mais adequadamente compreender as suas limitações e valorizar o seu conteúdo. Trata-se da primeira biografia de D. Jorge, com uma profusão de notas de rodapé que remetem tanto para documentos de arquivo inéditos como para os pontuais textos que anteriormente versaram sobre esta figura. Por isso mesmo, o estudo de Manuela Mendonça será necessariamente o ponto de partida para qualquer nova tentativa de aprofundar os conhecimentos sobre o cardeal Jorge da Costa.

30 Joaquim Veríssimo Serrão, “Cardeal Alpedrinha (1406-1508)”, in *Dicionário de História de Portugal*. Joel Serrão (dir). Porto: Livraria Figueirinhas, 1975. vol. 1, 123-124.

31 Manuela Mendonça, *D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha*. Lisboa: Edições Colibri, 1991.

32 José Marques, Recensão de “Manuela Mendonça, *D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha*. Lisboa: Edições Colibri, 1991”. *Lusitania Sacra*. 10 (1998): 429-432.

33 Manuela Mendonça, *D. Jorge da Costa, Cardeal de Portugal: Subsídios para uma biografia*. Lisboa: [s.n], 1989. Prova complementar apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A tese de mestrado de Maria João Grilo sobre a capela funerária do Cardeal D. Jorge, localizada na Igreja de S. Maria do Pópulo em Roma, não se limita a tratar as questões específicas da história da arte³⁴. Pelo contrário, a autora dedica uma parte significativa da obra ao percurso vital do cardeal D. Jorge, aportando novos contributos no que diz respeito ao seu papel enquanto intermediário do assuntos portugueses em Roma, questão que é retomada em artigo posterior³⁵.

O texto que até hoje mais terá contribuído para chamar a atenção da historiografia internacional sobre a figura de D. Jorge da Costa foi publicado por David Chambers, em 1998³⁶. Com o sugestivo título “What made a Renaissance cardinal respectable?”, este texto representa uma inovação fundamental em relação aos anteriores, sobretudo devido ao seu abundante uso de fontes italianas e pontifícias que revelam dimensões da vida e da carreira de Jorge da Costa até aí completamente ignoradas. O autor recolhe um número significativo de descrições do cardeal Costa, feitas pelos seus contemporâneos italianos, que nos permitem perceber qual a imagem de “respeitabilidade” projectada pelo prelado português e que justifica o título do artigo.

O texto de Ana Maria Oliva sobre *il radicamento* de D. Jorge da Costa em Roma descreve detalhadamente o período da vida daquele prelado fora de Portugal³⁷. A autora utiliza uma grande diversidade de fontes italianas, que revelam a inserção de D. Jorge na complexa cena política italiana do século XV, inclusive no que ao colégio cardinalício diz respeito. Depois de umas breves mas esclarecedoras páginas sobre o período português do cardeal D. Jorge, a autora descreve a sua estadia em Itália, desde os primeiros momentos, em que beneficia dos contactos estabelecidos pelo seu irmão e homónimo, Jorge da Costa, futuro arcebispo de Braga, então estudante na Universidade de Siena, passando pelo auge da sua carreira, as três vezes que foi considerado um forte candidato ao papado, e eventual morte. Neste texto sobressai o domínio da autora sobre o contexto político romano, no qual o cardeal D. Jorge

34 Maria Grilo, *A Capela Sepulcral do Cardeal D. Jorge da Costa – um exemplo de mecenatismo eclesiástico na Roma do Renascimento*. Lisboa: FLUL, 1994. 3 vols. Dissertação de Mestrado.

35 Maria Grilo, “A actividade diplomática e cultural do cardeal D. Jorge da Costa em Roma (1479-1508)”, in *Os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Universidade Lusíada, 1996, 149-218.

36 David Sanderson Chambers, “What made a Renaissance cardinal respectable? The case of Cardinal Costa of Portugal”, *Renaissance Studies*. 12:1 (1998): 87-108.

37 Ana Oliva, “Il cardinale portoghese Jorge da Costa ed il suo radicamento a Roma”, in A. Mazzon (ed.) *Scritti per Isa. Raccolta di studi offerti a Isa Lori Sanfilippo*. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 2008, 699-726.

rapidamente vingou, o que contrasta com a historiografia portuguesa escrita sobre este prelado, que se foca sobretudo na fase da sua vida passada em Portugal.

Mais recentemente, Margarida Garcez Ventura escreveu um capítulo dedicado a D. Jorge da Costa na obra coletiva *Bispos e Arcebispo de Lisboa*³⁸. Trata-se de um breve resumo daquilo que foi a vida e carreira de D. Jorge da Costa, baseada essencialmente no estudo já referido de Manuela Mendonça. Ao contrário dos estudos anteriores sobre esta figura, Ventura dedica alguma atenção à ação pastoral deste prelado enquanto arcebispo de Lisboa, tendo por base dois anteriores estudos seus³⁹.

2.5. O Cardinalato Medieval

O cardinalato medieval tem recebido uma atenção permanente da historiografia internacional. Para além dos estudos biográficos e das visões de conjunto sobre o colégio cardinalício que foram sendo escritos ao longo século XX, destacaremos os estudos coletivos que surgiram nestes últimos anos. Em 2011 é publicada a obra *Geschichte des Kardinalats im Mittelalter*, que representa um avanço historiográfico significativo, sendo um guia e uma síntese dos conhecimentos dispersos sobre o cardinalato medieval⁴⁰. Esta obra, que resulta de um projecto coordenado por Jürgen Dendorfer⁴¹, depois dos importantíssimos capítulos iniciais relativos à historiografia e às fontes para o estudo do tema, retraça as origens do cardinalato desde meados do século XI até ao princípio do século XVI.

Uma outra obra, que resulta do congresso final do referido projecto de investigação de Dendorfer, reúne contributos de historiadores internacionais sobre diversos aspectos do cardinalato no final da Idade Média. As suas duas primeiras

38 Margarida Garcez Ventura, “Jorge da Costa (1464-1500)”, in *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, 543-552.

39 Margarida Garcez Ventura, “Cristãos da primitiva Igreja: uma aproximação à reforma da Igreja no Portugal quatrocentista”, in *Raízes Medievais do Brasil Moderno. Ordens Religiosas entre Portugal e o Brasil*. João Marinho dos Santos e Manuela Mendonça (coords.). Lisboa: Academia Portuguesa da História/Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2012, 251-288. A ação pastoral de D. Jorge foi também alvo da atenção da autora em: Margarida Garcez Ventura, “As Visitações gerais de D. Jorge da Costa: notícia e breve análise”, in *Estudos de homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Natália Alves, Maria Cristina Cunha e Fernanda Ribeiro (eds.), vol. III. Porto: FLUP, 2006, 201-225.

40 *Geschichte des Kardinalats im Mittelalter*. Jürgen Dendorfer, Ralf Lützelshwab (eds.). Stuttgart: Anton Hiersemann, 2011.

41 O projecto “Glieder des Papstleibes oder Nachfolger der Apostel? Die Kardinäle des Mittelalters (11. Jahrhundert - ca. 1500)”, coordenado por Jürgen Dendorfer, Universidade de Freiburg, e financiado pela Deutsche Forschungsgemeinschaft entre 2006 e 2011.

Veja-se: <https://gepris.dfg.de/gepris/projekt/30224830?language=de>

secções são particularmente relevantes para o nosso tema, visto que abordam, sob o conceito de “integração”, a questão das redes clientelares cardinalícias e o papel dos cardeais nas relações diplomáticas⁴². Os diferentes capítulos que as compõem tendem a demonstrar o papel do Colégio Cardinalício como um centro de cruzamento entre diferentes redes pessoais, orbitando em torno do respectivo cardeal, que funcionavam como vias de intermediação entre a Cristandade e a Cúria⁴³.

Surge em 2016 a obra colectiva *Évêques et cardinaux princiers et curiaux*, onde os editores reúnem um conjunto de estudos de caso relativos a prelados com origens aristocráticas, ou que desempenharam funções em ambientes cortesãos. Os textos desta coletânea, entre os quais se insere o já referido capítulo de Marchandisse et al. sobre o cardeal Jaime, focam-se no período tardomedieval, entre os séculos XIV e XV, e apresentam casos de prelados que alavancaram as suas carreiras através do desempenho de ofícios cortesãos, do estabelecimento de redes clientelares próprias e da participação em estratégias de promoção familiares.

Mais recentemente, foi publicada a monografia *A Companion to the Early Modern Cardinal*, reunindo um total de 35 textos sobre as variadas dimensões da figura cardinalícia entre a segunda metade do século XV e o século XVIII. Apesar de quase todos os capítulos desta obra se focarem num período posterior ao que pretendemos estudar, a maioria toma como ponto de partida a fase final do século XV e inícios do XVI, permitindo-nos acompanhar a evolução do cardinalato no período pós Concílio de Trento. O número de autores, de textos e de temas concede a esta obra uma enorme abrangência, permitindo que o cardinalato seja analisado através de diversos prismas, desde logo no que diz respeito às carreiras, origens sociais e geográficas, mas também relativamente ao patronato das artes, à gestão das suas casas e às suas redes familiares.

Para além destas obras colectivas, há ainda um conjunto de percursos de investigação individuais que merecem o nosso destaque ⁴⁴, sobretudo pela contextualização e possibilidade de comparação que nos concedem. Começamos pelos trabalhos clássicos de David Chambers, dedicados ao cardinalato do Renascimento⁴⁵,

42 *Die Kardinäle des Mittelalters und der Frühen Renaissance*. Jürgen Dendorfer; Ralf Lützelshwab (eds.) Firenze: SISMELE/Edizioni del Galluzzo, 2013.

43 Dentro deste volume destacamos os textos de Étienne Anheim, Andreas Rehberg, Anna Esposito e Blake Beattie, especificamente sobre o tema em questão.

44 O nosso objectivo não passa pela apresentação exaustiva desta bibliografia, mas apenas pelo elenco de obras que, no atual estado da nossa investigação, têm constituído leituras por nós consideradas importantes.

45 David Chambers, *Popes, Cardinals and War: The Military Church in Renaissance and Early Modern Europe*. London: I. B. Tauris, 2006; David Chambers, *Renaissance cardinals and their worldly problems*. Brookfield: Ashgate Publishing Company, 1997; David Chambers, *A Renaissance Cardinal and His*

que continuam relevantes no atual estados dos conhecimentos. Sobre o cardinalato do século XIV, é incontornável o nome de Pierre Jugie, que, para além de outros contributos, dedicou a sua tese de mestrado, na École de Chartes, ao estudo biográfico do Cardeal Gui de Boulogne e da sua família cardinalícia⁴⁶ e, posteriormente, a sua tese de doutoramento, apresentada na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, aos cardeais entre os pontificados de Bento XII e Gregório XI (1342-1378)⁴⁷. Antes de passarmos à historiografia italiana, referimos ainda os recentes trabalhos de Pierre-Bénigne Dufouleur, cuja tese de doutoramento procura analisar as relações de parentesco e a transmissão de poder dentro do colégio cardinalício, pondo em causa as interpretações clássicas ligadas ao nepotismo⁴⁸. Por fim, referimos os contributos fundamentais de Agostino Paravicini sobre as famílias cardinalícias do século XIII⁴⁹, e os estudo de Marco Pellegrini, nomeadamente na sua biografia do Ascanio Sforza⁵⁰, que se foca na atuação política desta personagem enquanto eclesiástico e membro da dinastia milanesa. Terminamos referindo ainda os contributos de Francesco Somaini, nomeadamente relativos ao cardeal Giovanni Arcimboldi de Milão⁵¹, e de Giorgio Chittolini, sobre a igreja milanesa e a ação dos cardeais Sforza na Cúria Romana⁵².

Da leitura destes estudos internacionais (individuais e coletivos) sobre o cardinalato, ressalta a ausência de informações relativas aos prelados portugueses.

Worldly Goods: Will and Inventory of Francesco Gonzaga (1444-83). London: The Warburg Institute, 1992.

- 46 Pierre Jugie, *Le cardinal Gui de Boulogne (1316-1373) : biographie et étude d'une familia cardinalice*. Paris: [s.n], 1986. Tese para o Diploma de arquivista paleógrafo apresentada à École Nationale des Chartes.
- 47 Pierre Jugie, *Le Sacré collège et les cardinaux de la mort de Benoît XII à la mort de Grégoire XI (1342-1378)*. Paris: [s.n], 2010. Tese de Doutoramento apresentada à Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne.
- 48 Pierre-Bénigne Dufouleur, *Léguer sans fils, hériter sans père. Transmission et légitimation du pouvoir chez les cardinaux du Quattrocento*. Paris: [s.n], 2021. Tese de doutoramento apresentada à Sorbonne Université; Pierre-Bénigne Dufouleur, "La transmission des résidences romaines chez les cardinaux du Quattrocento". *Reti Medievali Rivista*. 23-1 (2022): 221-249; Pierre-Bénigne Dufouleur, "Retour sul le népotisme: les nominations de cardinaux au XVe siècle". *Mélanges de l'École française de Rome - Moyen Âge*. 132-1 (2020): 169-196.
- 49 Agostino Bagliani, *Cardinali di curia e familiae cardinalizie. Dal 1227 al 1254*. Pádua: Editrice Antenore, 1972; Agostino Bagliani, *I testamenti dei cardinali del Duecento*. Roma: Società romana di storia patria, 1980.
- 50 Marco Pellegrini, *Ascanio Maria Sforza – La parabola politica di un cardinale-principe del Rinascimento*. Roma: Istituto storico italiano per il Medio Evo, 2002. 2 vol.
- 51 Francesco Somaini, *Un prelado romano del XV secolo. Il cardinal Giovanni Arcimboldi, vescovo di Novara, arcivescovo di Milano*. Roma: Herder, 2003. 3 vol.
- 52 Giorgio Chittolini, *La chiesa lombarda: ricerche sulla storia ecclesiastica dell'Italia padana (secoli XIV-XV)*. Milano: Scalpendi, 2021; *Gli Sforza, la Chiesa lombarda, la corte di Roma. Strutture e pratiche beneficiarie nel ducato di Milano (1450-1535)*. Giorgio Chittolini (ed.). Napoli: GISEM/Liguori Editore, 1989.

Excetuando o capítulo dedicado a Jaime de Portugal, da autoria de Marchandisse et al., e uma pontual citação do artigo sobre Jorge da Costa de David Chambers, é patente o profundo desconhecimento e descontextualização do cardinalato português face aos seus congêneres europeus. Assim, para além da falta de biografias de fundo sobre os cardeais portugueses, nada sabemos sobre o seu papel concreto nas relações entre a comunidade política portuguesa e o Papado, a constituição das suas famílias cardinalícias e das suas redes clientelares. São estas algumas das lacunas que pretendemos preencher através do nosso projecto de doutoramento.

3. A constituição de um corpus documental

O conjunto de fontes que iremos utilizar para a prossecução dos nossos objectivos apresenta um número considerável de dificuldades e limitações. Para começar, não temos um *corpus* documental evidente, estabelecido à partida, pois não se conhece o paradeiro dos arquivos pessoais dos quatro cardeais estudados. Isto significa que o estudo destas figuras se baseia sobretudo em testemunhos indiretos. Depois, as informações de que dispomos encontram-se fragmentadas entre uma grande diversidade de arquivos e tipologias documentais. Este último factor afigura-se um desafio no que toca à escolha de uma metodologia e à conceptualização de um sistema de recolha e sistematização de dados e da interpretação destes. Para além destas questões – que abordaremos na secção dedicada à metodologia –, e perante a dispersão das fontes, será necessário fazer escolhas informadas quanto aos fundos de arquivo que devem ser priorizados, face às impossibilidades humanas e materiais que impedem a consulta da sua totalidade.

Começando pelas fontes portuguesas de origem régia, são incontornáveis os livros da Chancelaria Real⁵³ que concernem o período da nossa cronologia. Assim, será feita uma consulta dos livros que correspondem aos reinados de D. Fernando, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II, na sua totalidade, e de D. Manuel I, parcialmente. Se por um lado a dimensão destes volumes se traduz num grande investimento de tempo da nossa parte, por outro, a quantidade de informações que contêm e o facto de serem um dos poucos conjuntos documentais quase contínuos de que dispomos para este período parece-nos justificar esta opção. Naturalmente, faremos uso das versões publicadas destes livros, sempre que existentes⁵⁴, e recorreremos a uma série de

53 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria Régia*. Disponíveis em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3813585> [Consultado a 11/03/2023].

54 Nomeadamente no que diz respeito aos livros da Chancelaria de D. João I e de D. Duarte, publicados pelo Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa: *Chancelarias Portuguesas: D. João I*. João José Alves Dias (ed.). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da

instrumentos de pesquisa que nos guiarão na consulta destas fontes, nomeadamente índices e bases de dados disponíveis.

Outra coleção documental de origem régia que pretendemos escrutinar é a da *Leitura Nova*⁵⁵, composta por seis dezenas de livros com cópias documentais, abrangendo a totalidade da nossa baliza cronológica. Tendo em conta a organização dos seus conteúdos, não consideramos necessária uma análise de todos os seus livros, pelo que apenas selecionamos os livros de Além-Douro (5 livros), da Beira (3 livros), de Odiana (8 livros), da Estremadura (13 livros), de Místicos (6 livros), dos Extras (1 livros), de Reis (2 livros), de Padroados (2 livros) e de Legitimações (3 livros). Esta escolha tem por base a natureza dos conteúdos dos diferentes livros, tendo sido privilegiados aqueles que poderão ter informações relevantes para o nosso tema. Assim, foram deixados de lado, por exemplo e entre outros, os livros de Forais ou de Inquirições. Faremos, também neste caso, uso de todos os instrumentos de consulta à nossa disposição, sobretudo índices, para facilitar a consulta desta fonte.

Além destas duas coleções, utilizaremos ainda outros fundos, embora de forma menos sistemática, cuja enumeração completa só será possível no final do projecto a que nos propomos. Entre eles mencionamos aqueles que, pelas consultas exploratórias já realizadas e pela leitura da bibliografia e dos instrumentos de pesquisa, nos parecem mais proveitosos. Por exemplo: a coleção das *Gavetas*⁵⁶, a *Colecção Especial*⁵⁷, o *Corpo Cronológico*⁵⁸ e a *Colecção de Cartas*⁵⁹.

No que diz respeito às fontes de origem eclesiásticas, começamos por referir a importância dos arquivos monásticos e diocesanos, sobretudo das instituições que se

Universidade Nova de Lisboa, 2004-2023. vol. I-V; *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*. João José Alves Dias (ed.). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998-2002. vol. I-III.

55 ANTT, *Leitura Nova*. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223191> [Consultado a 11/03/2023]. Para uma breve descrição veja-se: A. H. de Oliveira Marques, “Leitura Nova”, in *Dicionário de História de Portugal*. Joel Serrão (dir). Porto: Livraria Figueirinhas, 1975. vol. 3, 475-476.

56 ANTT, *Gavetas*. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185743> [Consultado a 11/03/2023]. Coleção parcialmente publicada em: *As Gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977. 12 vol. Sobre a coleção das Gavetas veja-se: Joana Lencart, *A organização do fundo Gavetas da Torre do Tombo: Ponto de Situação Bibliográfico*. CEM – Cultura Espaço e Memória. 13 (2021), 283-300.

57 ANTT, *Colecção Especial*. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1281334> [Consultado a 11/03/2023]. Sobre a Colecção Especial veja-se: Ruy de Azevedo, “A Colecção Especial do Arquivo Nacional da Torre do Tombo”. *Revista Portuguesa de História*, 3 (1947): 5-26.

58 ANTT, *Corpo Cronológico*. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3767258> [Consultado a 11/03/2023].

59 ANTT, *Colecção de Cartas*. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908162> [Consultado a 11/03/2023].

cruzaram com as carreiras dos cardeais estudados, quer pela posse de benefícios, quer pelo exercício de uma dignidade ou múnus eclesiásticos. Segundo este critério, os arquivos diocesanos⁶⁰ de consulta prioritária serão os das sés de Braga, Lisboa, Évora, Porto e Coimbra. Quanto aos fundos monásticos⁶¹, apenas serão considerados aqueles das instituições, portuguesas e estrangeiras, que foram detidas, enquanto benefícios eclesiásticos, por parte dos indivíduos estudados. A exploração destes fundos deverá representar um investimento demorado sobretudo devido ao insuficiente tratamento arquivístico da maior parte deles.

Dentro da documentação eclesiástica, será a de origem pontifícia que requererá a maior parte da nossa atenção. Assim, será fundamental a consulta dos fundos preservados no *Archivio Apostolico Vaticano*, cujas dimensões e diversidade tipológica apresentam um portentoso desafio⁶². No entanto, torna-se indispensável a sua exploração, não só no que diz respeito à recolha de informações relativas às redes e carreiras dos cardeais estudados, mas também pela documentação relativa ao governo da Igreja Universal e das relações entre Portugal e a Santa Sé. Quanto ao fundo *Registra Supplicationum*, um dos mais relevantes para o nosso projecto, já nos foi possível consultar o espólio de António Domingues de Sousa Costa⁶³, que contém transcrições de súplicas relativas a portugueses do período final da Idade Média, o que representa um avanço face ao tratamento *in loco* que faremos dessa documentação.

Faremos também uso de um largo conjunto de coletâneas documentais, produzidas desde o final do século XIX, e que contém documentos das mais variadas

60 Será dada uma especial atenção aos cartórios das mitras, embora não seja descurados os fundos dos cabidos. Serão também consultados os fundos das igrejas paroquiais destas dioceses, mas exclusivamente para os períodos que coincidem com o episcopado de algum dos prelados estudados.

61 Será precioso o apoio prestado pela seguinte obra: Bernardo Vasconcelos e Sousa, Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade, Maria Leonor Santos, *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento - Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2016.

62 Referimo-nos aos fundos *Registra Lateranensia*, *Registra Vaticana*, *Archivio Consistoriale*, *Camera Apostolica* e *Dataria Apostolica*. Sobre a organização do *Archivio Apostolico Vaticano* e dos fundos referidos, veja-se: Leonard E. Boyle, *A Survey of the Vatican Archives and of its Medieval Holdings (Revised Edition)*. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 2001 e Olivier Poncet, *Les entreprises éditoriales liées aux archives du Saint-Siège - Histoire et bibliographie (1880-2000)*. Rome: École Française de Rome, 2003.

63 Arquivo Provincial da Província Portuguesa da Ordem Franciscana, *Espólio de António Domingues de Sousa Costa*, cx. 1-55. Sobre o espólio deste investigador veja-se: João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade, Mário Farelo, “Uma vida de investigação. O espólio de António Domingues de Sousa Costa, OFM (1926-2002)”. *Itinerarium*, 225/226 (2021): 529-542. Sobre o investigador veja-se: António de Sousa Araújo, “António Domingues de Sousa Costa, OFM Canonista e Investigador (1926-2002): Elementos para a sua Bibliografia”. *Itinerarium*, 49-175/176 (2003), 97-256.

tipologias e origens. Não é o momento para sermos exaustivos na descrição ou enumeração destas fontes⁶⁴, pelo que nos focaremos naquelas que pensamos ser as mais importantes, pela quantidade e âmbito das informações que encerram relativas ao nosso tema. Começamos pelos *Portugaliae Monumenta Vaticana*⁶⁵, de António Domingues de Sousa Costa, obra magistral e incomparável no que diz respeito à publicação de documentação do Arquivo Apostólico do Vaticano relativa ao período final da Idade Média. Além disso, as introduções e notas de rodapé dos diferentes volumes são ainda hoje extremamente úteis e incontornáveis no que diz respeito à história eclesiástica e das relações entre Portugal e a Santa Sé do século XV.

Referimo-nos também às coletâneas *Chartularium Universitatis Portugalensis*⁶⁶ e *Monumenta Henricina*⁶⁷, que sublinhamos devido à significativa diversidade de documentos concernentes à nossa cronologia. São também de considerável importância as publicações de documentação epistolar, portuguesa e italiana, que nos permitem vislumbrar a atuação das redes portuguesas no âmbito da Cúria Romana, dentre as quais referimos apenas *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence*⁶⁸, constituindo o epistolário do abade D. Gomes, e os *carteggio* dos procuradores da família Sforza junto ao Papa⁶⁹. Apesar do tempo passado desde a sua publicação, continua a ser pertinente a consulta das obras *Provas da História Genealógica da Casa Real*

64 Poderíamos referir várias coletâneas documentais com elementos úteis para o nosso tema, no entanto, para além das que iremos mencionar ao longo deste texto, destacamos apenas os seguintes exemplos: *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua história*. João Martins da Silva Marques (ed.). Lisboa: INIC, 1988. 5 vol.; Saul António Gomes, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da vila da Batalha: séculos XIV a XVII*. Lisboa: IPPAR, 2002. 2 vols.; *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Pedro de Azevedo (dir.). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1934. 2 vols.; Jacques Paviot, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle. Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes (1383-1482)*. Lisboa-Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996 e *Livros Verde da Universidade de Coimbra*. Maria Teresa Nobre Veloso (ed.). Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.

65 António Domingues de Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Braga: Editorial Franciscana, 1968-1982. Vols. I-IV.

66 *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, Artur Moreira de Sá (ed.). Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966-2004. 16 vols.

67 *Monumenta Henricina*, A. J. Dias Dinis (ed.). Coimbra: Comissão Executiva do V centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960-1974. 15 vols.

68 Rita Costa Gomes, *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence: The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)*. Florença: Leo S. Olschki Editore, 2017.

69 *Carteggio degli oratori sforzeschi all corte pontificia*, Matteo Briasco, Daphne Grieco, Antonio Santilli, Antonella Mazzon, Gianluca Battioni (eds.). Roma: Roma nel Rinascimento, 2013-2021. t. I-IV.

*Portuguesa*⁷⁰, *Corpo Diplomático Português*⁷¹, *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*⁷² e *Suma do Bulário Português*⁷³.

Por fim, devemos ainda referir que utilizaremos um conjunto de fontes literárias, portuguesas e internacionais, que contenham elementos relativos aos prelados estudados. Neste momento referimo-nos apenas aos textos produzidos entre os séculos XV e XVI, contemporâneos ou próximos dos acontecimentos descritos. Assim, para Portugal serão consultadas as crónicas de Fernão Lopes⁷⁴, Rui de Pina⁷⁵, Garcia de Resende⁷⁶, Damião de Góis⁷⁷ e Duarte Nunes de Leão⁷⁸. Entre os autores internacionais, consultaremos os textos de Vespasiano de Biticci⁷⁹, Eneas Silvio Piccolomini⁸⁰, Paris de Grassis⁸¹, Marino Sanuto⁸², Johann Burchard⁸³, Jacques Lalaing⁸⁴, Adrien de But⁸⁵ e Olivier de la Marche⁸⁶.

-
- 70 António Caetano de Sousa, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina Sylviana, 1739-1744.
- 71 Luís Augusto Rebelo Silva, *Corpo Diplomático Português*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1862.
- 72 Visconde de Santarém, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1864-1869. t. 9-11.
- 73 Joaquim dos Santos Abranches, *Summa do Bullario Português*. Coimbra: Typographia do Seminario, 1895.
- 74 Fernão Lopes, *Cronica del Rei D. Joham I*. William J. Entwistle (ed.). Lisboa: INCM, 1977. 2 vol.
- 75 *Crónicas de Rui de Pina*. M. Lopes Almeida (ed.). Porto: Lello & Irmão Editores, 1977.
- 76 Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e miscelânea*. Lisboa: INCM, 1973.
- 77 Damião de Góis, *Crónica do príncipe D. João*. Graça Almeida Rodrigues (ed.). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977. Damião de Góis, *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949-1955.
- 78 *Crónicas dos Reis de Portugal reformadas pelo licenciado Duarte Nunes de Leão*. M. Lopes Almeida (ed.). Porto: Lello & Irmão Editores, 1975.
- 79 Vespasiano da Bisticci, *Le Vite*. Aulo Greco (ed.). Firenze: Instituto Nazionale di Studi sul Rinascimento, 1970. vol. 1, 93-99.
- 80 Eneas Silvio Piccolomini, *I Commentarii*. L. Totaro (ed.). Milano: Adelphi Edizioni, 1984. 2 vol.
- 81 Não existe uma publicação na íntegra do *diarium* de Paris de Grassis, apenas publicações de excertos, dispersos por diferentes estudos.
- 82 Marino Sanuto, *I diarii di Marino Sanuto*. Veneza: Fratelli Visentini, 1879-1883. vol. I-IX.
- 83 Johannis Buckardi, *Liber Notarum ab anno MCCCCXXXIII usque ad annum MDVI*. Enrico Celani (ed.). Città di Castello : S. Lapi, 1907-1942.
- 84 Jacques Lalaing, "Le Livre des Faits du Bon Chevalier", in *Splendeurs de la Cour de Bourgogne: Récits et Chroniques*. Danielle Régner-Bohler (ed.). Paris: Éditions Robert Laffont, S.A., 1995.
- 85 *Chroniques relatives à l'histoire de la Belgique sous la domination des ducs de Bourgogne. 1, Chronique des religieux des Dunes, Jean Brandon, Gilles de Roye, Adrien de But*. Kervyn de Lettenhove (ed.). Bruxelles : F. Hayez, 1870.
- 86 Olivier de la Marche, *Mémoires d'Olivier de La Marche : maître d'hôtel et capitaine des gardes de Charles le Téméraire*. Henri Beaune e J. d'Arbaumont (eds.). Paris: Renouard, 1883-1888.

4. Metodologia: Prosopografia e Análise de Redes

O presente projecto estará assente em duas traves metodológicas: a prosopografia e a análise de redes⁸⁷. Não traçaremos aqui o devir histórico de ambos estes métodos, apenas os definiremos sucintamente e justificaremos a sua utilização para a concretização dos objectivos deste projeto. Começando pelo método prosopográfico⁸⁸, que consiste em definir um universo de indivíduos, através de determinados critérios, e de estabelecer um conjunto de questões sobre diferentes variáveis das suas vidas, às quais se procura responder. Após análise do *corpus* documental e da obtenção do máximo de informações possível, procede-se ao estabelecimento de fichas biográficas de cada um desses indivíduos. Para a exploração dos dados, reunidos numa base de dados informática, é possível recorrer a várias técnicas de análise estatística. Isto permite ao historiador estabelecer critérios de análise da população recenseada, medindo características globais e pormenores individuais, identificando semelhanças e diferenças, distinguindo comportamentos de união e de afastamento, e perscrutando a forma como cada uma dessas personagens se insere no cômputo global dos indivíduos estudados.

O método prosopográfico apresenta diversos desafios e limitações. Por um lado, corre o risco de representar o universo estudado apenas como um conjunto de indivíduos, descuidando os contextos em que se inserem. Por outro, exige um rigoroso desenho da base de dados onde se pretende recolher as informações, processo moroso que exige um longo período de reflexão e conceptualização, reforçando a necessidade de estabelecer à partida as perguntas que se pretendem colocar sobre os indivíduos. Além disso, quando utiliza um conjunto numeroso e diversificado de fontes, o historiador que recorre ao método prosopográfico enfrenta o problema da correspondência de diferentes informações ao mesmo indivíduo, obstáculo causado pela homonímia ou pelas diferentes designações que um mesmo indivíduo pode

87 Para uma primeira introdução sobre as potencialidades da utilização articulada destes dois métodos veja-se: Christophe Verbruggen, *Combining social network analysis and prosopography*. In: *Prosopography Approaches and Applications: A Handbook*. Katharine Keats-Rohan (ed.). Oxford: Linacre College/University of Oxford, 2007, 579-601.

88 Sobre a prosopografia veja-se: Lawrence Stone, *Prosopography*. *Daedalus*. 100-1 (1971), pp. 46-79; *Informatique et prosopographie*. Helene Millet (ed.). Paris : Editions du CNRS, 1985. *Medieval Lives and the Historian: Studies in Medieval Prosopography*. Neithard Bulst e Jean-Philippe Genet (eds.). Kalamazoo: Medieval Institute Publications, 1986 e *Prosopography Approaches and Applications: A Handbook*. Katharine Keats-Rohan (ed.). Oxford: Linacre College/University of Oxford, 2007.

acumular ao longo da vida ou em diferentes documentos, mediante a sua proveniência, a sua produção e a sua tipologia⁸⁹.

Utilizaremos o método prosopográfico para reconstituir as micro biografias do conjunto de familiares e cortesãos dos cardeais estudados, tendo estabelecido um conjunto de perguntas de partida relativas a diversas questões sobre origem geográfica, formação académica, filiação e ordenação religiosa, posse de benefícios eclesiásticos e de património, relações sociais, carreiras eclesiásticas e seculares, entre outras. As informações identificadas na documentação que respondem as estas perguntas são armazenadas numa base de dados de relacional⁹⁰, construída na linguagem de programação *Structured Query Language* (SQL). A base de dados foi construída com o objectivo de conseguir armazenar uma grande diversidade e quantidade de elementos de resposta às perguntas estabelecidas e de permitir uma considerável flexibilidade no momento de interrogação dos dados.

Se a prosopografia se concentra sobretudo nas características comuns de um conjunto de diferentes indivíduos, tal não é o objectivo da análise de redes⁹¹. Uma rede social pode ser definida como “a finite set or sets of actors and the relation or relations defined on them”⁹² e a análise de redes como o método que nos concede as ferramentas e os conceitos necessários para o seu estudo. Assim, a análise de redes concentra-se na forma como os indivíduos se relacionam entre si, nas redes de ligações que estabelecem e como as articulam. Procura saber-se qual o papel de cada elemento dentro dessas mesmas redes e qual a natureza das suas ligações. A análise de redes

89 O chamado problema de *record linkage*. Neithard Bulst, Jean-Philippe Genet, “Introduction”, in *Medieval Lives and the Historian. Studies in Medieval Prosopography*. Kalamazoo: Medieval Institute Publications, 1986.

90 Sobre bases relacionais e a sua aplicação ao método prosopográfico, veja-se: Olivier Mattéoni, “Un Base de données informatisée pour l’étude prosopographique du personnel politique de la principauté bourbonnaise a la fin du Moyen Âge : présentation et exploitation”. *Medieval Prosopography*. 19 (1998), 99-109. Jacky Akoka, Isabelle Comyn-Wattiau, Stéphane Lamassé e Cédric Du Mouza, “Modeling historical social networks databases”. *Hawaii International Conference on System Sciences*. Honolulu: [s.n], 2019. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02283278> [Consultado a 21/01/2023]. Jacky Akoka, Stéphane Lamassé e Cédric Du Mouza, “Conception de Bases de Données Prosopographiques en Histoire - Un Etat de l’Art”. *Revue ouverte d’ingénierie des systèmes d’information*. 1-3 (2020), 1-19.

91 Sobre a análise de redes veja-se: S. Wasserman e K. Faust, *Social Network Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994; A. Degenne e M. Forse, *Les réseaux sociaux*. Paris: Armand Colin, 1994; J. Scott, *Social network analysis: A handbook*. Londres: Sage, 1991; J. L. Molina, *El análisis de redes sociales. Una introducción*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2001.

92 S. Wasserman e K. Faust, *Social Network Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, 20.

considera que a posição dos indivíduos nas redes sociais influencia as possibilidades de atuação, sendo a estrutura social o conjunto e a atuação dessas redes⁹³.

Optando por articular as duas metodologias – a prosopografia, focada nas características de um conjunto de indivíduos, e a análise de redes, que estuda as relações estabelecidas entre eles – conseguimos, por um lado, perceber quais as características dos diferentes indivíduos e como essas influenciam o seu posicionamento dentro das redes que integram, e, por outro, será possível perscrutar como certas características, nomeadamente as dos indivíduos em posições centrais, são determinantes para compreender a organização dessas redes. A análise de redes permite-nos ainda representar graficamente as relações entre os indivíduos que integram a base de dados prosopográfica, revelando perspectivas que de outra forma não seriam inteligíveis. A aliança entre estes dois métodos não encontra ainda uma adesão significativa por parte dos historiadores, no entanto, existe um conjunto pioneiro de projetos e estudos, inclusive relativos ao período medieval, que obtiveram resultados proveitosos através desse procedimento⁹⁴.

5. Tentativa de Estrutura

No que diz respeito à estrutura do nosso estudo, não apresentaremos aqui uma configuração detalhada, visto que a evolução dos trabalhos ditará necessariamente a introdução de alterações na estrutura inicial. Podemos avançar que o resultado final estará provavelmente dividido em três partes. A primeira parte será dedicada ao universo de indivíduos estudados, onde se incluem, essencialmente, os quatro cardeais referidos, as suas famílias cardinalícias e casas senhoriais. Para além de serem reconstituídas as carreiras desses prelados, serão também analisadas a formação e caracterização das suas *entourages*, com especial enfoque nas *familiae* dos cardeais. Na segunda parte, o enfoque será a interpretação dos resultados obtidos através da análise de redes, onde procuraremos caracterizar as estruturas reticulares que orbitavam os cardeais estudados e aferir as posições dos principais indivíduos dessas estruturas. Nesta secção serão apresentadas as representações gráficas das ego-redes dos quatro

93 Maria Ángele Martin Romera, *Las redes sociales de la oligarquía de la villa de Valladolid (1450-1520)*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2012, 151-158. Tese de Doutoramento.

94 Vejam-se os exemplos referidos em: Matthew Hammond, *Social Network Analysis and the People of Medieval Scotland 1093-1286 (PoMS) Database*. Glasgow: Centre for Scottish and Celtic Studies/University of Glasgow: 2017. 9-24. Disponível em: <https://www.poms.ac.uk/information/e-books/social-network-analysis-and-the-people-of-medieval-scotland-1093-1286-poms-database/>. [Consultado em 14/03/2023]. Referimos ainda: Maria Ángele Martin Romera, *Las redes sociales de la oligarquía de la villa de Valladolid (1450-1520)*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2012. Tese de Doutoramento.

prelados estudados. Por fim, procuraremos compreender, conjugando os dados expostos anteriormente, qual o papel destes indivíduos e das suas redes nas relações entre a Coroa, e restante comunidade política portuguesa, e a Santa Sé. Para tal, afigura-se fundamental não só o conhecimento das redes cardinalícias em Roma, mas também da presença dos agentes portugueses nessa cidade, especialmente junto à Cúria.

O cartório e a memória medieval do Mosteiro de São Salvador de Grijó: as linhas de investigação

ANA CATARINA SOARES

Universidade do Porto

<https://doi.org/10.21747/978-989-9193-14-7/inc12a6>

Sumário

Independentemente do seu objetivo de garantir o correto exercício das suas funções de gestão e administração, o arquivo de uma instituição é o local por excelência para a preservação da escrita. Preservação essa que dá origem à construção de uma memória. Assim, questionamos como é que o Mosteiro de S. Salvador de Grijó utilizou o seu arquivo para gerir e administrar os seus bens e para construir a sua memória, sabendo que a memória conhece um instrumento fulcral para a sua preservação, que é a escrita. Porque é que o Mosteiro de São Salvador de Grijó conservou os seus diplomas durante a Idade Média? Não dispomos de inventários do arquivo medieval de Grijó, mas existem registos de cópias que nos ajudam a responder a esta questão, nomeadamente o cartulário de Baio-Ferrado, redigido no mosteiro no século XII, e o Livro Preto de Grijó, elaborado na Chancelaria Real em 1452. Estes exemplares são uma consequência das suas relações com o poder régio, servindo não só como ferramentas de gestão, mas também como instrumentos de construção da memória escrita da instituição.

Palavras-chave: Arquivo; Mosteiro de Grijó; Diplomática Medieval; Documentação régia.

Abstract

Regardless of its objective of guaranteeing the correct exercise of its management and administrative functions, an institution's archive is the place of excellence for the preservation of writing. The preservation results in the construction of a memory. Therefore, we question how the Monastery of S. Salvador de Grijó used its archives to manage and administer its assets and to build its memory, knowing that memory has a key instrument for its preservation, which is writing. Why did the Monastery of Grijó

kept its diplomas during the Middle Ages? We don't have any inventories of the medieval archives of Grijó, but there are records of copies that help us answer this question, namely the Baio-Ferrado cartulary, drawn up in the monastery in the 12th century, and the Livro Preto de Grijó, drawn up in the Royal Chancery in 1452. These copies are a consequence of their relationship with the royal power, serving not only as management tools but also as instruments for building the institution's written memory.

Keywords: Archive; Monastery of Grijó; Medieval Diplomats; Royal documents.

1. Tema

O texto que agora trazemos a público distancia-se ligeiramente daquele que foi apresentado no *XV Workshop de Estudos Medievais* em abril de 2023. A investigação amadureceu e ficou concluída na Dissertação de Mestrado intitulada “O cartório e a memória do Mosteiro de São Salvador de Grijó (1128-1452). O caso dos documentos régios”. Deste modo, pareceu-nos mais útil dar a conhecer os traços gerais do que está incluído na dissertação anteriormente mencionada, sem descorar os principais pontos abordados no WEM.

O estudo da memória do Mosteiro de São Salvador de Grijó através do seu arquivo: foi este o propósito da investigação. É o nosso intuito aferir a existência de uma dupla finalidade dentro do arquivo grijoense: primeira, a da utilidade pragmática dos documentos que acolhe e, depois, a construção da memória através desses mesmos documentos. No fundo, procuramos olhar para o documento e a sua preservação como uma forma de servir a construção de uma imagem de uma determinada instituição, seja de forma consciente ou inconsciente.

2. Historiografia

O estudo dos arquivos é um assunto em crescimento dentro da ciência Diplomática, na medida em que questiona o documento para lá do que se encontra escrito nele. Esta nova linha de investigação ambiciona perceber a relação do documento com o espaço onde foi, ou não, conservado ao longo do tempo. Esta nova abordagem é caracterizada por Pierre Chastang como “*l'exercice critique, qui accompagne le travail de l'historien, ne consiste plus simplement à trier le bon grain de l'ivraie,*

à séparer le vrai du faux, mais à comprendre ce que la production et la conservation du texte – conçu comme un objet et un ensemble de signes – nous apprennent de la société Médiévale”¹.

Na historiografia internacional, a partir do final do século XX, a Diplomática tem, gradualmente, adaptado o seu primeiro objetivo de *discriminem veria ac falsi* e saído da escola metódica, para dar origem a uma Diplomática interpretativa, que coloca o documento em direta relação com o indivíduo que o realiza, guarda ou destrói. Estas correntes historiográficas deram o seu impulso com uma mão cheia de historiadores, cujo trabalho é significativo. Elencamos os nomes de Julio Escalona Monge², Laurent Morelle³, Miguel Calleja Puerta⁴, Olivier Guyotjeannin⁵, Pierre Chastang⁶ e Sébastien Barret⁷. No que diz respeito ao cenário nacional, o cenário mostra-se cada vez mais

-
- 1 Pierre Chastang, “Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale: la structuration d’un nouveau champ de recherche”, *Cahiers de civilisation Médiévale* 49, n° 193 (2006): 22.
 - 2 Julio Escalona Monge, “Antes de los cartularios: gestión de archivos y transmisión de los documentos de la Castilla condal (siglo IX-1038”, in *Chartes et cartulaires comme instruments de pouvoir: Espagne et Occident chrétien (VIIIe-XIIe siècles)*, ed. Julio Escalona Monge, Hélène Sirantoine (Toulouse: Presses universitaires du Midi, 2013), 131–151.
 - 3 Laurent Morelle, “Usages et gestion de l’écrit documentaire (Occident, vie-xiiie siècle): quelques considérations sur l’acte écrit”, in *L’autorité de l’écrit au Moyen Âge (Orient-Occident)* (Paris: Éditions de la Sorbonne, 2009), 117–126. Laurent Morelle, “Comment inspirer confiance? Quelques remarques sur l’autorité des cartulaires”, in *Chartes et cartulaires comme instruments de pouvoir: Espagne et Occident chrétien (VIIIe-XIIe siècles)*, ed. Julio Escalona Monge, Hélène Sirantoine (Toulouse: Presses universitaires du Midi, 2013), 153–163.
 - 4 Miguel Calleja Puerta, “Cartularios y construcción de la memoria monástica en los reinos de León y Castilla durante el siglo XII”, in *Les cartulaires médiévaux: écrire et conserver la mémoire du pouvoir, le pouvoir de la mémoire*, ed. Véronique Lamazou-Duplan, Eloïsa Ramírez Vaquero (Pau: Presses de l’Université de Pau et des Pays de l’Adour, 2013), 187–197.
 - 5 Olivier Guyotjeannin, Yann Potin, “Le fabrique de la perpétuité. Le Trésor des chartes et les archives du Royaume (XIII-XIX siècle)”, *Reveu de Synthèse* 125 (2004): 15-44.
 - 6 Pierre Chastang, “Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale: la structuration d’un nouveau champ de recherche”, *Cahiers de civilisation Médiévale* 49, n° 193 (2006): 21-31.
 - 7 Sébastien Barret, “La mémoire et l’écrit: l’abbaye de Cluny et ses archives (X-XVIII siècle)”, *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre* 13 (2009); Sébastien Barret, “Les actes écrits comme instruments de pouvoir: la contribution des formulaires”, in *Chartes et cartulaires comme instruments de pouvoir: Espagne et Occident chrétien (VIIIe-XIIe siècles)*, ed. Julio Escalona Monge, Hélène Sirantoine (Toulouse: Presses universitaires du Midi, 2013), 87–99.

promissor, graças aos trabalhos realizados recentemente por António Guerra⁸, Filipa Roldão⁹, Maria João Silva¹⁰ e Saul António Gomes¹¹.

3. Metodologia

Como concretizámos, então, o objetivo exposto? Através de dois princípios enunciados por Sébastien Barret. O primeiro princípio consiste em “*mettant en œuvre autant que faire se peut les méthodes éprouvées de la diplomatique, de la paléographie et de la codicologie*”¹², segundo o qual recorreremos à tradição documental e à génese e a características internas e externas dos documentos. A relação deste primeiro princípio com o segundo, a “*sociologie des institutions*”¹³, é fundamental para perceber o percurso e os gestos de preservação da documentação ao longo dos séculos, sem esquecer que “o documento é sempre obra humana”¹⁴. É a partir daqui que conseguimos traçar uma possível interpretação da transmissão e a construção da memória da instituição que pedia, recebia e guardava documentos.

-
- 8 António Joaquim Ribeiro Guerra, *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII. Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais* (Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003). Isaías da Rosa Pereira, António Ribeiro Guerra, “La conservation des chartes dans les archives privées au Portugal (Xe-XIIe siècles)”, *Scriptorium* 50 (1996): 390–396.
- 9 Filipa Roldão, “A memória da cidade. Administração urbana e práticas de escrita em Évora (1415-1536)” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011); Filipa Roldão, “La culture écrite et les pouvoirs urbains: Les archives d’une ville portugaise au XVe siècle: le cas d’Évora”, in *La ville médiévale en débat*, ed. Amélia Aguiar Andrade, Adelaide Millán da Costa (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2013), 157–166.
- 10 Maria João Oliveira e Silva, “Os arquivos monásticos e a memória da Sé: o caso do Porto na Idade Média”, in *Monasticon: História e Memória*, ed. Maria Alegria Marques, Luís Carlos Amaral (Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2012), 15–22.
- 11 Saul António Gomes, “O “Inventário das Escrituras” do Convento de São Francisco de Santarém de [1411]. Observações breves acerca da praxis arquivística medieval portuguesa”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 3 (2003): 263-292; Saul António Gomes, “Donationes custodiantur: donationes serventur - da memória e praxis arquivística do Mosteiro de Santa Maria de Alcobça em tempos medievais”, *Humanitas* 57 (2005): 245-270; Saul António Gomes, *In Limine Conscriptiois. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)* (Viseu: Palimage Editores; Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007).
- 12 Sébastien Barret, “La mémoire et l’écrit: l’abbaye de Cluny et ses archives (X-XVIII siècle)”, *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre* 13 (2009): 2.
- 13 *Ibidem*.
- 14 Joaquim Veríssimo Serrão, *História e o Conhecimento Histórico*, 2ª ed. (Santarém: Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, 2022): 77.

4. Fontes

O estudo do cartório do mosteiro passou pela análise de dois códices que marcaram a sua história. Falamos do *Baio-Ferrado*¹⁵ e do *Livro Preto de Grijó*¹⁶, compilações cuja data de produção e entidade produtora diferem entre si, transmitindo visões distintas do cartório do Mosteiro de Grijó.

O *Baio-Ferrado* foi produzido no *scriptorium* do Mosteiro de Grijó e apresenta duas fases de redação. A primeira fase de compilação (1160-1190) é determinada pela tipologia documental e pelo outorgante, organizada de acordo com o seu prestígio. Já a segunda fase (1190-1264) não apresenta uma organização prévia, caracterizando-se por responder a uma exigência de documentos encontrados ou que acabavam de chegar ao cartório monástico.

O *Livro Preto de Grijó* foi produzido a pedido do mosteiro a D. Afonso V. Corresponde a uma coleção de cópias autênticas de doações e de privilégios régios outorgados ao Mosteiro de Grijó, assim como diplomas destinados a outras entidades, mas que se relacionam com a sua gestão patrimonial e administrativa.

São estas duas fontes que determinaram a cronologia em estudo, mas não nos focámos apenas nas datas de produção do *corpus* documental anteriormente mencionado, uma vez que analisámos cada diploma inserto no mesmo. Deste modo, iniciámos em 1128, correspondendo à data do primeiro documento régio conhecido a ser outorgado ao Mosteiro de Grijó: a doação da carta de couto por D. Teresa; e terminámos em 1452, correspondendo ao ano em que é concluído o *Livro Preto de Grijó*, dado que é uma pública-forma realizada no círculo régio, o que faz com que este seja, só por si, considerado uma confirmação original.

Além do mais, o facto do *Livro Preto de Grijó* ter sido produzido no circuito régio direccionou este estudo para a natureza da documentação compilada no códice: a documentação régia, com uma salvaguarda de que foi apenas tida em conta a documentação que beneficiava diretamente o cenóbio.

É certo que para o estudo da tradição documental, tornou-se indispensável conhecer todos os processos escritos pelo qual o documento passou: original, cópia, confirmação ou menção. Assim, para além das fontes anteriormente mencionadas,

15 Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Mosteiro de São Salvador de Grijó, liv. 50 (*Baio-Ferrado*).

16 ANTT, Mosteiro de São Salvador de Grijó, liv. 49 (*Livro Preto de Grijó*).

consultámos ainda as *Chancelarias Régias* até ao ano de 1452¹⁷; as *Inquirições*, em particular as de D. Afonso II e de D. Afonso III¹⁸; as *Gavetas da Torre do Tombo*¹⁹; o *Tombo de Doações e mais Títulos dos bens do Mosteiro de Grijó*²⁰; a *Jurisdicção Secular e Privilégios dos Reis*²¹; o *Tombo de todas as propriedades, rendas e foros do Mosteiro de Grijó*²² e o *Livro Grande*²³.

Coube-nos olhar também para outras fontes que, não obstante se distanciarem da cronologia, foram fundamentais para perceber quais são os documentos régios que perduraram ou não durante a Idade Média. Falamos da *Crónica de São Salvador de Grijó*²⁴, de D. Marcos da Cruz, obra historiográfica fundamental para conhecer quais os diplomas que ainda existiam no cartório monástico e quais eram as práticas de preservação existentes no século XVII. É certo que não podemos referir com certeza que as práticas de preservação descritas na crónica sejam praticadas no período medieval. Todavia, graças aos estudos de António Guerra, sabemos que estes eram *gestos* de preservação que existiam também no período medieval para outras instituições. Por isso, esta fonte serve para levantar algumas hipóteses sobre os documentos avulsos que poderiam existir no cartório e sobre quais poderiam ser as práticas preservação no cartório do Mosteiro de Grijó, durante o período medieval.

5. Estrutura definitiva

Expomos aqui a estrutura definitiva da Dissertação defendida. O primeiro capítulo diz respeito ao estudo da tradição dos diplomas estudados e à relação entre o arquivo do Mosteiro de Grijó e o arquivo régio. O segundo ponto foca-se nas marcas de destruição e de preservação deixadas nos documentos por parte do cenóbio. O

17 ANTT, Chancelaria de D. Afonso II, *Registo da Chancelaria de Afonso II*, fl. 46v, 63-64; *Livro Novo de Afonso II*, fl. 43-44, 59v. *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 1, fl. 8, 47v-48. *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 1, fl. 6. *Chancelaria de D. Afonso IV*, Livro 4, fl. 36. *Chancelaria de D. Pedro I*, fl. 6-7, 32, 110v-111. *Chancelaria de D. Fernando*, Livro 1, fl. 137; Livro 2, fl. 80. *Chancelaria de D. João I*, Livro 1, fl. 76-76v, 182v, 183; Livro 2, fl. 11-11v, 92v, 99. *Chancelaria de D. Duarte*, Livro 1, fl. 55. *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 1, fl. 35v; Livro 11, fl. 45v; Livro 34, fl. 191.

18 ANTT, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso II, liv. 1, fl. 118v. Inquirições de D. Afonso III, liv. 1, fl. 4v-5v, 12v-14v, 22-26, 33-39.

19 ANTT, Gavetas, Gav. 1, mç. 7, nº 20. Gav. 8, mç. 2, nº 9, nº 11; mç. 3, nº 7; mç. 4, nº 10, nº 12; mç. 6, nº 9.

20 ANTT, Mosteiro de São Salvador de Grijó, liv. 45.

21 ANTT, Mosteiro de São Salvador de Grijó, liv. 46.

22 Arquivo Distrital do Porto (ADP), Convento de São Salvador de Grijó, *Tombo de todas as propriedades, rendas e foros do Mosteiro de Grijó*, fls. 1-2.

23 Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), *Livro Grande*, fl. 24.

24 ANTT, Mosteiro de São Salvador de Grijó, liv. 40 (*Crónica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, por D. Marcos da Cruz*).

último capítulo insere uma conceptualização sobre a dupla funcionalidade do arquivo grijoense, que passava por guardar os documentos que detinham uma utilidade imediata para o quotidiano da vida administrativa e, em simultâneo, que construía uma memória.

Importa notar um breve apontamento: a dupla funcionalidade do arquivo mostra a sacralidade da escrita para os cónegos do Mosteiro de São Salvador de Grijó, enquanto forma de conceber a sua memória. Uma memória concebida para facilitar a gestão do seu património, tornando-se uma forma de assegurar os seus direitos e privilégios. Uma memória construída, mas que não deixa de ser baseada na antiguidade e riqueza jurisdicional da instituição, muitas vezes reconhecida pelo poder régio, quer pelo peso e importância das doações e privilégios, quer pelas confirmações, que projetavam pelos séculos a fama atribuída e reconhecida pelos monarcas anteriores. Uma memória que utiliza os diplomas para demarcar a sua independência perante os demais poderes, senhoriais religiosos ou laicos, que ameaçavam a sua autoridade dentro do território que lhes tinha sido agraciado e que lhes estava incumbido de administrar e preservar. Uma memória que se conservou através dos diplomas guardados no seu arquivo e da escrita.

Deste modo, a estrutura final assume-se da seguinte forma:

Introdução

1. O cartório do Mosteiro de Grijó: os diplomas régios e a sua tradição medieval

1.1. Primeira Fase (1128-1325)

1.2. Segunda Fase (1325-1452)

1.3. O arquivo da Torre do Tombo e o Livro Preto de Grijó

2. Entre os acidentes e a intenção: as marcas da destruição e os gestos da preservação no cartório do Mosteiro de Grijó

2.1. A forma como a história do Mosteiro deixou a sua marca de destruição

2.2. Os gestos de preservação

3. A construção da memória através do arquivo

3.1. A utilidade imediata

3.2. A projeção da memória

Conclusão

Os instrumentos musicais e a música do *al-Andalus* português: um contributo da arqueomusicologia

ALEXANDRE MIGUEL SERAFIM BENTO

Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Estudos Medievais

<https://doi.org/10.21747/978-989-9193-14-7/inc12a7>

Sumário

A investigação no campo da música e seus instrumentos na Idade Média tem-se baseado em fontes escritas e iconográficas, originárias da escultura ou de representações em manuscritos de índole diversa. Fontes essas, que só nos surgem com suficiente integridade a partir dos séculos XIII-XIV. Porém, a arqueologia tem vindo progressivamente a proporcionar-nos mais dados, maior quantidade e rigor das fontes. Ainda assim, os instrumentos musicais recuperados nestes contextos só pontualmente tem sido identificados e estudados de forma aprofundada. Efectivamente, no que concerne aos períodos até ao século XIII, só desde as últimas três décadas se tem vindo a articular pontual e paulatinamente a arqueologia com a etnomusicologia, nomeadamente quanto ao período islâmico em Portugal. Nesta sequência e sob a interdisciplinaridade associada à arqueomusicologia, revela-se pertinente colocar questões e abrir novos rumos. Que vestígios arqueológicos de instrumentos musicais em contexto do *al-Andalus* português foram efectivamente recuperados e quais os seus contextos arqueológicos de origem? Qual a sua organologia, agentes, práticas, funções e contextos coetâneos correlacionados? Qual a influência destes instrumentos e respectivas práticas associadas na produção de património intangível e memória colectiva na contemporaneidade? De modo a colmatar estas lacunas e responder a estas questões, o presente projecto tem como objecto de estudo os instrumentos musicais exumados em contexto do *al-Andalus* português. Através da arqueomusicologia, auguramos novos rumos além do estudo e interpretação do instrumento musical per se. Pretende-se não só o seu estudo, como a sua articulação com a iconografia, a historiografia, tratados e outras fontes coetâneas. Deste modo, sob a delimitação cronoespacial proposta e almejando uma mais aprofundada apreensão da mundividência do homem medieval, este projecto pretende produzir novo

conhecimento aprofundado sobre a música, suas práticas, instrumentário, funções e contextos.

Palavras-chave: Arqueomusicologia, Música Medieval, Instrumentos Musicais Medievais, al-Andalus.

Abstract

Research in the field of music and its instruments in the Middle Ages has been based on written and iconographic sources originating from sculpture or representations in various manuscripts. These sources, however, only emerge with sufficient integrity from the 13th-14th centuries. Although, archaeology has progressively been providing us with more data, greater quantity, and rigor in sources. Nevertheless, the musical instruments recovered in these contexts have only occasionally been identified and thoroughly studied. Indeed, concerning the periods up to the 13th century, it has only been in the last three decades that archaeology has been punctually and gradually articulated with ethnomusicology, particularly regarding the Islamic period in Portugal. In this sequence, and under the interdisciplinary approach associated with archaeomusicology, it becomes relevant to raise questions and explore new directions. What archaeological vestiges of musical instruments in the context of Portuguese al-Andalus have actually been recovered, and what are their archaeological origins? What is their organology, agents, practices, functions, and correlated contemporary contexts? What is the influence of these instruments and their associated practices on the production of intangible heritage and collective memory in contemporary times? In order to fill these gaps and answer these questions, the present project focuses on the musical instruments unearthed in the context of Portuguese al-Andalus. Through archaeomusicology, we aim for new directions beyond the study and interpretation of the musical instrument per se. Not only is its study intended, but also its articulation with iconography, historiography, treatises, and other contemporaneous sources. Thus, within the proposed chrono-spatial delimitation and aspiring to a more profound understanding of the medieval man's worldview, this project aims to generate new in-depth knowledge about music, its practices, instruments, functions, and contexts.

Keywords: Archaeomusicology, Medieval Music, Medieval Musical Instruments, al-Andalus.

1. Introdução

Predominantemente, a investigação no campo da música medieval, seus instrumentos, práticas e contextos no território português, tem-se baseado em fontes escritas e iconográficas. Conjuntamente, além de escassas, estas fontes só nos surgem com alguma integridade a partir dos séculos XIII/XIV, associadas a contextos cristãos (e.g. livros litúrgicos, Cantigas de Santa Maria e Pergaminho Vindel). Não obstante, a maior quantidade e rigor das fontes que a arqueologia nos propicia desde o final do século XX (e.g. graças à arqueologia preventiva, datações por isótopos de carbono e maior rigor sobre os contextos estratigráficos) faculta-nos novos dados, ainda que escassos, não identificados, ou até agora só circunstancialmente aprofundados.

Conducente a uma tese de doutoramento em Estudos Medievais no qual a interdisciplinaridade é elemento imperioso, este projecto de investigação assume-se então no domínio da *arqueomusicologia*, também denominada *arqueologia musical*. Assim, “siendo la arqueologia musical una ciência interdisciplinar, se nutre de distintas especialidades como son la organologia, la iconografía, la historiografía, la etnología, la antropología, la acústica y incluso la zoología, entre otras.”¹ Para García Benito & Jiménez Pasalodos:

“la arqueología musical estudia los sonidos y las culturas musicales del pasado basándose fundamentalmente en fuentes organológicas e iconográficas. Además, también toma elementos derivados de la Etnomusicología y de otras disciplinas auxiliares: Acústica, Arqueología Experimental, Etnoarqueología, Iconografía y Organología. Esta gran cantidad de aproximaciones al estudio de la música del pasado remoto hace necesaria una reflexión teórica e historiográfica que trate de encontrar los límites y las perspectivas de futuro de la investigación en la arqueología musical. (...) La Arqueología Musical pretende conocer los sonidos y los comportamientos musicales de la Prehistoria, la Antigüedad, la Edad Media (...) basándose en el registro arqueológico y en los casos en los que es posible, en las fuentes escritas antiguas.”²

Neste âmbito de interdisciplinaridade, refira-se que “la historiografía es (...) fundamental no sólo para valorizar los estudios anteriores sino también para, desde un punto de vista crítico, tratar de desvelar el porqué de determinadas metodologías

1 María Dolores Navarro de la Coba, “Instrumentos musicales encontrados en excavaciones arqueológicas pertenecientes a los siglos IX-XV en el territorio andaluz” (Tese de Doutoramento, Universidad de Granada, 2020) 12.

2 Carlos García Benito and Raquel Jiménez Pasalodos, “La música enterrada: Historiografía y Metodología de la Arqueología Musical”, *Cuadernos de Etnomusicología* 1 (2011): 80-81.

y propuestas teóricas que nos permitan enfrentarnos a nuestros propios estudios sobre los materiales arqueológicos desde perspectivas renovadas.”³

2. Pertinência, problemática, questões e objetivos

2.1. Pertinência e problemática

“O estudo dos instrumentos da Idade Média é pejado de escolhos, devido à natureza indirecta da esmagadora maioria das fontes chegadas até nós, e ao contexto literário ou iconográfico em que estas devem ser interpretadas; a escassez de informações organológicas e o desequilíbrio cronológico e espacial da documentação contribuem para obscurecer ou complicar um panorama histórico de difícil reconstrução. Não admira, por isso, que muitos aspectos da evolução e das características dos instrumentos medievais estejam ainda em aberto, e que nem sempre se consiga a unanimidade dos especialistas quanto a este ou aquele ponto”⁴.

A partir do século VIII, as relações com o Oriente permitiram a introdução de sofisticadas práticas artísticas, nomeadamente oriundas da tradição musical árabo-persa. “A orientalização acentuou-se no início do século IX, na corte califal de Córdoba, com a vinda de vários artistas oriundos de Medina e de Bagdad, dos quais o último a chegar e o mais famoso é hoje Ziriâb, por muitos considerado o fundador da escola musical andaluza⁵”. Esta é uma fase em que se democratizam as artes musicais. “A cultura berbere, que estava já enraizada no povo peninsular, encontrava paralelos nas casas nobres, e a cultura musical tornou-se abrangente a todas as classes, tal como outras liberdades sociais”⁶. Porém, “no que respeita à música árabo-andaluza, há em Portugal pouquíssimos vestígios materiais propriamente ditos que possam ocupar os nossos investigadores ou inspirar os nossos artistas”⁷.

Conforme referido, a investigação da música e seus instrumentos na Idade Média (e.g. através de Manuel Pedro Ferreira⁸) tem-se baseado em escassas fontes escritas e

3 *Idem.*, p. 100.

4 Manuel Pedro Ferreira, “As raízes medievais dos instrumentos musicais europeus”, *Fábrica de Sons - Instrumentos de música europeus dos séculos XVI a XX* (1994) 41.

5 *Idem.*, p. 116.

6 Ana Carina Marques Dias, “O Adufe - Contexto Histórico e Musicológico” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve, 2011) 24-30.

7 Manuel Pedro Ferreira, “Memórias Musicais de Al-Andalus. Xarajīb”, *Revista do Centro de Estudos Luso-Árabes*, nº 7 (Silves: Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves, 2009): 115.

8 Manuel Pedro Ferreira, *O Som de Martin Codax: Sobre a dimensão musical da lírica galego-portuguesa (séculos XII-XIV)* (Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986); Manuel Pedro Ferreira, “Notas franciscanas (séculos XIII-XVII): Identidade dos livros litúrgicos menoritas. Iconografia e música no culto dos Mártires de Marrocos”, *Itinerarium – Revista quadrimestral de cultura*, LX, nº 209 (maio-agosto 2014): 41-49. Disponível em: <http://www.academia.edu/9507354/>.

iconográficas (e.g. originárias da escultura ou de manuscritos iluminados) as quais, provenientes de contextos já cristianizados, só nos surgem com suficiente integridade a partir do final do medievo. Paralelamente, associado à prioridade concedida ao mundo cristão em detrimento do mundo islâmico no território português até ao final do século XX, só desde as últimas três décadas se tem vindo a articular pontual e paulatinamente a arqueologia com a etnomusicologia, particularmente relativos ao período de domínio islâmico em Portugal. Contudo, a precibilidade dos materiais utilizados na construção de instrumentos musicais resulta na escassez de fontes arqueológicas. No caso dos cordofones⁹ por exemplo, sendo estes construídos em madeira e outros materiais perecíveis, torna-se praticamente impossível a sua subsistência até aos nossos dias. Restam-nos contudo alguns artefactos classificados no registo arqueológico como instrumento musical - concretamente um parco conjunto de tambores (i.e. membranofones¹⁰) fabricados em cerâmica e pontuais artefactos de potencial funcionalidade musical, produto do aproveitamento de ossos de aves (geralmente como instrumento de sopro ou aerofones¹¹); sendo que os últimos se resumem a um muito reduzido conjunto de aerofones tipo flauta, atribuídos na generalidade a períodos anteriores ao *al-Andalus*¹² e em alguns casos de dúbias cronologias.

Nesta sequência e concretamente quanto ao período do *al-Andalus* em território actualmente português, verificamos que a arqueomusicologia se encontra ainda em eclosão e revela problemáticas. Estas, reflectidas na referida escassez de dados publicados, revelam-se e direccionam-nos por exemplo quanto à delimitação do que possa ser definido como instrumento musical e ao desconhecimento dos arqueólogos dos materiais que possam ser úteis à etnomusicologia, ou em relação ao processamento e acesso aos achados arqueológicos. Desde logo, música e arte são conceitos

9 Instrumentos que produzem som através da vibração de cordas.

10 Instrumentos musicais cuja produção sonora se processa através da vibração de uma membrana esticada, geralmente uma pele animal.

11 Instrumentos musicais cuja produção de som se efectua graças à vibração de uma massa de ar. Os instrumentos musicais que produzem som através da vibração de uma coluna de ar são designados *aerofones*; inserem-se assim neste grupo todos os instrumentos que actuam através do sopro, tal como *órgãos* musicais, cuja produção de ondas sonoras resulta da vibração do ar dentro dos respectivos tubos.

12 Genérica e recorrentemente, os arqueólogos tenderam em classificar como flauta ou aerofone porventura “demasiados” ossos trabalhados exumados. Alguns terão sido correctamente descritos, classificados e depositados como flautas (i.e. aerofones) e outros como indefinidos. Porém, alguns deles, ainda que classificados como flauta ou aerofone, poderão porventura ter sido indevidamente classificados, pondo-se a possibilidade de serem por parte de outro tipo de instrumento musical: concretamente da família dos cordofones, cujos corpos construídos em materiais perecíveis não terão subsistido.

impossíveis de definir de forma unânime. Existirão provavelmente artefactos em cerâmica ou metal (e.g. apitos ou címbalos) ou ferramentas proporcionadas pela natureza (e.g. búzios) que poderão vir a contribuir para uma melhor apreensão da música, suas práticas e instrumentário no medievo, ainda que os arqueólogos não estejam sensibilizados para o seu potencial. Também, na sequência da enorme quantidade de escavações e relatórios produzidos actualmente, existirão, no mínimo, alguns milhares de peças mais ou menos fragmentadas que a arqueologia não consegue obviamente classificar dadas as condicionantes logísticas e humanas. Também, recorrentemente, em relação ao potencial musical dos ossos perfurados, os arqueólogos tenderam em classificar como flauta ou aerofone a generalidade dos *ossos trabalhados ou perfurados* exumados. Alguns terão sido porventura correctamente descritos, classificados e depositados como flautas (i.e. aerofones) e outros como *indefinidos*. Porém, alguns deles, ainda que classificados como flauta ou aerofone, poderão porventura ter sido indevidamente classificados, pondo-se a possibilidade de serem parte de outro tipo de instrumento musical – por exemplo da família dos cordofones, cujos corpos construídos em materiais percíveis como peles e madeira não terão chegado até nós. Neste contexto, refira-se o relevante contributo de Marta Moreno-García e Carlos Pimenta, cujos estudos articulam a arqueozoológica com a etnomusicologia. Os autores têm vindo a dedicar trabalhos a ossos perfurados, abrindo novos rumos para a etnomusicologia. Dedicaram-se por exemplo ao estudo do *aerofone de Cacela*¹³, produto do espólio recolhido por Estácio da Veiga - do qual não é conhecido o contexto estratigráfico em que terá sido exumado - tal como apresentaram os três paradoxais e carismáticos artefactos em osso perfurado exumados em Mértola. Estudos esses, no âmbito da arqueomusicologia, carentes e merecedores de continuidade. Refira-se ainda algumas ocasionais dificuldades no acesso¹⁴ a materiais e respectiva documentação (e.g. fichas do inventário) tal como algumas publicações parecem carecer da acuidade desejada quanto à abordagem da funcionalidade e tipologia do fragmento *per se* e/ou à cronologia, verificando-se até muitas vezes a quase ausência de imagens com um mínimo de qualidade.

Por conseguinte, os vestígios arqueológicos que propomos investigar e tratar - em articulação com fontes escritas e iconográficas - afiguram-se pertinente objecto de estudo. Através do seu potencial, auguramos contribuir para uma mais aprofundada

13 Marta Moreno-García e Carlos Pimenta, “O aerofone de Cacela. Notas sobre a identificação osteológica e taxonómica de um instrumento musical”, *O Arqueólogo Português*, Série IV, nº 24, 2006: 401-410.

14 Por vezes condicionados devido a resistências territoriais nos departamentos de Arqueologia de algumas autarquias.

compreensão da música do *al-Andalus* português, seus instrumentos, práticas e contextos.

2.2 Questões

Por conseguinte, revela-se pertinente formular as seguintes questões:

1. Que vestígios arqueológicos de instrumentos musicais em contexto do *al-Andalus* português foram efectivamente recuperados e quais os seus contextos arqueológicos de origem?
2. Qual a sua organologia, práticas, agentes, funções e contextos históricos e culturais coetâneos associados?
3. Qual a influência destes instrumentos e respectivas práticas associadas na produção de património intangível e memória colectiva na contemporaneidade?

2.3 Objectivos Gerais

Tendo prioritariamente como objecto de estudo os artefactos de possível funcionalidade musical exumados em contexto do *al-Andalus* em território actualmente português, em articulação com a iconografia, tratados e outras fontes escritas coetâneas e ulteriores, este trabalho pretende contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre a música, seu instrumentário, suas práticas, funções e contextos.

2.4 Objectivos específicos

Através da multidisciplinaridade associada à arqueomusicologia, este projecto tem como objectivos específicos:

1. Investigar, identificar, descrever, distinguir, relatar e discutir as fontes arqueológicas oriundas do espólio exumado em contexto do *al-Andalus* português, bem como fontes textuais e iconográficas coetâneas e ulteriores referentes ao *al-Andalus*;
2. Investigar, avaliar, relatar e discutir a tipologia e a organologia dos instrumentos musicais tratados;
3. Compreender, aprofundar e discutir como se processavam as práticas musicais coetâneas, suas funções e contextos;

4. Compreender, aprofundar e discutir os processos de construção, produção ou importação dos instrumentos musicais no período e delimitação geográfica definidos;
5. Investigar as relações e influências dos instrumentos e práticas tratados no património intangível e memória colectiva contemporâneos;
6. Documentar o registo arqueológico tratado de forma bidimensional e tridimensional *i.e.*, registo fotográfico e/ou 3D (*via* scanner 3D ou fotogrametria em casos que se considere pertinente e útil e quando possível.
7. Propiciar a investigadores e artistas contemporâneos um maior e mais aprofundado conhecimento sobre os instrumentos musicais do *al-Andalus* português, nomeadamente no âmbito organológico, através da produção de réplicas e/ou da disseminação da documentação digita (2D e 3D) proposta no ponto anterior.

Quanto à mundividência “em período de domínio islâmico, tudo leva a crer que tenha ocorrido uma maior actividade de trocas culturais musicais no meio popular peninsular, não só através das elites orientais, mas também do povo, autóctone, em convivência com os berberes. No entanto continua envolvida na penumbra a forma como eram ocupados os tempos de lazer nestas sociedades”¹⁵. Vislumbramos assim relevante potencial no âmbito da arqueologia articulada com a etnomusicologia, concretamente em relação ao período islâmico medieval no *al-Andalus* português (séc. VIII-XIII) augurando um maior e mais aprofundado conhecimento sobre os instrumentos musicais, seus agentes, suas práticas e contextos coetâneos. Através do potencial da interdisciplinaridade associada aos Estudos Medievais, aqui representada pela arqueomusicologia, almejamos um significativo contributo para uma mais aprofundada apreensão da mundividência do homem medieval, abrindo também novos rumos quanto às influências e reminiscências andalusis patentes até hoje no Magreb - articulação essa que dotará também os povos norte-africanos de novos elementos para a compreensão das suas memórias e práticas culturais.

15 Susana Gomez Martinez, “Os Signos do Quotidiano: Gestos, Marcas e Símbolos no al-Ândalus” (Mértola: Museu de Mértola – Catálogo Geral, 2014) 108.

3. Estado da Arte e Fontes

3.1. Os estudos da Música Medieval em território português – a etnomusicologia

Em Portugal, os estudos e investigação aprofundada no campo da música, seus instrumentos e suas práticas na Idade Média iniciaram-se na década de 1940 tendo como protagonista Solange Corbin, sendo que na mesma década, a transcrição integral das Cantigas de Santa Maria do rei Afonso X de Leão e Castela por Higinio Anglés em Barcelona teve também enorme relevo no mundo ibérico. Em 1955, surge a primeira História da Música Portuguesa publicada em livro por Maria Antonieta Cruz, obra na qual a autora dedica parte substancial à Idade Média. De excepcional relevo, seguiu-se a História da Música Portuguesa de João de Freitas Branco publicada em 1959¹⁶. Esta foi então uma fase em que as fontes escritas serviram praticamente de veículo único para o estudo da música medieval. A partir da década da 1980 e concretamente no domínio das práticas, notação e interpretação musical da Idade Média, destacou-se Manuel Pedro Ferreira¹⁷. O autor apresentou uma panóplia de publicações de extrema relevância no panorama da música medieval¹⁸, inclusive sobre o contexto do *al-Andalus*, sua música e instrumentário. Ferreira viria, entre outros trabalhos, a investigar a relação de fontes medievais portuguesas com a música trovadoresca europeia, o Cancioneiro da Ajuda e as Cantigas de Santa Maria. Revela-se assim alguma concentração destes estudos no *mundo cristão* do território português, bem como geograficamente no norte e centro do país, em detrimento do que possa ter ocorrido no *mundo islâmico* mais fortemente implantado a sul do território. Já depois da transição do regime político em Portugal, o próprio Manuel Pedro Ferreira¹⁹ considera que “foi no início dos anos oitenta que as novas tendências musicológicas se fizeram

16 João de Freitas Branco, *História da Música Portuguesa* (Lisboa: Europa-América, 1959).

17 Manuel Pedro Ferreira tem assumido um papel preponderante no desenvolvimento de estudos sobre a música medieval portuguesa, devendo destacar-se ainda o seu trabalho na implementação da icónica base de dados *Portuguese Early Music Database*, acessível através da internet. Integrado no CESEM, destaque-se ainda o Núcleo de Iconografia Musical (NIM) que, desde o ano 2000, se tem concentrado no estudo e investigação de fontes iconográfico-musicais. Refira-se também a relevância do INET-md no estabelecimento de possíveis paralelos através da etnomusicologia e estudos em música popular, centro de investigação que o autor deste projecto integra.

18 Manuel Pedro Ferreira, “As raízes medievais dos instrumentos musicais europeus”, *Fábrica de Sons - Instrumentos de música europeus dos séculos XVI a XX* (Lisboa: Eleta-94, 1994).

19 Manuel Pedro Ferreira, “O Estudo da Música Medieval em Portugal no seu contexto interdisciplinar (1940-2010)”, in *Alteridade consoante. Estudos sobre Música, Literatura e Iconografia*, ed. Juciane Cavalheiro et al. (Manaus: FAPEAM / PPGLA / Valer, 2013) 195.

sentir no mundo ibero-americano”. Na sequência dos estudos de António Borges Coelho e José Mattoso no âmbito da História por exemplo, consoma-se também uma tentativa “para reintegrar positivamente na narrativa histórica nacional o *Al-andalus*, que a mentalidade salazarista havia desvalorizado. Paralelamente, o desenvolvimento dos estudos islâmicos, a descoberta de novos textos árabes e hebraicos relativos à lírica andalusina (...) conjugaram-se com uma releitura dos tratados musicais da época clássica para permitirem repensar o panorama da cultura musical do sul da Península em finais da Idade Média”²⁰. Efectivamente, só desde a última década do século XX se tem vindo a desenvolver pontuais estudos dedicados à música de períodos anteriores ao século XIII, nomeadamente relativos ao período islâmico em Portugal.

3.2. Arqueomusicologia do *al-Andalus* português

A arqueologia dos instrumentos musicais na Idade Média e concretamente em contexto do *al-Andalus* português, é um tema de complexa abordagem. Conforme referido, no caso dos cordofones por exemplo, sendo essencialmente construídos em materiais perecíveis, torna-se praticamente impossível a sua subsistência até aos nossos dias. Restam-nos então um parco conjunto de fragmentos de instrumentos musicais fabricados em cerâmica (i.e. membranofones, instrumentos de percussão) ou pontuais artefactos em osso (aerofones?). Neste contexto e concretamente em relação à mundividência islamizada implantada a sul do Tejo até ao século XIII, os estudos arqueológicos de Rosa Varela Gomes e Helena Catarino por exemplo, tem-nos proporcionado novos dados em relação a artefactos produzidos em cerâmica, graças à sua resistência ao tempo e condições adversas. A primeira tem-se concentrado no mundo islâmico da cidade de Silves, e a última em Alcoutim. Nestas duas povoações são referenciados “tambores” atribuídos principalmente ao período Omíada. O *tambor de Silves* publicado por Varela Gomes por exemplo, será um dos casos mais conhecidos e relevantes quanto aos séculos VIII/IX (?); foi exumado na Almedina de Silves e consta do inventário como Q3/C8-47²¹. Porém, “la gran cantidad de hallazgos de tambores de cerámica andalusíes contrasta con la escasez de estudios en torno a estos instrumentos. Sin embargo, creemos que estos hallazgos son un testimonio privilegiado de las prácticas musicales populares andalusíes.”²². Os vestígios arqueológicos

20 Manuel Pedro Ferreira, “O Estudo da Música Medieval em Portugal no seu contexto interdisciplinar (1940-2010)”, in *Alteridade consoante. Estudos sobre Música, Literatura e Iconografia*, ed. Juciane Cavalheiro et al. (Manaus: FAPEAM / PPGLA / Valer, 2013) 197.

21 Rosa Varela Gomes, *Portugal Islâmico. Os Últimos sinais do Mediterrâneo* (Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, Ministério da Cultura – IPM, 1998) 172.

22 Raquel Jimenez Pasalodos and Alexandra Bill, “Los tambores de cerámica de al-Andalus (ss. VIII-XIV): una aproximación desde la arqueología musical”, *Nassane n.º* 28 (2012): 1.

proporcionam-nos informação e possibilidades ao nível do que *poderiam ser* (como objecto ou parte dele) em relação aos contextos artísticos e socioculturais em que estariam inseridos, ou às relações comerciais e culturais com outros povos. Revela-se deste modo, insista-se, o potencial que a arqueologia nos propicia no âmbito da música, suas práticas e seus instrumentos no *al-Andalus* em território português. Ainda relativamente à cerâmica no sul do território, refira-se ainda o trabalho de Ana Dias²³ aliando inquietações que articulam a etnomusicologia e a arqueologia.

No domínio dos artefactos produzidos em osso, são conhecidos vestígios arqueológicos em Mértola, Silves e Cacela e estes apresentam pouco conhecimento aprofundado até à data. Genérica e recorrentemente, os arqueólogos tenderam em classificar como flauta ou aerofone porventura “demasiados” *ossos trabalhados* ou *perfurados* exumados. Alguns deles poderão ter sido indevidamente classificados, pondo-se a possibilidade de serem por parte de outro tipo de instrumento musical, concretamente da família dos cordofones, cujos corpos construídos em materiais perecíveis como peles e madeira não terão chegado até nós. Neste âmbito, Marta Moreno-García e Carlos Pimenta tem vindo a publicar estudos no domínio da arqueozologia articulada com a etnomusicologia, destacando o seu potencial, como no caso dos três paradoxais e carismáticos artefactos oriundos das escavações em Mértola²⁴. Contudo e na sequência de estudos posteriores²⁵ parece-nos não haver dados que corroborem ou pelo menos indiquem fortemente a funcionalidade musical que os autores propõe. Nesta sequência, conjecturamos imprecisões que ao serem revistas e aprofundadas nos poderão trazer novo conhecimento sobre os instrumentos musicais do período islâmico em território português, bem como inferir práticas e contextos associados. Quanto a metais, não se conhecem vestígios publicados.

3.3. Outros âmbitos territoriais da arqueomusicologia

Carlos García Benito é Presidente da comissão de trabalho em arqueologia musical da Sociedad Española de Musicología²⁶. Ainda que não exclusivamente

23 Ana Carina Marques Dias, “O Adufe - Contexto Histórico e Musicológico” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve, 2011).

24 Marta Moreno-García and Carlos Pimenta, “Música através dos ossos?... Propostas para o reconhecimento de instrumentos musicais no Al-Ándalus. In *Al-Ándalus*”, *Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais* (2006) 226-239.

25 María Dolores Navarro de la Coba, “Instrumentos musicales encontrados en excavaciones arqueológicas pertenecientes a los siglos IX-XV en el territorio andaluz” (Tese de Doutoramento, Granada, 2020).

26 <https://www.sedem.es/es/comisiones-de-trabajo/arqueologia-musical/miembros.asp> acessado a 4 de Setembro de 2021.

dedicada ao medievo nem ao *al-Andalus*, este grupo de investigação tem vindo a desenvolver trabalhos no campo do nosso objecto de estudo - exemplo disso são os trabalhos de Raquel Jiménez Pasalodos. Continuando pela academia espanhola, destaque-se agora Rosário Álvarez Martínez, que embora tenha dedicado grande parte da sua obra às Ilhas Canárias e ao *orgão*, se dedicou também ao instrumentário e iconografia musical do *al-Andalus*, tornando-se relevante elemento para a prossecução da nossa investigação. Destaque-se também a profícua arabista Manuela Cortés García, investigadora da Universidade de Granada, que tem vindo investigar e publicar relevantes estudos de extrema utilidade para a nossa investigação. Trata a música, os instrumentos e os tratados musicais do *al-Andalus* e questões de género, chegando a aprofundar as influências do esplendor do *al-Andalus* no Magreb²⁷. Mauricio Molina tem vindo também a destacar-se no nosso âmbito, dedicando a sua tese de Doutoramento ao tema *Frame Drums in the Medieval Iberian Peninsula* ²⁸. María Dolores Navarro de la Coba, dedicou a sua tese de doutoramento os *Instrumentos musicales encontrados en excavaciones arqueológicas pertenecientes a los siglos IX – XV en el territorio andaluz*²⁹. Ainda que concentrada geograficamente no *al-Andalus* actualmente espanhol, procura e estabelece paralelos e contrastes com o Gharb, o que se torna também muito útil e pertinente para a nossa investigação. Articula as fontes arqueológicas recolhidas no *al-Andalus* espanhol com tratados e manuscritos e tratados musicais coetâneos, avalia e analisa tipologias e inventaria o registo arqueológico, articulando-o com a iconografia e fontes de outra índole; fá-lo também em relação ao actual território marroquino, inferindo inclusive influências do *al-Andalus* no território, produto dos êxodos a que a parte da comunidade islamizada se subjugou. Refira-se mais uma vez Raquel Jimenez Pasalodos, que em conjunto com Alexandra Bill tem desenvolvido importantes trabalhos nomeadamente quanto a *tambores* de cerâmica do *al-Andalus*³⁰. Ainda no contexto do actual território espanhol, refira-se o potencial que a plataforma digital *Red Digital de Colecciones de Museos de España*³¹ nos propociona no âmbito do instrumentário *andalusí*. Além da especificidade territorial portuguesa e ibérica que aqui tratamos, destaque-se ainda alguns autores e contextos cuja relevância não pode

27 Manuela Cortés-García, “El patrimonio musical andalusí de la tradición clásica en el Magreb: Realidades y retos en el nuevo milénio”, *Música oral del sur*, 11 (2014): 27-57.

28 Mauricio Molina, “Frame Drums in the Medieval Iberian Peninsula” (Tese de Doutoramento, The City University of New York, 2006).

29 María Dolores Navarro de la Coba, “Instrumentos musicales encontrados en excavaciones arqueológicas pertenecientes a los siglos IX-XV en el territorio andaluz” (Tese de Doutoramento, Granada, 2020).

30 Raquel Jimenez Pasalodos and Alexandra Bill, “Los tambores de cerâmica de al-Andalus (ss. VIII-XIV): una aproximación desde la arqueología musical”, *Nassane n.º* 28 (2012).

31 <http://ceres.mcu.es/pages/SimpleSearch?index=true>, acedido a 4 de Setembro de 2021.

ser omitida no âmbito da música medieval. Henry George Farmer (1882-1965) publicou diversas obras de relevância impar³² tal como Curt Sachs³³ ou Richard Hoppin³⁴.

4. Metodologias e cronograma

Para alcançar e consumir os objectivos propostos nesta investigação, propomos os seguintes métodos:

1. Continuação da pesquisa e consulta bibliográfica e inerente recolha de dados de publicações académicas (conferências, publicações, teses, livros) em áreas transversais e paralelas cujo potencial se considera pertinente e profícuo à investigação proposta (e.g. musicologia, arqueomusicologia portuguesa, espanhola, ibérica e do Magreb, fontes textuais, manuscritos iluminados, grupo de investigação em iconografia do CESEM); inerente procura e identificação de potenciais paralelos;
2. Recolha de dados: Identificação e análise de fontes arqueológicas disponíveis; análise dos contextos de proveniência das peças identificadas;
3. Identificação de semelhanças, paralelos e/ou factores de distinção e diferenciação em diferentes territórios – eg. Silves e Palmela;
4. Identificação de semelhanças, paralelos e/ou factores de distinção e diferenciação no âmbito do museológico/ arqueológico espanhol e do Magreb;
5. Identificação, análise e discussão de potenciais paralelos nas práticas musicais contemporâneas na região delimitada e áreas circundantes, tanto em relação à performance como ao processo de produção e respectiva organologia, quanto ao instrumentário, potencialmente produto de transmissão oral e tradição continuada;
6. Averiguar, identificar, analisar e discutir potenciais paralelos ou vestígios/reminiscências nas tradições etnomusicológicas praticadas até à actualidade relativos ao norte e oriente africanos; e.g. Alaúde, Rabab, Fídula, Lotar, Harpas, Liras ou Koras.
7. Identificação e análise da influência directa ou indirecta dos instrumentos musicais e das práticas musicais tratados neste projecto, sobre o património

32 Henry George Farmer, *The Arabian Influence on Musical Theor* (London: W. Reeves, 1925).

33 Curt Sachs, *The history of musical instruments* (New York: W.W. Norton & Company, 1940).

34 Richard Hoppin, *Medieval Music* (New York: W.W. Norton & Company, 1978).

material, imaterial e memórias colectivas actuais procedentes; incluindo práticas, instrumentos e sua produção.

8. Interpretação de dados e apresentação de artigos em congressos, seminários e publicações académicas produto do processo de investigação, subsequente crítica e discussão.

5. Trabalho desenvolvido, problemáticas e novos rumos

Resumimos agora o ponto da situação face ao trabalho desenvolvido, suas problemáticas e subsequentes revisões quanto à delimitação de contextos. Sumariamente, o trabalho tem vindo a desenvolver-se sob *quatro* eixos conforme se segue.

5.1. Pesquisa bibliográfica e recolha de fontes textuais e iconográficas

A pesquisa bibliográfica tem-se concentrado nas publicações de materiais arqueológicos e na produção académica em âmbito português e espanhol sobre a música e seus instrumentos em contexto do *al-Andalus*. A precariedade de estudos concentrados no território português leva-nos a procurar e recorrer frequentemente a fontes produzidas em contextos académicos da história, da musicologia e da arqueologia em Espanha, exemplificadas pelo contributo de Manuel Cortés García³⁵ e Raquel Jiménez Pasalodos³⁶. Temos vindo então a trabalhar segundo eixos como:

1. História do *al-Andalus*: através de António Borges Coelho³⁷ ou António Rei³⁸ por exemplo, procurarmos compreender contextos e perspectivas e conhecer fontes primárias neste domínio. Refira-se a sua articulação com a história (e.g. Tim Mackintosh-Smith³⁹) e musicologia árabe (desde Henry George Farmer⁴⁰).
2. História, fontes árabes e do *al-Andalus* articulada com a música: as publicações da já citada Manuela Cortés García têm sido essenciais, dado o enorme manancial produzido e a acuidade que se lhe reconhece nomeadamente quanto

35 Manuela Cortés-García, “El patrimonio musical andalusí de la tradición clásica en el Magreb: Realidades y retos en el nuevo milénio”, *Música oral del sur*, 11 (2014): 27-57.

36 Raquel Jimenez Pasalodos and Alexandra Bill, “Los tambores de cerâmica de al-Andalus (ss. VIII-XIV): una aproximación desde la arqueologia musical”, *Nassane n.º 28* (2012).

37 António Borges Coelho, *Donde Viemos* (Alfragide: Editorial Caminho, 2010).

38 António Rei, “Literatura Moçárabe. Memória de uma cultura de resistência1 (Séculos VIII-XII)”, *Medievalista* (2008): 2, <https://doi.org/10.4000/medievalista.1047>.

39 Tim Mackintosh-Smith, *Árabes - Uma história de 3000 anos de povos, tribos e impérios* (Lisboa: Edições 70, 2022).

40 Henry George Farmer, *A History of Arabian Music: to the XIIth century* (Londres: Luzac, 1929).

a traduções e terminologia, além da extensa reflexão publicada sobre questões sócias ou de género; de especial relevância para esta investigação, a sua obra tem ocupado considerável tempo a analisar. Ainda neste âmbito, ao longo do resumo do projecto (em anexo) são enunciados outros autores vinculados à academia espanhola a quem temos recorrido, como Rosário Alvarez Martinez⁴¹.

3. Música árabe e do *al-Andalus*: via Christian Poché⁴² e Amnos Shiloah⁴³ por exemplo, cujas publicações também nos permitem aceder a fontes, além das suas pertinentes e muito bem fundamentadas perspectivas.
4. Influências e reminiscências da música do *al-Andalus* no Magreb até aos nossos dias: e.g. via Raquel Jimenez Pasalodos e a já referida Manuela Cortés García, também bastante profícua neste domínio. Na figura 1, como exemplo visual do trabalho produzido, pode observar-se um mapa original que articula os achados arqueológicos em território português com as rotas migratórias do *al-Andalus* para o Magreb (a investigação de rotas marítimas e fluviais neste período tem sido alvo de aprofundamento, procurando estabelecer relações e almejar novos dados concretos).
5. Arqueomusicologia em contexto do *al-Andalus*: os trabalhos doutorais e académicos das já referidas Maria Dolores Navarro de la Coba ou Raquel Jimenez Pasalodo por exemplo, tem-nos permitido conhecer fontes primárias, reflectir sobre práticas e terminologias; destaque-se o termos conseguido estabelecer relações pessoais com alguns destes investigadores, permitindo ampliar e partilhar horizontes, despistar casos, discutir fontes, terminologias, funcionalidades e contextos.

41 Rosário Álvarez Martínez, “Los instrumentos musicales de al-Ándalus en la iconografía medieval Cristiana”, in *Música y poesía al-sur de al-Ándalus*, ed. Reynaldo Fernández Manzano e E. Santiago Simón (Granada-Sevilla: El Legado Andalusí-Lunwerg Editores, S.A., 1995) 93-120.

42 Christian Poché, *La Musique Arabo-Andalouse* (Paris: Cité de la Musique/Actes Sud, 1995).

43 Amnon Shiloah, *Music in the world of Islam* (Detroit: Wayne State University Press, 1995).

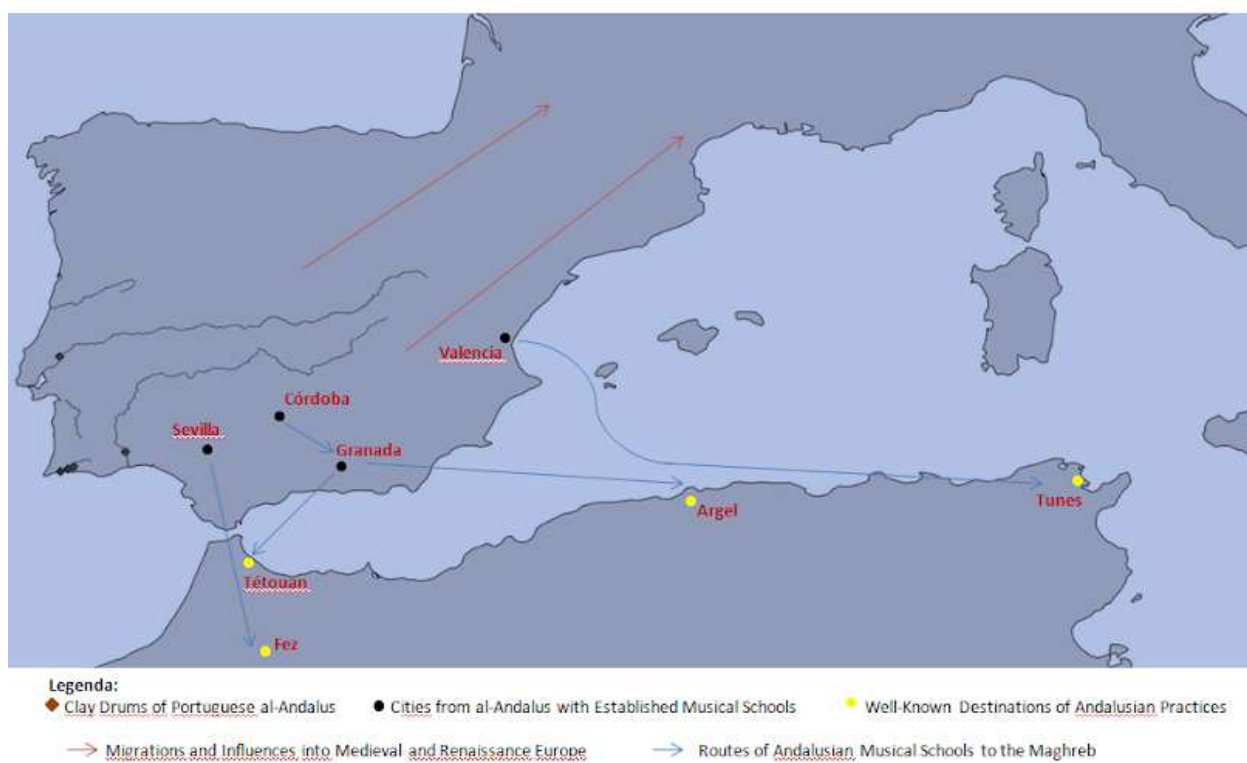


Figura 1 — Exemplo de mapa produzido. Fonte: Alexandre Bento.

5.2. Recolha de fontes arqueológicas

A recolha de dados arqueológicos tem-se realizado através de contactos formais e informais e de visitas presenciais. Conforme expectável neste âmbito, algumas problemáticas foram surgindo desde o início da investigação. Estas concentram-se resumidamente em dois pontos: um primeiro quanto à delimitação do que *possa ser* definido como *instrumento musical* e ao desconhecimento dos arqueólogos dos materiais que possam ser úteis à etnomusicologia; um segundo em relação ao acesso aos achados arqueológicos, respectivos relatórios, publicação e falácias. Ao início desta investigação só registávamos seis casos de tambores em território português. Porém, conseguimos ter agora conhecimento de onze exemplares, ainda que de dois deles não tenhamos conseguido saber mais do que sua existência. Na figura 2 podem observar-se nove dos referidos membranofones. Acrescente-se ainda um conjunto de seis

fragmentos de Alcoutim referidos na bibliografia de Helena Catarino, cujo paradeiro não se conhece - embora o excepcional apoio de Alexandra Gradim (arqueóloga da autarquia) nesse sentido.

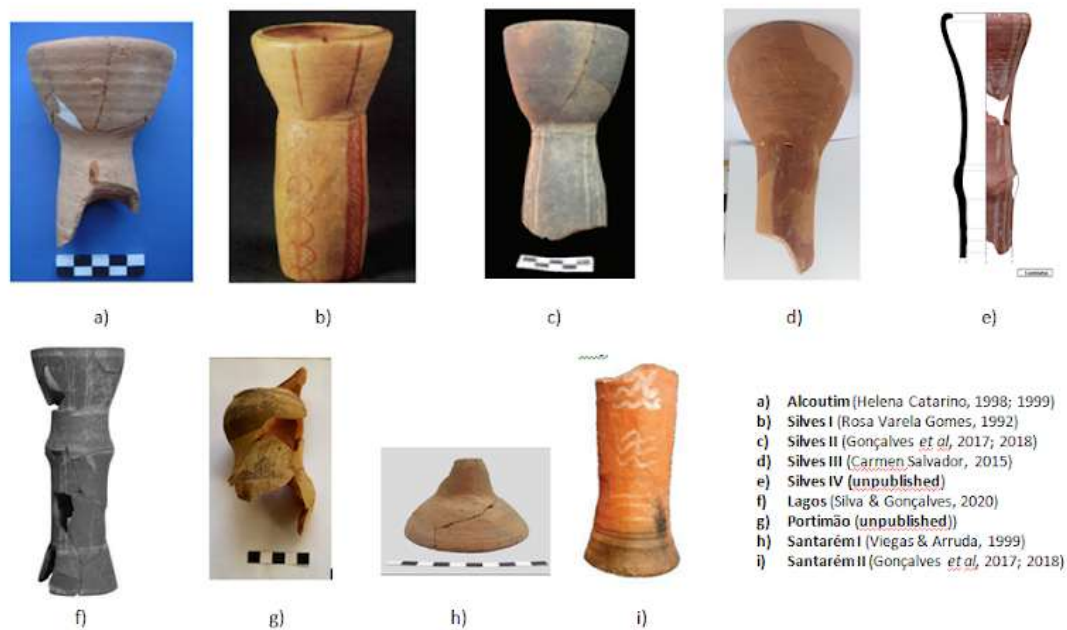


Figura 2 — Instrumentos musicais exumados em contexto do al-Andalus português.

Quanto a idiofones e aerofones temos vindo a conseguir identificar fragmentos passíveis de futura confirmação como parte de instrumentos musicais, nomeadamente em osso, cerâmica ou metal. Ainda assim, infelizmente, também nem sempre os contextos arqueológicos de proveniência de alguns instrumentos desde então identificados têm a integridade desejada. Dada a escassez de fontes, temos vindo a expandir o objecto de estudo a artefactos e ferramentas da natureza que possam ter tido funcionalidades no âmbito da paisagem sonora coetânea, como é o caso de búzios trabalhados e chocalhos; conhecemos já alguns exemplares que se encontram em fase de estudo preliminar.

5.3. Análise e interpretação dos dados

A análise e interpretação de dados tem sido alvo especial atenção. Temos desenvolvido estudos preliminares comparativos dos fragmentos registados quanto à sua tipologia, materiais, decoração, dimensões e contextos; deste modo podemos iniciar algumas inferências ao articular estes dados com os do registo arqueológico em território espanhol e da literatura disponível noutros âmbitos da história e da

musicologia. Tem-se procurado a sua análise e interpretação do ponto de vista organológico, suas funcionalidades e contextos sociais, culturais e artísticos, suas origens e sua eventual continuidade. Temos vindo por exemplo a desenvolver mapas (fig. 3) e tabelas comparativas - e.g. quanto a tipologias, dimensões ou cronologias (tab. 1).

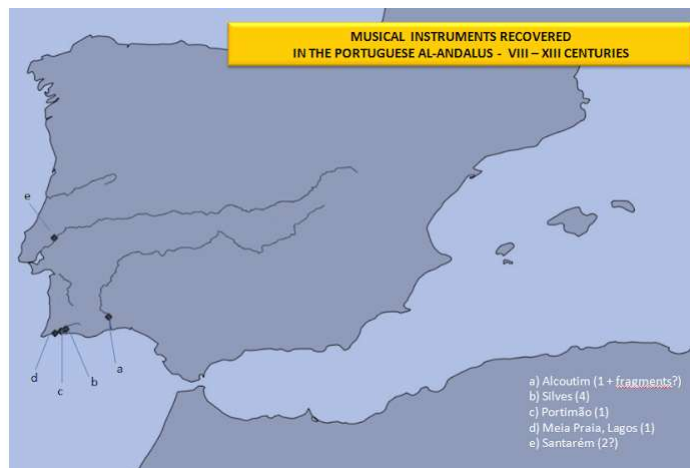


Figura 3 – Exemplo de mapa produzido. Tambores (i.e. membranofones) exumados em contexto do al-Andalus português. Fonte: Alexandre Bento.

Exemplar	Dimensões (cm): altura conservada/diâmetro campânula	Classificação (Bill e tal., 2012) e peculiaridades	Cronologia
Alcoutim	21,6 cm / Ø 14,0cm	B.1.	X-XI
Silves I	21,8 cm / Ø 10,0 cm	B.3.	VIII-IX
Silves II	17,7 cm / Ø 10,8	B.1. pintura a branco	XII
Silves III	18,5 cm ? / 12 cm ?	B.2.	XI ?
Silves IV	22 cm / 12 cm	B.2. com nó e pintura a branco	XII (?)
Meia Praia, Lagos	25,75 cm / Ø 10 cm	B.2. com nó e pintura a branco	XI-XII
Portimão	15cm ? / Ø8cm?	B.2. (?) com nó	Almóada
Santarém I	7,5 cm / Ø 11,0cm	?	IX-XII
Santarém II	16,1 / Ø 9,0 cm	B.1. ? B.2.? pintura a branco	Final XI - XII

5.4. Aquisição de competências, documentação e aplicação de tecnologias

Recorde-se que um dos objectivos desta investigação (resumo em anexo) é *“propiciar a investigadores e artistas contemporâneos um maior e mais aprofundado conhecimento sobre os instrumentos musicais do al-Andalus português, nomeadamente no âmbito organológico”*, bem como das problemáticas quanto à ausência de documentação (incluindo imagens) que relatamos desde o início da investigação. Na sua sequência, tem sido dedicada especial atenção ao registo fotográfico e por vezes tridimensional, o que permitirá documentar o registo arqueológico com elevada acuidade visual. Essencial ao melhor aproveitamento das possibilidades de partilha globalizada de informação, foi por exemplo dedicado substancial empenho na produção e processamento de imagens com pormenores relevantes (e.g. fig. 4).



Figura 4 — Exemplo de pormenor de osso trabalhado. Fonte: Alexandre Bento.

6. Estrutura provisória da tese.

Abordamos por fim a estrutura da tese. À data da redacção deste texto (Dezembro de 2023) sempre susceptível a alterações fruto do constante aprofundamento e das dinâmicas inerentes ao processo de investigação e sua matriz metodológica, a estrutura resumida da tese afigura-se da seguinte forma:

1. Introdução:

1. Contexto, problemática, delimitação e contributo;
2. O *al-Andalus*;
3. A Arqueomusicologia ou Arqueologia Musical (breve introdução);
4. Estrutura da tese.

2. Problemáticas e pertinência:

1. Musicologia;
2. Arqueologia;
3. Arqueomusicologia (inclui problemas da terminologia);
4. Património: das origens à contemporaneidade;
5. Potencial para a *performance* contemporânea e registo digital .

3. Questões, objectivos e contributo:

1. Questões;
2. Objectivos e contributo:
 - a) Objectivos gerais;
 - b) Objectivos específicos;
 - c) Contributo:

Para a musicologia, a história, a arqueologia, a performance contemporânea, o registo fotográfico e 3D e a compreensão das influências dos instrumentos e práticas tratados no património material e intangível e memória colectiva até aos nossos dias.

4. Metodologias:

5. Além das metodologias propostas no projecto de investigação, inclui referências, esclarecimentos e delimitações quanto:
 1. ao que possamos considerar música e paisagem sonora;
 2. à Arqueomusicologia ou Arqueologia Musical (desenvolvimento da introdução);
 3. a questões lexicais, terminologia, traduções e transliterações do árabe para o alfabeto latino;

6. Estado da arte:

1. Introdução;

2. Os estudos da Música Medieval em território português: a etnomusicologia;
 3. Arqueologia do *al-Andalus* português;
 4. Arqueomusicologia no âmbito ibérico;
 5. Outros âmbitos: música árabe, berbere e do *al-Andalus*.
- 7. Elementos para uma diferenciada mundividência num embrionário *al-Andalus* português:**
1. Fontes latinas
 2. Comunidades judaicas e visigóticas na Península Ibérica
 3. Árabes e berberes
 4. Outros âmbitos
- 8. Fontes escritas:**
1. Fontes coetâneas sobre a música, suas práticas, instrumentos, virtudes e impedimentos morais e espirituais: tratadistas, juristas, místicos, polímatas... Inclui tabelas e quadros de dados e terminologia;
 2. Testemunhos em prosa (geógrafos, documentos jurídicos, rol de aquisições e posse) e poesia;
 3. Fontes cristãs (*Cancioneiro da Ajuda*, *Cantigas de Santa Maria*, *Martim Codax*...);
 4. Fontes ulteriores (migração de escolas e práticas);
 5. Conclusões. Música, instrumentos, práticas, teoria, terminologia, notação, métodos e processos de transmissão de conhecimento, mundividência, contextos, género...
- 9. Fontes iconográficas**
1. Iluminuras: *Cancioneiro da Ajuda* e *Cantigas de Santa Maria*;
 2. Tumulária/escultura: *Cenotáfio dos Mártires de Marrocos*;
 3. Paralelos;
 4. Conclusões.
- 10. Achados arqueológicos exumados no *al-Andalus* português:**
1. Aerofones:
 - a) Aerofones no registo arqueológico do *al-Andalus*;
 - b) Paralelos do *al-Andalus* espanhol coetâneo à contemporaneidade do Magreb;
 - c) Resultados e Conclusões.
 2. Membranofones:
 - a) Membranofones no registo arqueológico do *al-Andalus* português;
 - b) Paralelos: do *al-Andalus* espanhol coetâneo à contemporaneidade no Magreb;
 - c) Resultados e Conclusões.
 3. Idiofones:
 - a) Idiofones no registo arqueológico do *al-Andalus* português;
 - b) Paralelos: do *al-Andalus* espanhol coetâneo à contemporaneidade no Magreb;
 - c) Resultados e Conclusões.
 4. Casos inconclusivos e cordofones
 5. Conclusões:

- a) Tipologias e diferenciação;
- b) Contextos artísticos, musicais, espirituais, socioculturais e de género;
- c) A *performance*: especulações sobre a *praxis* musical.

11. Da amortização do *al-Andalus* aos nossos dias:

- 1. Reflexos na identidade e património material e intangível do Magreb;
- 2. Rotas migratórias, vias marítimas, migração de escolas e práticas;
- 3. Influências até à contemporaneidade na música ocidental (instrumentário, práticas e teoria).

12. Conclusões:

- 1. Contributo para a apreensão da mundividência: contextos artísticos, musicais (*nawbas*, etc...) espirituais, socioculturais e de género coetâneos;
- 2. Diferenciação e questões geográficas;
- 3. Cerâmica;
- 4. Rotas migratórias, vias marítimas, migração de escolas e práticas;
- 5. Influências e reminiscências até à contemporaneidade: na Europa medieval (instrumentário e teoria);
- 6. Influências, reminiscências e reflexos na música, memória colectiva, identidade e património material e intangível no Magreb até à actualidade.

Crónica Breve do Arquivo Nacional: os livros de inquirições e a historiografia do século XV

DIANA FONTÃO

Universidade do Porto, Instituto de Filosofia, SMELPS

<https://doi.org/10.21747/978-989-9193-14-7/inc12a8>

Sumário

Apresentação do projeto de dissertação de mestrado dedicado ao estudo da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*. Aborda em particular a estrutura organizativa da dissertação, que pretende proporcionar uma análise multidisciplinar do objeto de estudo. Assim, observando separadamente o suporte em que a crónica se encontra registada, bem como a tradição discursiva em que se insere, e ainda as fontes utilizadas na composição, é possível compreender o contexto em que ocorre a sua redação. Por fim, é ainda examinada a receção que a *Crónica Breve do Arquivo Nacional* teve na era moderna através dos seus três testemunhos conhecidos.

Palavras-chave: Codicologia; Historiografia do século XV; Linguística histórica; Livros de inquirições.

Abstract

Presentation of the master's thesis project dedicated to the study of the *Crónica Breve do Arquivo Nacional*. It addresses the organizational structure of the dissertation, which aims to provide a multidisciplinary approach to the object of study. Therefore, by separately analyzing the medium in which the chronicle is recorded, as well as the discursive tradition in which it is inserted, and the sources used in the composition, it is possible to understand the context in which its writing takes place. Finally, it also examines the reception that the *Crónica Breve do Arquivo Nacional* had in the modern era through its three known testimonies.

Keywords: 15th century historiography; Codicology; Historical linguistics; Inquiry books.

Nota Introdutória

Este artigo parte do texto apresentado no XV Workshop de Estudos Medievais em abril de 2023. À época, a dissertação encontrava-se ainda incompleta, tendo sofrido posteriormente uma alteração significativa: foi alterado o título. Aquando da apresentação, a dissertação tinha como título provisório *Crónica Breve do Arquivo Nacional: os livros de inquirições e a historiografia do século XV*, designação do projeto em que se inseria e que foi utilizada tanto na apresentação como neste artigo que se lhe segue. Contudo, esta designação não era compatível com o percurso de investigação que a dissertação tomou, tendo optado por um título final mais adequado: *Uma Memória Anónima: a Crónica Breve do Arquivo Nacional*.

1. Tema

A dissertação tem como objeto de estudo a *Crónica Breve do Arquivo Nacional* (CBAN), texto historiográfico datado de 1429 e registado nos fólios 6v-7v do Livro 4 de Inquirições de Afonso III. O texto tem uma estrutura informativa na qual são descritas as vidas dos primeiros sete governantes masculinos do território português: o conde Henrique, Afonso Henriques, Sancho I, Afonso II, Sancho II, Afonso III e Dinis. Cada capítulo é conciso, limitando-se a compilar a informação relativa aos seguintes elementos: de quem descendem; com quem casaram; os filhos que tiveram; quando nasceram ou quando começaram a reinar; quando morreram; e a localização do seu túmulo. Inclui ainda um prómio, no qual é descrito o objetivo da composição do texto. De acordo com esse parágrafo introdutório, a crónica era usada para detetar documentos com datas falsas, uma vez que nela constariam as verdadeiras datas dos reinados dos reis portugueses.

A CBAN tem vindo a ser considerada um texto secundário da historiografia portuguesa medieval. Apesar de ter sido estudada devido à sua relação com outros textos, nunca foi objeto de um estudo de investigação próprio. Por esse motivo, a minha dissertação tem dois objetivos principais: enquadrar a CBAN no âmbito da historiografia do século XV e descrever o contexto histórico da sua redação. Assim, a dissertação tem como premissas o estudo do registo material da crónica e do seu conteúdo.

2. Enquadramento histórico

A *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, assim designada por Alexandre Herculano, foi por ele editada em 1856 no primeiro volume dedicado aos *Scriptores dos Portugaliae Monumenta Historica*¹, acreditando que seria, de acordo com a introdução, o mais antigo texto historiográfico português em vulgar. O texto foi também editado por José Joaquim Nunes com o título *História Sumária dos Primeiros Seis Reis* em 1932² e por Alfredo Pimenta em 1948 com a designação *Memória Anónima da Torre do Tombo*³. Mais recentemente, em 1986, Fernando Venâncio Fonseca estudou e publicou a crónica em edições fac-similada, paleográfica e crítica⁴.

Apenas este estudo de Fernando Venâncio Fonseca é dedicado exclusivamente à crónica. Porém, consiste maioritariamente numa apresentação do texto e num resumo das publicações anteriores acerca do mesmo. A primeira dessas publicações é de Luís Filipe Lindley Cintra, que menciona a crónica na sua Introdução à *Crónica Geral de Espanha de 1344*⁵. Nesta publicação, o autor lançou importantes pistas quanto à relação entre a CBAN, a *Crónica de Portugal de 1419*, a *Primeira Crónica Portuguesa*, e ainda indica a possibilidade de esta se relacionar com os Anais portugueses ao nível das datas.

Em 1956, Artur de Magalhães Basto estudou um testemunho da crónica⁶, registado no manuscrito 86 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, questionando se esta seria uma cópia de outro original, a partir do qual teria também sido reproduzido o registo de 1429 no Livro 4 de Inquirições de Afonso III, hipótese que foi já refutada por Filipe Alves Moreira. Foi este último autor quem, na sua tese de doutoramento⁷, estudou mais profundamente a CBAN, observando a sua relação em primeiro lugar com a *Crónica de Portugal de 1419*, sem descurar os pontos em que, na sua opinião,

1 *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*, ed. Alexandre Herculano (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1856), vol. 1, fasc. 1, 22-23.

2 *Florilégio da Literatura Portuguesa Arcaica*, ed. José Joaquim Nunes (Lisboa: Imprensa Nacional, 1932), 99-102.

3 *Fontes Medievais da História de Portugal: anais e crónicas*, ed. Alfredo Pimenta (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1948), 48-54.

4 Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca, “Crónica Breve do Arquivo Nacional”, *Boletim de Trabalhos Históricos* 37 (1986): 191-206. <https://www.amap.pt/r/file/368>

5 Luís Filipe Lindley Cintra, “Introdução”, in *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. 1 (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1951), CCCLII-CCCLIII.

6 Artur de Magalhães Basto, “A «Rrenembrancha» dos Reis da «Torre do Tombo Real»”, in *Estudos: Cronistas e crónicas antigas. Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»* (Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1959), 347-352.

7 Filipe Alves Moreira, “A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010): 239-244.

estaria mais próxima da *Primeira Crónica Portuguesa*. Posteriormente, este autor analisou também a crónica e a refundição que se encontra no *Tratado Geral da Nobreza*, incluindo ambas entre os sumários de crónicas portuguesas⁸.

Também Maria Filomena Barros teceu algumas considerações acerca da CBAN, em particular quanto à sua relação com os textos que se lhe seguem no Livro 4 de Inquirições de Afonso III, alusivos às comunidades muçulmanas em Portugal no século XV⁹. Ainda que este estudo não seja acerca da crónica, é relevante para a análise codicológica, sobretudo para a compreensão da contextualização do testemunho de 1429 no manuscrito em que se encontra registada.

3. Metodologias

Esta dissertação não se apoia numa metodologia em particular, uma vez que se procura desenvolver um estudo multidimensional da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*. Por esse motivo, recorreu-se a uma abordagem interdisciplinar. Em primeiro lugar foi utilizada a metodologia da codicologia¹⁰, de forma a analisar a totalidade do códice no qual a crónica se encontra registada, o Livro 4 de Inquirições de Afonso III. Foi dada especial atenção às técnicas utilizadas na produção dos fólhos, às mãos que o redigiram e aos signatários que é possível identificar em alguns textos. Esta metodologia foi essencial para a compreensão do contexto de redação da crónica.

Foram também utilizadas ferramentas da linguística histórica, em particular da pragmática histórica¹¹ e das tradições discursivas¹². Através destas metodologias, a CBAN foi dividida nos seus atos discursivos e comparada com a *Primeira Crónica Portuguesa*, identificando-se uma relação de dependência, e possivelmente de imitação, a nível estrutural entre a primeira e a segunda. Estas metodologias permitiram

8 Filipe Alves Moreira, “Os Sumários de Crónicas Portuguesas: textos, contextos, paratextos”, *Cahiers d'études hispaniques médiévales* 35 (2012): 79-92.

9 Maria Filomena Lopes de Barros, *A Comuna Muçulmana de Lisboa: sécs. XIV e XV* (Lisboa: Hugin, 1998), 63-69.

10 Pilar Ostos, María Luisa Pardo, Elena E. Rodríguez, *Vocabulario de codicología* (Versión española revisada y aumentada del *Vocabulaire codicologique* de Denis Muzerelle) (Madrid: Arco/Libros, 1997); Elisa Ruiz, *Manual de Codicología* (Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1988).

11 Clara Barros, “Pragmática histórica: perspectivas de alargamento da metodologia de análise de textos medievais”, in *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*, vol. 1 (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002), 131-139.

12 Johannes Kabatek, “¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos”, in *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica: descripción gramatical; pragmática histórica; metodología* (Frankfurt: Vervuert Verlag; Madrid: Iberoamericana, 2001), 97-132.

compreender o processo de composição da crónica. Para além disso, foram essenciais na identificação da evolução semântica na CBAN.

A dissertação teve ainda como base a crítica textual¹³ quanto à relação entre a CBAN com as suas fontes e as teorias da receção¹⁴ quanto à relação entre o testemunho medieval do Livro 4 de Afonso III e os posteriores, já da época moderna. Estas metodologias foram fundamentais para a contextualização da crónica na historiografia portuguesa, não só permitindo identificar as suas ligações com os textos que a precederam, mas também para examinar a continuidade que conheceu.

4. Estrutura da dissertação

A dissertação encontra-se dividida em seis capítulos, de forma a abordar distintos estudos em torno da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*. O primeiro capítulo introduz a CBAN, o estado da arte e também a sua situação editorial. Contém ainda um subcapítulo no qual é debatida a designação CBAN, uma vez que nem sempre foi essa a sua denominação, tanto nos estudos que a mencionam, como nas edições que dela foram produzidas¹⁵. Era imprescindível, por isso, não só elencar o que já se conhece acerca do texto, mas também refletir acerca da sua designação, que é sintomática do modo como foi encarada por diferentes investigadores. Uma vez que a dissertação inclui, em anexo, uma edição da CBAN, é também justificada a opção de manter a designação mais antiga.

O capítulo seguinte é dedicado ao estudo codicológico do Livro 4 de Inquirições de Afonso III. Este capítulo encontra-se dividido em duas partes: a primeira aborda o estudo da totalidade do códice e segunda é dedicada apenas aos fólios 6v-7v, nos quais se encontra o testemunho mais antigo da CBAN. A divisão do estudo codicológico em duas partes deve-se à necessidade de contextualizar o texto no manuscrito em que se encontra registada. Por esse motivo, na primeira parte do capítulo são elencadas as características do manuscrito e quais os textos que aí se encontram compilados. Desta forma, procura-se não só esclarecer quais eram esses textos, mas também qual a relação

13 Segismundo Spina, *Introdução à Edótica* (São Paulo: Cultrix Editora da Universidade de São Paulo, 1977); Alberto Bleca, *Manual de Crítica Textual* (Madrid: Editorial Castalia, 1983).

14 Robert Hans Jauss, *Toward an Aesthetic of Reception* (Brighton: The Harvester Press, 1982).

15 Como foi já mencionado anteriormente, a crónica foi também editada com o título *História Sumária dos Primeiros Seis Reis e Memória Anónima da Torre do Tombo*, para além de ter sido estudada com a designação do *incipit*, *Renembrancha*. Todas as edições disponíveis até ao momento encontram-se elencadas em: Isabel Vilares Cepeda, *Bibliografia da Prosa Medieval em Língua Portuguesa: subsídios* (Lisboa, Ministério da Cultura; Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995), 71.

entre o Livro 4 de Afonso III e os outros vinte e três livros de Inquirições que se encontram arquivados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Este estudo permite ainda identificar alguns dos intervenientes na produção do livro, o que se mostra relevante quanto à sua datação e contexto de redação. No que toca às particularidades dos fólios 6v-7v, é tida em conta a sua decoração, letra e regramento, que são distintos dos outros fólios do manuscrito.

O estudo do conteúdo da crónica inicia-se no capítulo 3, dedicado à análise linguística. O capítulo apresenta uma perspetiva comparativa, contrastando os atos discursivos e a evolução semântica da CBAN com a *Primeira Crónica Portuguesa*. Está também dividido em duas partes: a primeira é dedicada à análise sincrónica da tradição discursiva da crónica e a segunda à análise diacrónica da evolução semântica do campo lexical da morte. A versão da *Primeira Crónica Portuguesa* consultada neste estudo foi a edição de Filipe Alves Moreira e Luísa Paolinelli do seu testemunho escrito mais completo, a *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*¹⁶. O estudo do molde de tradição discursiva permite identificar uma relação de proximidade estrutural entre ambos os textos, levando a crer que provavelmente a *Primeira Crónica Portuguesa* foi utilizada como modelo na composição da CBAN. Já a segunda parte do estudo, focada na evolução semântica do campo lexical da morte, demonstra como na redação da CBAN se inovou ao utilizar termos mais recentes, possivelmente mais formais no tratamento dos temas da morte. Esta observação é fundamental para a identificação da época da escrita da crónica.

O capítulo 4 é dedicado ao estudo das fontes da CBAN. São analisadas todas as informações compiladas no texto e, através dessa análise, é possível compreender como se relaciona com a historiografia medieval portuguesa. A fonte conhecida mais estudada até agora é a *Crónica de Portugal de 1419*, escrita numa época e contexto semelhantes aos da CBAN. A relação entre os dois textos foi já estudada por Filipe Alves Moreira¹⁷ na sua dissertação de doutoramento. No entanto, neste capítulo, algumas das suas conclusões são revistas, questionando-se se a *Crónica de Portugal de 1419* foi, de facto, a mais importante das fontes utilizadas na redação da CBAN. De seguida, é também analisada a relação entre esta crónica e a *Primeira Crónica Portuguesa*, dando continuidade às conclusões já apresentadas no capítulo 3. Contém ainda um subcapítulo dedicado à lição Moliana, que surge apenas na CBAN. Esta lição é singular

16 “IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra: a primeira crónica portuguesa”, in *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa: primeiros textos de pré-história, história e heráldica*, vol. 2, ed. Filipe Alves Moreira, Luísa Paolinelli (Maia: Círculo de Leitores, 2018), 13-35.

17 Filipe Alves Moreira, “A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010): 239-244.

não só por se distinguir das de outros textos historiográficos medievais, mas também porque é conjugada com a informação segundo a qual Afonso Henriques casou com uma descendente de um rei de Castela. É, por isso, examinada a transmissão dessa lição na historiografia medieval portuguesa e definida a posição que a CBAN ocupa na mesma.

Ainda no capítulo 4 são também investigadas outras possíveis fontes da CBAN. A primeira é a *Crónica de Espanha de 1344*, que pode ter sido conhecida pelo autor da CBAN, ainda que essa ligação se demonstre complexa devido ao detalhe informativo maior que a segunda contém. De seguida, é analisada a relação da CBAN com os Anais portugueses, sugerida já por Lindley Cintra¹⁸. Os textos em estudo são o *Chronicon Lusitano* e o *Livro da Noa*. Estes dois textos abrem novas perspetivas quanto à relação da CBAN com a historiografia portuguesa, uma vez que é possível identificar coincidências em algumas datas. Contudo, a complexidade da transmissão dos testemunhos dos Anais que atualmente se conhecem levanta também algumas incertezas quanto ao texto analítico concreto que a CBAN conheceu.

Por fim, são examinadas as únicas fontes mencionadas no texto da CBAN: o testamento de Dinis e a ordenação do mosteiro de Odivelas. Esta referência surge no final da crónica, quando é afirmado que Dinis deixou registado que a eleição da abadessa desse mosteiro cabia ao rei e seus descendentes. Porém, nenhum dos documentos citados contém a mesma informação. Assim, é necessário identificar o motivo pelo qual foi incluída, o que será feito atentando em particular à investigação realizada por Luís Miguel Rêpas acerca do mosteiro de Odivelas¹⁹. Por conseguinte, é dada particular atenção à relação de Dinis com o mosteiro, bem como à eleição da abadessa realizada em 1426, que pode ter influenciado a inclusão da referência a Odivelas na crónica.

O capítulo 5 aborda a redação da CBAN. Encontra-se dividido em três partes: na primeira parte debate-se a datação da crónica; na segunda aborda-se o contexto em que a redação ocorre; e a terceira é dedicada à tipologia textual da crónica. Quanto à datação, é inicialmente explicado que dois distintos sistemas convivem no texto da

18 Luís Filipe Lindley Cintra, "Introdução", in *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. 1 (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1951), CCCLII-CCCLIII.

19 Luís Miguel Rêpas, "As Abadessas Cistercienses na Idade Média: identificação, caracterização e estudo de trajetórias individuais ou familiares", *Lusitânia Sacra* 2ª série, nº17 (2005): 63-91; Luís Miguel Rêpas, "Esposas de Cristo: as comunidades cistercienses femininas na Idade Média", vol. 2, tomo 2 (Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Coimbra, 2021), 407-438; Luís Miguel Rêpas, "As Abadessas e as Monjas do Mosteiro de Odivelas no tempo de D. Dinis", in *Mosteiro de Odivelas: documentos fundacionais* (Odivelas: Câmara Municipal de Odivelas, 2021), 651-77.

crónica, procurando-se entender o motivo que levou a essa opção por parte do autor. De seguida são questionadas três possibilidades quanto à redação e datação da crónica: se a data de 1429 foi mal interpretada e a crónica foi redigida em 1391; se a data está correta, mas o texto que conhecemos está incompleto, ou seja, se originalmente a cronologia do texto alcançaria o reinado de Pedro I, ou Fernando I, ou João I; se se encontra completa e, como tal, foi originalmente redigida após a morte de Dinis, tendo sido em 1429 copiada para o Livro 4 de Inquirições de Afonso III.

A segunda parte do capítulo 5 aborda o contexto em que ocorre a redação da CBAN. Apesar de a sua autoria não ser conhecida, é, ainda assim, possível entender quem foram os intervenientes no manuscrito em que está inserida. Para tal, são debatidas tanto a possível autoria burocrática do texto, como a organização da Torre do Tombo na época da escrita. Este tema relaciona-se com o estudo apresentado no capítulo 2, uma vez que através do estudo codicológico foi possível identificar como e por quem foi composto o manuscrito do Livro 4 de Inquirições de Afonso III.

Na última parte do capítulo é abordada a tipologia textual da CBAN. Neste estudo são, em primeiro lugar, comparados todos os textos designados como «crónica breve», procurando entender-se se essa designação corresponde a uma tipologia textual que justifique que esses textos partilhem um título. São ainda apresentadas algumas das definições de crónicas, anais, sumários ou genealogias por autores que se dedicaram ao estudo das tipologias textuais medievais²⁰ ou ao estudo de uma em particular²¹. É retomado o tema do capítulo 1, que contém a análise das designações que a CBAN conheceu até agora, uma vez que todas sublinham diferentes propriedades relativamente à redação e finalidade do texto.

Por fim, o último capítulo da dissertação aborda a receção da CBAN nos seus três testemunhos conhecidos: a versão refundida do *Tratado Geral da Nobreza* do final do século XVI²²; a cópia de António Brandão, do século XVII, no manuscrito 121 do fundo

20 Hayden White, "The value of narrative in the representation of reality", *Critical Inquiry* 7 (1980): 5-27; Gabrielle M. Spiegel, "Genealogy: form and function in medieval historical narrative", *History and Theory* vol. 22, nº1 (1983): 43-53.

21 Jean-Pierre Jardin, "Sommes et chroniques castillanes du XIVE siècle. Une historiographie ignorée?", *e-Spania*, 6 (2008). <https://doi.org/10.4000/e-spania.17463>; Blanca Garrido Martín, "La Atalaya de las Corónicas (1443) de Alfonso Martínez de Toledo: edición crítica y estudio lingüístico" (Dissertação de Doutoramento, Departamento de Lengua Española, Lingüística y Teoría de la Literatura da Universidade de Sevilla, 2016), 155-156.

22 Biblioteca Pública Municipal do Porto (B.P.M.P.), M-FA-80, *Tratado Geral de Nobreza*, ff. 115r-116v; *Tratado Geral de Nobreza por António Rodrigues principal Rei de Armas «Portugal» de D. Manuel I*, ed. Afonso de Dornelas (Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1931), 138-140.

de Alcobaça da Biblioteca Nacional de Portugal²³; a cópia de José de Cristo, da primeira metade do mesmo século, no manuscrito 86 do fundo de Santa Cruz de Coimbra da Biblioteca Pública Municipal do Porto²⁴. Neste capítulo são analisadas primeiro as cópias, sendo, posteriormente, dada maior atenção ao texto da refundição. É incluída a colação dos três testemunhos, acompanhada ainda por uma simples, mas necessária, proposta de *stemma*. Para tal, cada um dos testemunhos é analisado individualmente, sendo observadas as características da refundição e o motivo de os outros dois serem considerados cópias da versão de 1429.

Adicionalmente, e como foi já mencionado, a dissertação inclui em anexo uma nova edição da CBAN, da qual constarão os objetivos e critérios editoriais na base da sua concretização.

5. Conclusões Provisórias²⁵

Cada uma das metodologias utilizadas permitiu que tenham sido apresentadas conclusões em cada capítulo, acerca das quais foi feita uma reflexão conjunta nas considerações finais da dissertação. É possível, desde já, resumir algumas dessas considerações. Em primeiro lugar, pode afirmar-se que a *Crónica Breve do Arquivo Nacional* foi produzida na Torre do Tombo. Ainda que na dissertação se deva questionar a datação do texto, uma vez que termina em Dinis, enquanto o proémio afirma que iria até 1429, não será argumentado que a data registada não seja a da escrita. Na realidade, a utilização de dois sistemas de datação, bem como a questão da eleição no mosteiro de Odivelas, e ainda a utilização de verbos cuja difusão ocorreu no século XIV, parecem indicar que a crónica tenha sido redigida em 1429 ou pouco antes.

A fonte principal da redação foi a *Primeira Crónica Portuguesa*, pois foi utilizada como modelo estrutural da construção do texto e como fonte de muitas das informações nela contidas. A *Crónica de Portugal de 1419* foi também uma fonte fundamental, uma vez que o autor do texto parece ter necessitado de consultar um texto que fosse contemporâneo à sua própria escrita e incluísse as informações tidas

23 Biblioteca Nacional de Portugal (B.N.P.), ALC. 121, Miscelânea Histórica, António Brandão, ff. 91-94.

24 Biblioteca Pública Municipal do Porto (B.P.M.P.), Ms. 86, Miscelânea referida ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 389-392.

25 Optou-se, neste artigo, pela manutenção das conclusões provisórias apresentadas no XV Workshop de Estudos Medievais, em abril de 2023, e não as conclusões finais defendidas em setembro do mesmo ano. Estas conclusões provisórias refletem as questões acerca das quais mais me debrucei ao longo da dissertação e, por esse motivo, parece-me mais adequado que acompanhem este artigo.

como verdadeiras nessa época. No entanto, ao recorrer também aos textos analísticos da historiografia medieval portuguesa, é possível também afirmar que foram favorecidas na compilação as fontes mais antigas, provavelmente tidas como mais credíveis. A preocupação com a validade da informação, reiterada no proémio, é consistente com esta conjugação de fontes, entre as antigas, mais consolidadas enquanto fonte de autoridade, e as coevas, que melhor retratavam a verdade de acordo com o pensamento da época da redação da crónica.

Esta preocupação torna-se, porém, algo enigmática quando investigada a questão da eleição da abadessa do mosteiro de Odivelas. No entanto, é possível que, apesar de os documentos citados na CBAN não conterem a mesma informação, a reiteração de que cabia ao rei a escolha da abadessa não seja inautêntica. A sua inclusão na crónica pode consistir numa tentativa de registar uma ação que seria de conhecimento comum. Essa menção, que serve de conclusão à crónica, pode estar relacionada com a eleição que se realizou em 1426, na qual foi escolhida Guiomar Anes após a morte de Aldonça Pimentel, a última abadessa de uma família que tinha dominado a governação do mosteiro nas décadas anteriores²⁶.

Por último, é possível concluir que a CBAN conheceu uma maior divulgação após a Idade Média do que a sua brevidade e relativa obscuridade pode levar a crer. A refundição do *Tratado Geral da Nobreza* aponta para a reutilização do texto na sua vertente legitimativa. Assim sendo, a crónica continuava a ser considerada uma compilação de informações fidedignas, mesmo quando era necessário moldá-las de acordo com os propósitos de outra época. Também as cópias demonstram uma continuidade dialogal acerca das informações contida na crónica, uma vez que comentam e corrigem as informações nela contidas.

26 Luís Miguel Rêpas, “Esposas de Cristo: as comunidades cistercienses femininas na Idade Média”, vol. 2, tomo 2 (Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Coimbra, 2021), 410.

Public finance, administration and power relations in the early Renaissance. Burgundy and Savoy in the 15th century

CARLO LUDOVICO SEVERGNINI

Università di Bologna

Université Paris I Panthéon-Sorbonne

<https://doi.org/10.21747/978-989-9193-14-7/inc12a9>

Sumário

La investigación tiene como objetivo explorar las consecuencias del gasto público durante el siglo XV en dos ducados diferentes, Saboya y Borgoña. Este fue un período de crecimiento de los gastos de guerra y la escasez repentina de efectivo se produjo muy a menudo, por lo que los príncipes tuvieron que depender aún más de los ingresos fiscales y la financiación extraordinaria, ya que su dominio no podía proporcionar suficiente dinero en un corto período de tiempo para pagar las tropas y la logística. Trataremos de incluir no solo el gasto central y la gestión por parte de las tesorerías ducales, sino también los impactos sobre las finanzas públicas locales, es decir, las tesorerías municipales. Como resultado de las largas y continuas interacciones entre la corte, los funcionarios y las ciudades, las asambleas provinciales surgieron como un actor político líder y el principal interlocutor de los duques, un lugar para que las élites municipales discutan sobre estrategias comunes y medios para financiar a su señor. Las crecientes solicitudes de financiación adicional causaron algunos problemas no solo entre las ciudades y sus duques, sino también entre los diferentes grupos dentro de las ciudades.

Palabras-chave: Siglo XV; Finanzas Públicas; Borgoña; Saboya.

Abstract

The research aims to explore the consequences of public expenditure during the 15th century in two different duchies, Savoy and Burgundy. This was a period of growth of war expenditure and sudden cash shortages occurred very often, so princes had to rely even more on fiscal revenues and extraordinary funding, since their demesne could not provide enough money in a short amount of time to pay off troops and logistics. We will try to include not only central spending and management by ducal treasuries, but also the impacts on local public finances, i.e. municipal treasuries. As a result of long and continuous interactions between the court, the officials, and the cities, provincial assemblies emerged as a leading political actor and the main interlocutor for the dukes, a place for municipal elites to discuss common strategies and means to finance their overlord. The growing requests for additional funding caused some problems not only between the cities and their dukes, but also between different groups inside the cities.

Keywords: 15th Century; Public Finance; Burgundy; Savoy.

1. Goals, themes, and problems of the project

The main and general purpose of this project is to highlight the consequences of public expenditure management to verify whether it contributed to economic and social transformations of Europe in the early modern age. Given these premises, it is impossible not to deal with the problem of the *State* (here understood as pre-modern, pre-Napoleonic), a term that has been the subject of countless and important analyses in the historiography of the late middle ages.¹

Burgundy has been chosen as the main case study for understanding some key aspects: the bibliography has often presented a Burgundian collapse as a result of military and dynastic crises that invested a principality without an actual State framework.² However, some scholars have not hesitated to use the term “bureaucracy”

1 Charles Tilly, *Coercion, Capital and European States: AD 990-1990* (Cambridge (MA): Blackwell, 1990); Giorgio Chittolini, Anthony Molho, Pierangelo Schiera (eds.), *Origini dello Stato. Processi di formazione statale in Italia fra medioevo ed età moderna* (Bologna: Il Mulino, 1994); Philippe Contamine (ed.), *War and Competition between States* (Oxford: Oxford University Press, 2000).

2 Elodie Lecuppre-Desjardin, “Une quête de l'impossible? Réflexions sur l'identité territoriale bourguignonne, entre principauté, État et nation (XIV^e-XVI^e siècle)”, in *Nation et nations au Moyen Âge* (Paris: Éditions de la Sorbonne, 2014), 245–60; Elodie Lecuppre-Desjardin, “Annexions, conquêtes, héritages: réflexions sur la perception du complexe territorial bourguignon (XIV^e-XV^e siècle)”, in *Annexer? Les déplacements de frontières à la fin du Moyen Âge*, dir. Pierre Savy and Stéphane Péquignot (Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2016),

to describe 15th century Burgundian administration.³ How can there be a bureaucracy without a State? This unsolved problem has contributed decisively to orient the choice towards Burgundy.

At first, I had decided to compare three States that shared some key features: the Duchy of Burgundy, the Duchy of Savoy, and the Aragonese Crowns. However, due to the high volume of work imposed by the first two cases, and given the already existing in-depth studies on the Kingdoms of Aragon, Sicily, and Naples, it was decided not to investigate the latter case. Now, it is under consideration the possibility of relegating it to a final comparative portion based on data from the bibliography alone. Burgundy and Savoy were chosen both for the abundance of sources and for some shared characteristics: a State articulated on a composite and scattered domain (between the Alps and the North Sea for Burgundy, between the Alps and the Mediterranean for Savoy), the close relationship with the Kingdom of France, the belonging to the Empire (partial for Burgundy, total for Savoy), the presence of strong territorial differences within the State with very urbanized and rich lands (the north for Burgundy, Piedmont for Savoy), and the relevance of nobility.⁴

One specific purpose of the project is to address the process of State-building in the Burgundian area and in Savoy, from the scope of the evolution of administrative-financial structures and financing instruments during the 15th century. The study of institutional development goes hand in hand with the forms of financing. The nature of public debt and its management, a problem that exploded in the 14th century throughout Europe, is closely linked to this topic. Often, differences in power relations at all levels of society have been exacerbated. While divided on the interpretations of processes that may suggest a project of centralization, scholars agree with the efficiency of spending and the use of power as the main theme that binds to itself the competition between States and the development of public power. At this juncture one

<https://books.openedition.org/pur/44601>; Elodie Lecuppre-Desjardin, *Le Royaume inachevé des ducs de Bourgogne. XIVe-XVe siècles* (Paris: Belin, 2016).

3 Robert Stein (ed.), *Powerbrokers in the Late Middle Ages. The Burgundian Low countries in a European Context*, Burgundica, IV (Turnhout: Brepols, 2001); Robert Stein, *Magnanimous Dukes and Rising States: The Unification of the Burgundian Netherlands, 1380-1480* (Oxford: Oxford University Press, 2010).

4 Marie-Thérèse Caron, *La noblesse dans le Duché de Bourgogne, 1315-1477* (Lille: Presses universitaires de Lille, 1987); Bernard Demotz, *Le comté de Savoie du XI^e au XV^e siècle. Pouvoir, château et État au Moyen Âge* (Genève: Slatkine, 2000); Bertrand Schnerb, *La noblesse au service du prince. Les Saveuse: un hostel noble de Picardie au temps de l'État bourguignon (v. 1380-v. 1490)*, Burgundica, XXVII (Turnhout: Brepols, 2018).

can also test the model of State feudalism, understood as a set of centralized political relations, according to the elaboration of Genet recently taken up by Dumolyn.⁵

From a financial perspective, the analysis of the revenues is the key for understanding the gradual expansion of the State, because the monarchs, given their inability to generate new resources *ex nihilo*, had to interact with many other subjects. As for the expenses it is known that the growing trend of war expenditure continued, despite substantial funding for fine arts and construction.⁶ Identifying and analysing the forms of financing will be followed by the conditions that allowed the extraction of those resources from the subjects. As demonstrated in literature, the ability to expand revenues was the result of the interaction between the intermediate bodies and the duke and is one of the clearest examples of the dialogue between central authority and other groups of interests and power within the state. However, the *reductio ad bellum* cited above denies any programmatic capacity or will on the part of the central authority and the administration, whose action is substantially reduced to reaction to financial urgencies.⁷ This is another point worthy of attention, since planning and provisional budget have long been considered exclusive of the so-called «modern State»: the search for documents capable of contesting or confirming this hypothesis can be fundamental.

In order to have two comparable situations, crossed by more or less serious crises up to a turning point, I had to set two slightly different time spans: for Burgundy it begins in 1445 (the year after the pacification of Luxembourg by Philip the Good) and ends in 1480 (when Louis XI realized the dismemberment of the Burgundian territories at the expense of Mary the Rich and Emperor Maximilian); for Savoy it begins in 1418 (year of the integration of Piedmont) and ends in 1453 (when a long and serious crisis broke out).

5 Jan Dumolyn, "The Political and Symbolic Economy of State Feudalism: The Case of Late-Medieval Flanders", *Historical Materialism* 15, no. 2 (2007): 105–131.

6 Michael Duffy (ed.), *The Military Revolution and the State, 1500–1800* (Exeter: University of Exeter, 1980); Charles Tilly, *Coercion, Capital and European States: AD 990-1990* (Cambridge (MA): Blackwell, 1990); Richard Bonney (ed.), *Economic Systems and State Finance: The Origins of the Modern State in Europe, 13th to 18th Centuries* (Oxford: Oxford University Press, 1995); Sandro Carocci and Simone Maria Collavini, "Il costo degli stati. Politica e prelievo nell'Occidente medievale (VI-XIV secolo)", *Storica* 18, no. 52 (2012): 7–48.

7 Maria Ginatempo, "Esisteva una fiscalità a finanziamento delle guerre del primo Duecento?", in *1212-1214: el Trienio que hizo a Europa* (Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Cultura y Turismo, 2011), 279–342.

2. Historiographical context and methodology

A review of the state-of-the-art shows that in the last twenty years the Burgundian duchy has never been organically studied: the French historiographical schools have deepened their interest especially the county of Burgundy and the territory of Lille, while those belonging to Belgian and Dutch universities have privileged the Netherlands, the court, and the role of the cities. Previous works do not often present this peculiarity on a geographical basis. The publication of general laws or *ordonnances*, however, does not reflect this diversity of intent and has continued under the patronage of several institutes and ministries in Belgium.⁸ Also, very recent contributions show how historiography suffers much from the influence of Vaughan on Burgundian studies: the publication of the dukes' biographies contributed to the periodization of Burgundian history by following the dates of access to government and death of the various Valois. The result is a series of different "ages of development" of the duchy that coincide with each Valois prince. How true this is, however, is a matter for discussion and deals with the great problem of what role and weight must be assigned to political actors (in this case, the duke would have an enormous importance).⁹

The Duchy of Savoy saw the flourishing of studies in the nineteen-nineties after almost fifty years of neglect, at least as far as medieval history is concerned. Three main fields have been established, focusing on three complementary aspects:

1. The sources, that is the great interest for the documentary typologies preserved in the duchy, preserved in great numbers and few interruptions already in the thirteenth century;¹⁰

8 Susanne Baus et al., eds., *Der Briefwechsel Karls des Kühnen (1433-1477): Inventar* (Berlin-Frankfurt am Mein-Bern: Lang, 1995); *Recueil des historiens de la France. Documents financiers. Comptes de l'Argentier de Charles le Téméraire, duc de Bourgogne. Vol. 1 – Année 1468. Le registre B 2068 des Archives départementales du Nord*, ed. Anke Greve and Émile Lebailly (Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 2001); Philippe Godding (ed.), *Ordonnances de Philippe le Bon pour les duchés de Brabant et de Limbourg et les pays d'Outre-Meuse (1430-1467)* (Bruxelles: Service public fédéral justice, 2005); Jean-Marie Cauchies (ed.), *Ordonnances générales de Philippe Le Bon (1430-1467)* (Bruxelles: Service public fédéral justice, 2013).

9 Bertrand Schnerb, *L'Etat bourguignon, 1363-1477* (Paris: Perrin, 1999); Richard Vaughan, *Philip the Bold. The Formation of the Burgundian State*, II ed. (Woodbridge: The Boydell Press, 2005); Richard Vaughan, *John the Fearless. The Growth of Burgundian Power*, II ed. (Woodbridge: The Boydell Press, 2002); Richard Vaughan, *Philip the Good. The Apogee of Burgundy*, II ed. (Woodbridge: The Boydell Press, 2004); Richard Vaughan, *Charles the Bold. The Last Valois Duke of Burgundy*, II ed. (Woodbridge: The Boydell Press, 2002).

10 Guido Castelnuovo, "The Rolls, the Prince, and Their Depositories: The Archiving of Late Medieval Financial Accounts Reconsidered (Savoy, Mid-Fourteenth to Mid-Fifteenth Century)",

2. Men, that is the relations between the nobility, the administrative roles and the duke, a theme studied especially for the fourteenth and fifteenth centuries;¹¹
3. The city of Turin, which soon became the most important centre for the duchy in the 15th century and then officially the capital only in 1563.¹²

In recent years, the large number of studies that approach the analysis of taxation from a quantitative perspective reflects the development of a lively line of research like few others, at least within Europe. As a result, the New Fiscal History, born in the nineteen-seventies, has returned to prominence. For the authors who have embraced the principles of these theories, the study of taxation is interesting because it represents an exceptional basis to approach complex phenomena, socially, economically and politically speaking. Research on the development of taxation and economic powers were already flourishing in the nineteen-nineties with leading products of the New Fiscal History (such as the works of Bonney and Hoffman) and New Institutional Economics (among them the works of Epstein, widely discussed by the scientific community).¹³ They reached a new stage in the last ten years, although they have not always proved to be steps forward compared to approaches already taken by economists of the early 20th century.

Books have multiplied especially for the period between the late 15th and early 16th centuries, focusing on Iberia, southern Italy, England, and the kingdom of France. It should be noted that all these approaches are aimed at understanding the rise of the fiscal State already exposed by Schumpeter, using taxation as a starting point for the study of State structure.¹⁴ According to this interpretation, the origin of this process

in *Accounts and Accountability in Late Medieval Europe*, ed. Ionuț Epurescu-Pascovici (Turnhout: Brepols, 2020), 183–202.

- 11 Alessandro Barbero and Guido Castelnuovo, “Governare un ducato. L’amministrazione sabauda nel tardo medioevo”, *Società e storia* 15, no. 57 (1992): 465–512; Guido Castelnuovo, *Ufficiali e gentiluomini. La società politica sabauda nel tardo medioevo* (Milano: Franco Angeli, 1994).
- 12 Rinaldo Comba (ed.), *Storia di Torino. Il basso Medioevo e la prima età moderna (1280-1536)* (Torino: Einaudi, 1997); Marta Gravela, “Comprare il debito della città. Elite politiche e finanze comunali a Torino nel XIV secolo”, *Quaderni storici* 49, no. 3 (2014): 743–774.
- 13 Douglass North, *Structure and Change in Economic History* (New York, NY: Norton & co., 1981); Douglass North, *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance* (New York, NY: Cambridge University Press, 1990); Stephan R. Epstein, *An Island for Itself. Economic Development and Social Change in Late Medieval Sicily* (Cambridge: Cambridge University Press, 1992); Stephan R. Epstein, *Freedom and Growth: The Rise of States and Markets in Europe, 1300–1750* (London; New York, NY: Routledge, 2000).
- 14 Patrick O’Brien and Philip Hunt, “The Rise of a Fiscal State in England, 1485–1815”, *Historical Research* 66 (1993): 129–176; Bartolomé Yun Casalilla, Patrick O’Brien, and Francisco Comín Comín, *The Rise of Fiscal States. A Global History, 1500–1914* (Cambridge: Cambridge University Press, 2012); Eleni Sakellariou, *Southern Italy in the Late Middle Ages: Demographic, Institutional, and Economic Change in the Kingdom of Naples, c.1440 - c.1530* (Leiden: Brill, 2012).

lies in the failure of the system of social and political relations that goes under the umbrella-term of "*feudal-oriented States*", a failure that led European monarchs and princes to discover that their financial bases had become obsolete and insufficient to handle their demands. To address this issue, they would proclaim themselves guarantors of the common good and defenders of collective interests to obtain financial support in which their subjects would actively participate. However, the development and expansion of this fiscal capacity meant that monarchs had to strengthen their authority over that of other political bodies that felt threatened in their own jurisdictions. This gave rise to very complex relationships ranging from open confrontation to tacit consensus that ended up marking the internal political development of all that period within an endless circular process: conflicts between kings and forces opposing their growing authority had created new financial needs which, in turn, had led to new demands that could only be met by expanding the public sphere. In the same way, the expansive nature of the States (a characteristic deriving precisely from the need to expand their ability to manoeuvre) led them to a competition that further increased those needs.

Despite the great internal coherence and the fact that it answers many questions posed by the problem under consideration, this explanation is weakened by a schematism to which a highly complex process is reduced. The very concept of the fiscal State, so widespread in recent times to indicate the centrality of taxation in the process of building the State, suffers from a tendency to be simplified and theorised. For these reasons the study of Burgundian and Savoyard principalities could lead to conclusions that suffer from a lower degree of teleology. It should not be forgotten that there were many intermediate bodies between the sovereign and his subjects: the role of provincial assemblies and states-general was only rarely deepened for Burgundy and never addressed for Piedmont and Savoy.

To escape a purely biographical approach and to grasp in diachrony the transformations, processes, and contexts we decided to explore a period between the kingdoms of various dukes, both in Savoy and in Burgundy. The comparison seemed appropriate to highlight any convergence or divergence in State-building processes and distributions of power. The characteristics of a composite State that can be recognized to the Burgundian Duchy are not unique in the European panorama of the 15th century. The comparison with a change of scale might be very useful to understand if the "size" of the state, in the Burgundian case, can determine how finances were managed. In this case, the comparison with the Dukes of Savoy would be a profitable operation. The comparison would also make it possible to understand the extent to which accounting records have moved within the framework of two directions,

territorial uniformity and functional uniformity (according to the elaborations of Varanini and Lazzarini), paving the way to the understanding of the apparatus and the modalities of government.¹⁵ A comparison, finally, would guarantee an additional dimension, the synchronic one, which, in the study of institutional transformations, enriches and completes contexts, proposing new questions and lines of research that would otherwise hardly emerge.¹⁶

3. Sources

The sources used for the Burgundian area come mainly from the departmental archives of Lille and Dijon, from the French National Archives in Paris, from the Royal Archives of Brussels and from the municipal archives of some centres which have been found to be relevant to the Burgundian administration. For Savoy, the materials of the State Archives of Turin are fundamental, because all the writings of the state political authorities have been concentrated there. Here, too, the municipal archives are fundamental with their series concerning the activity of the city's political organs (in particular those with economic and financial competences, such as the Council and the *clavarii*, the treasurers). The most common archival funds in the State and departmental archives will be those belonging to the category *Ancien Régime B* of the French and Belgian series (archives of the jurisdictions of the ancien Régime), corresponding to the Dutch *Grafelijkheidsrekenkamer* series; for Savoy it is the section of the Court in Turin, divided into funds produced by the various institutions (Treasurer, Lieutenant, Fiscal Procurator of the duke and Chamber of Accounts). All these series preserve a wide variety of sources that are not limited to the books and statutes of the Chambers of Accounts: letters exchanged with other institutions and with the duke, inventories, judgments, privileges and *coutumes*, lists of manors and personnel, feudal investigations, audits of accounts.

Published sources (the ordonnances of the dukes, the letters of Charles the Bold and the papers of his Treasury of War for Burgundy; the *Statuta Sabaudiae*, the letters of the Piedmontese ambassadors, the accounts of the treasuries of war and some statutes for the citizens of Savoy and Piedmont) make it possible to have a firm grasp on the great institutional reforms carried out by the principles, changes that will be evaluated in the comparison between the legislative source and the administrative-

15 Gian Maria Varanini, "Le scritture pubbliche", in *Lo Stato del Rinascimento in Italia 1350-1520*, ed. Andrea Gamberini and Isabella Lazzarini (Roma: Viella, 2014), 347-66; Isabella Lazzarini, *L'ordine delle scritture. Il linguaggio documentario del potere nell'Italia tardomedievale* (Roma: Viella, 2021).

16 Jürgen Kocka, "Comparison and Beyond", *History and Theory* 42, no. 1 (2003): 39-44.

accounting source.¹⁷ The contemporary narrative sources from Burgundy (especially the *Memoirs* by Philippe de Commynes) still retain important information, even if they must be verified and balanced against the intentions of the various writers. For Savoy there is a very small corpus of annals available, especially linked to individual monasteries, which have not given much to work on.

We give the full list of archives taken into account, divided by type and geographical area:

1. State archives (ancient Burgundian States):

- a. Archives Nationales, Paris;
- b. Archives départementales de la Côte-d'Or, Dijon;
- c. Archives départementales du Nord, Lille;
- d. Archives du Royaume, Bruxelles;
- e. Nationaal Archief, Den Haag;
- f. Rijksarchief Zeeland.

2. City archives (ancient Burgundian States):

- a. Stadsarchief Gent;
- b. Stadsarchief Brugge;
- c. Archives Municipales de Dijon;
- d. Archives Municipales de Lille;
- e. Archives Municipales de Chalons-sur-Saone;
- f. Archives Municipales de Dole.

3. State archives (Duchy of Savoy)

- a. Archivio di Stato di Torino.

4. City archives (Duchy of Savoy)

17 Armando Tallone (ed.), *Parlamento sabauda. Patria cismontana (1386-1427)* (Bologna: Zanichelli, 1929); Armando Tallone, (ed.), *Parlamento sabauda. Patria cismontana (1427-1458)* (Bologna: Zanichelli, 1929); Armando Tallone (ed.), *Parlamento sabauda. Patria oltramontana (1120 circa - 1444)* (Bologna: Zanichelli, 1935); Henri Stein and Sonja Dünnebeil (eds.), *Catalogue des Actes de Charles le Téméraire (1467–1477). Mit einem Anhang: Urkunden und Mandate Karls von Burgund, Grafen von Charolais (1433–1467)*, II ed. (Sigmaringen: Thorbecke, 1999); Chantal Amman-Doubliez (ed.), *La loi du Prince. Compendium statutorum generalis reformationis Sabaudie*, vol. II (Torino: Palazzo Carignano, 2019).

- a. Archivio Storico della città di Chieri;
- b. Archivio Storico del comune di Moncalieri;
- c. Archivio Storico della città di Pinerolo;
- d. Archivio Storico della città di Savigliano;
- e. Archivio Storico della città di Torino;
- f. Archivio Storico della città di Vercelli.

4. Possible table of contents

Below we present the hypothetical index commented on the doctoral thesis, which may undergo reworkings.

Methodology and state of the art

1. Research questions

- a. How could princes finance themselves in the 15th century?
- b. What does a particular configuration of the financing and control system of money flows represent?
- c. Has anyone tried to change this framework? If so, what has been done and why?

2. The Renaissance State

- a. References to the debate on the concept of "State" between the Late Middle Ages and the Early Modern Age with the most common and accepted interpretations.
- b. Proposition of a definition for "State" starting from historiography so as not to have to use continuous periphrasis to describe the coordination of territories; in the conclusions it will be verified if this definition has held the test.

3. Economic life, financial instruments, and taxation:

- a. Taxation: use of the terms in historiography with their different meanings;

- b. Essential historiography on credit and finance between the Late Middle Ages and Early Modern Times;
 - c. Centrality of economic and political interactions. Taxation and finance are configured as a privileged point of view from which we can see the system of power relations within a complex political set.
- 4. Pre-existing situation and crisis/change:**
- a. Moments of crisis as condensed and privileged moments for the observation of strategies.
- 5. Methodology and comparative history:**
- a. Methods of comparison;
 - b. Possibility and utility to compare Burgundy and Savoy: French principalities with richer domains outside France properly intended and with social and economic characteristics different from the original base; extension of their domains and subsequent crisis.
- 6. Sources: archives, typologies, and possible meanings for institutional history.**

Burgundy and Savoy

- 1. History of Burgundy (1445-1480):**
- a. 1445 as a starting point (successful integration of Luxembourg).
 - b. Widening of 5.b "Methodology" (social and economic aspects of the southern domains and in the North Sea area).
 - c. Major events between 1445 and 1480: they are needed so they can be linked to some aspects of the analysis of finances and reforms (e.g., wars with Ghent and Liège).
 - d. 1480: Mary the Rich renounces to the Duchy of Burgundy.
- 2. History of Savoy (1418-1453):**
- a. 1418: Piedmontese inheritance.
 - b. Widening of what is mentioned in 5.b in "Methodology".

- c. Major events between 1418 and 1453 (e.g., war for the Duchy of Milan, wars in Italy, revolt of the nobility in Savoy)
- d. 1453: Louis XI *de facto* governs the duchy. Revolts and conflicts with the assemblies.

Princes and finances

This is a description of the "ordinary" functioning of the two principalities from the economic-financial point of view.

1. Ordinary resources

- a. The domain;
- b. Feudal rights and taxes.

2. Extraordinary resources

- a. Taxes and subsidies: we will distinguish between various typologies;
- b. How to obtain subsidies (in which cases they could be claimed and to whom);
- c. Predominantly urban origin of these resources.

3. Loans and credits

- a. Credit instruments;
- b. Local banks;
- c. Italian and foreign banks.

4. Managing resources

- a. Princely treasuries, city treasuries, and their interactions;
- b. Temporary and *ad hoc* offices;
- c. The officers and their documents. We will analyse relevant typologies of sources produced by the administration (first forecast budgets and balance sheets, important mechanisms usually linked to the development of the so-called Modern State).

5. Controlling the administration

- a. The chambers of accounts;
- b. Other courts (e.g., Savoy with the three councils).

6. Partial conclusion:

- a. financial operations are based on a tacit pact between the prince and a plurality of other political and economic actors (this explains the ongoing "construction of the territories": territorial dimension of the tax interlocutors and "representation"; economic-based negotiation); stronger representation begins with ducal economic needs.

Reforms and balance of power

1. Conditions that generate reforms:

- a. Plans and reasons to increase expenditure. Burgundy tried to establish a standing army comparable to the French *compagnie d'ordonnance*; did it really have such a decisive impact?
- b. Poor financial situation and lack of credibility.

2. Reforms:

- a. Texts and list of aspects affected by the reforms: tax and tax tightening, transformation of extraordinary revenues into ordinary, improvement of liability and indebtedment, increased credibility, reorganisation of offices, mandatory presentation of budget estimates and their approval, enlargement of the body of taxpayers;
- b. For each reform: who and why promoted them (e.g., in Savoy usually the creditors-officials, in Burgundy the duke).

3. Successes and failures:

- a. Power relations involved in reforms; why some succeeded and some failed;
- b. Can we speak of "blameless" failures?

4. The financial framework at the end of the period.

5. Partial results

The research carried out so far concerns the management of ducal requests by the assemblies of States and the methods adopted by the cities to meet the direct costs of financing the duke, both in Burgundy and in Savoy. First, the assemblies emerged as a leading political actor and the main interlocutor for the dukes. The great ducal need for money was always debated in these assemblies and they were the institutions that had to provide for answers and financial means. The assemblies, however, reflected the balance of power between their components: in the Burgundian Low Countries, for example, Bruges, Antwerp, Ypres, and Ghent were fighting over commercial monopolies and economic supremacy. Through the assemblies the dukes asked their cities and nobles for money. We can speak of public finances, even without a centralised and consolidated debt managed by the duke and his men, because this mechanism involved several public authorities (cities, feudal lords) and had a strong impact on all their budgets.¹⁸

The princes often imposed new taxes that could be bought back. The same thing happened in the cities, so even at the local level the institutional intervention did not seek the reduction of transaction costs. Local political organisations were the expression of an elite that had found its own balance and therefore it is not surprising that privileges guaranteeing political stability and the conditions for the continuation of economic growth were substantially maintained. The financial effort of the duke and the cities, however, contributed to the creation of a sense of common identity thanks to the discovery of common interests within the assemblies.¹⁹

Many cities were already heavily indebted at the start of the 15th century and the development of annuities to solve shortages of cash is strongly connected to this phenomenon.²⁰ Municipalities borrowed at high rates to compensate for the lack of

18 Alessandro Barbero and Guido Castelnuovo, "Governare un ducato. L'amministrazione sabauda nel tardo medioevo", *Società e storia* 15, no. 57 (1992): 465–512; Maria Ginatempo, *Prima del debito. Finanziamento della spesa pubblica e gestione del deficit nelle grandi città toscane (1200.-1350 ca.)* (Firenze: Leo S. Olschki, 2000); Alessandro Barbero, *Il ducato di Savoia. Amministrazione e corte di uno stato franco-italiano* (Roma; Bari: Laterza, 2002); Amable Sablon du Corail, *La guerre, le prince et ses sujets. Les finances des Pays-Bas bourguignons sous Marie de Bourgogne et Maximilien d'Autriche (1477-1493)*, (Turnhout: Brepols, 2019).

19 Michel Hébert, *Parlementer: assemblées représentatives et échange politique en Europe occidentale à la fin du Moyen Âge* (Paris: Boccard, 2014); Michel Hébert, *La voix du peuple. Une histoire des assemblées au Moyen Âge* (Paris: Presses Universitaires de France, 2018).

20 Paolo Malanima, "Decline or Growth? European Cities and Rural Economies, 1300–1600", *Jahrbuch Für Geschichte Des Ländlichen Raumes* 6 (2009): 18–44; Marc Boone and Martha Howell (eds.), *The Power of Space in Late Medieval and Early Modern Europe. The Cities of Italy, Northern France and the Low Countries* (Turnhout: Brepols, 2013); Marc Boone, Karel Davids, and Paul Janssens,

funds but did not pay back the full amount (that is, the debt plus the interests). If the lenders agreed to be paid a little less than they expected or to wait a few years for the repayment, the mechanism did not jam. The power of the city and its leading group was also in their ability to find money for their overlord when needed. Increasing municipal expenditures to meet ducal demands had resulted in a strong financial exposure of the cities. The outsourcing of ordinary revenues and the sale of annuities were widespread.²¹ As long as the elites could extract money from the less privileged groups while maintaining social peace, the mechanism worked, bringing more money into the pockets of those who financed the city.²²

The uniformity of local exchange rates over time and the strong presence of businessmen with circuits on the territory and links with major financial markets allow us to assume a high degree of economic and financial integration. The circulation of capital and the intervention in the municipal finance by investors who were not fellow citizens had created a credit market for local public institutions and a set of interweaving clusters of sub-markets. In Piedmont, this factor must have accelerated the integration of prices already under way, driven by the convergence between production, demand and trade, as demonstrated by the stability of purchasing power for goods not subject to price control and local exchange rates between currencies.

“Urban Public Debts from the 14th to the 18th Century. A New Approach”, in *Urban Public Debts: Urban Government and the Market for Annuities in Western Europe (14th-18th Centuries)*, ed. Marc Boone, Karel Davids, and Paul Janssens (Turnhout: Brepols, 2003), 3–11.

21 Bart Lambert, *The City, the Duke and Their Banker. The Raondi Family and the Formation of the Burgundian State (1384-1430)* (Turnhout: Brepols, 2006); Marta Gravela, “Comprare il debito della città. Elite politiche e finanze comunali a Torino nel XIV secolo”, *Quaderni storici* 49, no. 3 (2014); Alessandro Barbero, “Fiscalità e finanza pubblica a Vercelli fra stato visconteo e stato sabauda (1417-1450)”, in *Vercelli fra Quattro e Cinquecento. Atti del Settimo Congresso Storico Vercellese*, ed. Alessandro Barbero and Claudio Rosso (Vercelli: Società storica vercellese, 2018), 1–48; Bruno Blondé, Marc Boone, and Anne-Laure Van Bruaene (eds.), *City and Society in the Low Countries, 1100–1600* (Cambridge: Cambridge University Press, 2018).

22 Luciano Pezzolo, “Rivolte fiscali in Italia tra tardo medioevo e prima età moderna”, in *Cultures fiscales en Occident du X^e au XVII^e siècle*, ed. Florent Garnier et al. (Toulouse: Presses Universitaires du Midi, 2019), 356–365.

A pantera: dos bestiários ao *Orto do Esposo*

CAMILA SEIXAS E SOUSA

Universidade de Lisboa

<https://doi.org/10.21747/978-989-9193-14-7/inc12a10>

Sumário

Expõe este trabalho uma parte da investigação que se encontra em desenvolvimento, no âmbito do curso de Doutoramento, a propósito da figura da pantera em algumas obras medievais. Centramo-nos no bestiário Bodley 764, do século XIII, e na obra portuguesa *Orto do Esposo*, de finais do século XIV ou de inícios do século XV. De proprietatibus rerum, obra de Bartolomeu Ânglico, de cerca de 1240, desempenha a função de mediador de informação entre os bestiários e a obra portuguesa, relação essa que pretendemos aprofundar e clarificar com o desenvolver do nosso trabalho, em particular, com a transcrição e tradução de passagens de uma cópia de *De proprietatibus rerum*, proveniente do Mosteiro de Alcobaça (Alc. 383).

Palavras-chave: Bartolomeu Ânglico; Bestiários; Literatura Medieval; *Orto do Esposo*; Pantera.

Abstract

This paper will present part of my ongoing PhD research concerning the representation of the figure of the panther in selected medieval works. It is centered around a thirteenth-century bestiary and the Portuguese work *Orto do Esposo*, written in the late-fourteenth century or early fifteenth century. Bartholomew the Englishman's work, *De proprietatibus rerum*, written in 1240 AD, works as a mediator between the information present in the bestiaries and that of *Orto do Esposo*. The relationship between the two will be explored and clarified in subsequent work, namely through the transcription and translation of passages from a copy of *De proprietatibus rerum*, from the Alcobaça Monastery (Alc. 383).

Keywords: Chronicles; Bartholomew the Englishman; Bestiaries; Medieval Literature; *Orto do Esposo*; Panther.

1. Tema, problemas e objectivos

No âmbito do curso de Doutoramento em Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, desenvolve-se o projecto de investigação que aqui se procura em parte resumir, a que chamamos *A pantera: dos bestiários ao Orto do Esposo*. Dando uma continuidade ao estudo feito no âmbito da dissertação de mestrado em Estudos Comparatistas, com o título *O basilisco: dos bestiários ao Orto do Esposo*¹, em que se procurou fazer uma análise comparativa da figura do basilisco em vários textos canónicos, pretende-se agora alargar esta análise a outras figuras animais, de forma a obter novas conclusões. Tendo como objectivo a análise, ao longo do Doutoramento, da figura da pantera e do leão, o presente trabalho expõe algumas notas sobre a pantera, uma vez que a análise se iniciou com esta figura. Serão estudadas as partes correspondentes à figura (textual e iconográfica) dos animais numa selecção de bestiários ingleses do século XIII, e na obra portuguesa *Orto do Esposo* que, não sendo um bestiário, copia e adapta algumas matérias sobre o comportamento animal provenientes de bestiários. Estas informações sobre os animais terão chegado ao *Orto do Esposo* através de uma obra mediadora: *De proprietatibus rerum*, uma enciclopédia sobre as coisas do mundo, acabada de escrever em 1240 pelo frade franciscano Bartolomeu Ânglico. Desta obra, a Livraria de Alcobaça teve uma cópia, o manuscrito alcobacense 383, que se encontra hoje conservada na Biblioteca Nacional de Portugal². Também esta cópia é um dos objectos do trabalho em desenvolvimento.

Ainda que as duas principais obras do *corpus* do trabalho de tese sejam o *Orto do Esposo* e o *De proprietatibus rerum*, elas estão, como é tão característico dos textos medievais, directamente ligadas a outras – aos bestiários do século XIII, como referido, mas também a obras anteriores. O *Physiologus* (o *Fisiólogo* ou o *Naturalista*), produzido em Alexandria entre os séculos I e III, cujo original nunca terá sido encontrado³, é a obra que está na origem dos bestiários, apresentando as características e os hábitos dos animais, bem como a sua interpretação alegórica. Também a *Naturalis Historiae*, de Plínio, o Velho, do século I, teve uma grande influência em várias obras posteriores, sendo uma delas as *Etymologiae*, de Isidoro de Sevilha, já dos séculos VI-VII. O Livro XII, “De Animalibus”, das *Etimologias* de Isidoro foi de tal forma influente na história dos bestiários que McCulloch, na revisão das famílias de manuscritos do *Physiologus* e

1 Camila Seixas e Sousa, “O basilisco: dos bestiários ao Orto do Esposo” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2021).

2 Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Alc. 383, fols. 1-320v, <https://purl.pt/33147>.

3 Angélica Varandas, “A Idade Média e o Bestiário”, *Medievalista online*, ano 2, n.º 2, (2006), 41, <https://journals.openedition.org/medievalista/931>

dos bestiários⁴, organizadas por M. R. James (que, em 1928, publica em fac-símile o Bestiário de Cambridge (MS. li.4.26⁵), acrescentando um comentário e agrupando os manuscritos do *Physiologus* e dos bestiários em quatro famílias principais) acrescentou a sub-família B-Is. “Is” remete para Isidoro, uma vez que nestes manuscritos há matérias que são acrescentadas e que provêm das *Etimologias*.

Quanto às dificuldades a ultrapassar, até à data, os problemas respeitam essencialmente ao texto de *De proprietatibus rerum*. A inexistência de uma edição moderna da obra constitui um problema. Entre as traduções do texto, a mais conhecida será a de John Trevisa, feita no século XIV, para inglês. Dessa tradução, existe uma versão revista no século XVI por Stephen Batman, disponível online⁶, de difícil compreensão em algumas partes. Em 1975, a Oxford University Press publica a tradução de Trevisa em três volumes⁷. No entanto, essa tradução é de difícil acesso⁸. Já no século XXI, a editora Brepols publica em vários volumes alguns dos Livros de *De proprietatibus rerum*, com a transcrição do texto latino (o Volume I, de 2007, com a edição dos Livros I a IV; o Volume IV, também em 2007, com o Livro XVII; o Volume III, publicado em 2023, com os Livros VI, VIII e IX). Encontra-se ainda por publicar o Livro XVIII, *De animalibus in generali*, Livro que contém a matéria sobre os animais. A não existência de uma transcrição do texto do Alc. 383, a cópia alcobacense de *De proprietatibus rerum* de inícios do século XIV, constitui simultaneamente uma dificuldade e uma oportunidade: uma dificuldade, uma vez que facilitaria o nosso trabalho ter uma transcrição já feita; uma oportunidade, uma vez que nos permite editar, pela primeira vez, algumas partes deste texto.

Restando ainda por fazer algum estudo sobre o *Orto* e as suas fontes – apesar de o seu primeiro editor, Bertil Maler, ter dedicado o terceiro volume de 1964 à identificação de fontes do *Orto* (os dois primeiros volumes, correspondentes ao texto do *Orto*, são publicados em 1956, e em 1964 é publicado o terceiro volume: *Correcções dos vols. I e II, estudo das fontes e do estado da língua, glossário, lista dos livros citados e índice*

4 Florence McCulloch, “Medieval Latin and French Bestiaries”, *Studies in the romance languages and literatures*, number 33, (North Carolina: The University of North Carolina Press, 1962), 28.

5 M. R. James, *The Bestiary: Being a Reproduction in full of the Manuscript li.4.26 in the University Library, Cambridge*, (Oxford: Roxburghe Club, 1928).

6 *De proprietatibus rerum*. John Trevisa; Stephen Batman, trans. *Early English Books Online Text Creation Partnership*, quod.lib.umich.edu/e/eebo/A05237.0001.001/1:29.16?rgn=div2;view=fulltext.

7 M. C. Seymour (ed.), *On the Properties of Things: John Trevisa’s Translation of Bartholomaeus Anglicus, De Proprietatibus Rerum: A Critical Text*, (Oxford: Oxford University Press, 1975).

8 Até à data, não foi possível consultar esta edição de forma a verificar se inclui a transcrição do texto latino, o que facilitaria o processo de transcrição do texto de Alc. 383.

geral⁹), pretende-se aprofundar a relação entre a obra portuguesa e o manuscrito alcobacense 383. Assim, será feita a transcrição semidiplomática das passagens sobre o leão e a pantera, que serão cotejadas com o próprio *Orto*, comparando com os seus dois manuscritos. A correspondência entre este último e o manuscrito de Alcobaça do *De proprietatibus* permitirá também contribuir para a discussão sobre o perfil do autor do *Orto do Esposo*, avaliando a sua relação com o Mosteiro de Alcobaça, verificando o eventual uso do testemunho alcobacense do *De proprietatibus rerum*. Depois da transcrição semidiplomática, a tradução das passagens seleccionadas será feita.

De forma sumária, integra a lista de objectivos a realização das seguintes tarefas: a análise dos textos relativos ao leão e à pantera, no *Physiologus*; a análise das descrições e iluminuras dos animais escolhidos, numa selecção de bestiários ingleses; a análise das descrições destes animais em *Naturalis Historiae*, de Plínio, o Velho, e nas *Etymologiae*, de Isidoro de Sevilha, além do já mencionado *De proprietatibus*. Todos os textos seleccionados das fontes aqui enumeradas serão comparados com os textos correspondentes no *Orto do Esposo*. Esta comparação irá permitir situar esta última obra na tradição da simbologia animal vinda já da Antiguidade Clássica, possível apenas pela circulação e cópia dos manuscritos nos mosteiros da Idade Média. O que se pretende, de forma simplificada, é perceber como evoluiu a informação relativa à pantera e ao leão, passando pela selecção de obras relevantes na transmissão destas descrições e das suas interpretações simbólicas, e compreender de que forma o autor anónimo do *Orto do Esposo* inclui esta informação na sua obra. Seria ainda relevante fazer uma descrição codicológica do alcobacense 383 para determinar a funcionalidade do códice. No entanto, por imperativos de conservação, a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) não autoriza descrições codicológicas de manuscritos alcobacenses. Assim, será feita uma descrição do códice simplificada, baseada nas imagens digitalizadas, que permitem descrever alguns aspectos do estado de conservação, do suporte, da empaginação, da escrita e da decoração.

2. Cronologia e espaço

Cronologicamente, considerando todas as fontes que serão utilizadas, o trabalho de tese atentará em obras de vários séculos: começando no século I, com Plínio e com o *Physiologus*, e acabando no século XIV ou inícios do século XV, com o *Orto do Esposo*. No entanto, o período mais relevante será o dos séculos XIII a inícios do século XV, uma vez que os bestiários datam do século XIII, o manuscrito 383 de Alcobaça data de

9 Bertil Maler (ed.), *Orto do Esposo*, vol. III. *Correcções dos vols. I e II, estudo das fontes e do estado da língua, glossário, lista dos livros citados e índice geral*, (Stockholm: Almqvist & Wiksell, 1964).

inícios do século XIV, e o *Orto* data do século XIV/XV, e são estas as obras que merecem um estudo mais aprofundado, no contexto do trabalho em desenvolvimento. Espacialmente, é de particular interesse o contexto português, mais concretamente o do *scriptorium* de Alcobaça, onde duas das fontes terão sido produzidas: *Orto do Esposo* e Alc. 383. Importa ainda o contexto inglês, uma vez que os bestiários a estudar são de origem inglesa.

3. Enquadramento historiográfico

A proposta de tese parte de várias questões que foram suscitadas, em grande parte, pelos estudos desenvolvidos ao longo dos últimos dois séculos. Assim, será fundamental apresentar este enquadramento teórico em que o trabalho se alicerça, e as edições existentes dos dois textos principais, que são indispensáveis para o desenvolvimento deste trabalho. Quanto ao *Orto do Esposo*, a obra conhece a sua primeira edição crítica em 1956, pela mão do sueco Bertil Maler, em dois volumes, tal como referido anteriormente. O terceiro volume, publicado em 1964, intitulado *Correcções dos vols. I e II, estudo das fontes e do estado da língua, glossário, lista dos livros citados e índice geral*, é da máxima relevância para o estudo em desenvolvimento, uma vez que é neste volume que Maler sugere a possibilidade de o autor do *Orto* ter recolhido informação a partir da cópia alcobacense do *De proprietatibus*. A segunda edição crítica do *Orto* surge em 2008, feita por Hélder Godinho e Irene Freire Nunes, vindo tornar o texto do *Orto* acessível, uma vez que a edição de Maler se encontrava há muito esgotada no mercado.

Apresenta-se uma selecção de estudos que abordam os nossos termos-chave: animais; bestiários; *De proprietatibus rerum*; *Orto do Esposo*; e que são fundamentais para o desenvolvimento deste projecto. Todos os trabalhos de Mário Martins sobre o *Orto* e sobre os animais na literatura, desde 1948 (ano de publicação do primeiro artigo¹⁰ dedicado ao *Orto* feito pelo P.^e Mário Martins, um dos primeiros estudiosos da obra), são basilares. Destaca-se o artigo “A simbologia mística nos nossos bestiários”, em que o autor questiona: “liam-se os bestiários em Portugal?”¹¹, respondendo “Sem dúvida, pois havia, por exemplo, um, em Santa Cruz de Coimbra, num códice de pergaminho.”¹², referindo-se provavelmente ao *Livro das Aves*, que consta do Catálogo

10 Mário Martins, “À volta do «Horto do Esposo»”, *Estudos de Literatura Medieval*, (Braga: Livraria Cruz, [1948] 1956), 423-434.

11 Mário Martins, “A simbologia mística nos nossos bestiários”, *Estudos de Literatura Medieval*, (Braga, Livraria Cruz, 1956), 382.

12 *Idem*, 382.

de Santa Cruz de Coimbra¹³. Em 1968, Frederick Williams publica um “Breve Estudo do *Orto do Esposo* com um índice analítico dos «exemplos»”, em que sistematiza e classifica cada *exemplum* apresentado no *Orto* (distribuindo os *exempla* por categorias: hagiografia, lenda, fábula, por exemplo), e resume o conteúdo de cada um, mencionando, quando possível, a fonte de onde o *exemplum* provirá. No ano seguinte, Alan Deyermond publica uma revisão à edição de Maler, mas é o seu artigo de 2006 o mais relevante e um dos principais impulsionadores do trabalho que temos desenvolvido: “The role of animals in the *Orto* has not received much attention, and the present article is intended to remedy that omission”¹⁴, escreve. Depois de compreendermos de que forma é abordada a presença animal no *Orto* em estudos posteriores, importa-nos perceber de que modo é transformada a narrativa dos bestiários, passando pelo *De proprietatibus*, para se enquadrar dentro dos propósitos da obra portuguesa: ensinar, moralizar, guiar. Deyermond recorre a Maler para identificar o *De proprietatibus* como uma das fontes, acrescentando: “(...) the *Orto*’s account derives ultimately from the bestiary (...) even though this is mediated through *De proprietatibus rerum*.”¹⁵. Antevemos que, chegando a esta fase do trabalho com a edição semidiplomática e a tradução dos textos já feita, o estabelecer de relações entre o *Orto*, os bestiários e o *De proprietatibus* se afigure mais claro e que nos possibilite hipóteses e/ou conclusões significativas. Do trabalho desenvolvido pela Professora Ana Paiva Morais, destaca-se o artigo “L’Animal comme exemple dans le *Horto do Esposo*: de l’exemplum à l’insertion exemplaire”¹⁶, em que a Professora analisa as modalidades da exemplaridade animal no *Orto*, destacando o *De proprietatibus* como principal fonte das matérias sobre animais a que o autor do *Orto* recorreu¹⁷. Da autoria da Professora Margarida Madureira, são vários os trabalhos dedicados ao *Orto* desde 1997¹⁸. Destaca-se o artigo “Letra e sentido: A «Retórica» Divina no *Orto do Esposo*”, publicado em 1999¹⁹, em que a Professora aborda a questão do nome, do signo, das

13 Aires Augusto Nascimento, José Francisco Meirinhos, *Catálogo dos códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca pública municipal do Porto*, (Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997), 34.

14 Alan Deyermond, “The Bestiary Tradition in the *Orto do Esposo*”, *Medieval and Renaissance Spain and Portugal. Studies in honour of Arthur L.-F. Askins*, (Tamesis: MPG Books, 2006), 93.

15 *Idem*, 94.

16 Ana Paiva Morais, “L’Animal comme exemple dans le *Horto do Esposo*: de l’exemplum à l’insertion exemplaire”, *Actes du Colloque Typologie des Formes Narratives Brèves au Moyen Age*, dir. Bernard Darbord (Nanterre: Presses Universitaires de Paris Ouest, 2010), 85-98.

17 Cf. *Ibidem*, 87.

18 Ano de publicação do artigo “Género e significação segundo o *Orto do Esposo*”, no livro *O Género do Texto Medieval*, coordenado por Margarida Madureira e Cristina Almeida Ribeiro (Lisboa: Edições Cosmos), 249-255.

19 *Actes del VII Congrès de l’Associació Hispànica de Literatura Medieval*, vol. 2, (Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I), 375-83.

várias abordagens ao problema da linguagem humana ser inapta para nomear as coisas de Deus. Pedro Chambel, em “As alegorias animais do corpo no *Horto do Esposo*”²⁰, demonstra a importância das figuras animais para o autor do *Orto*, que as usa para estabelecer analogias com a vida humana. O volume *Animalia. Presença e Representações*, coordenado por Miguel Alarcão, Luís Krus e Maria Adelaide Miranda, publicado em 2002, reúne artigos “em torno de uma problemática ainda pouco abordada e desenvolvida no panorama actual dos estudos medievais portugueses”²¹, isto é, a relação entre humanos e animais na Idade Média, e a representação dessa interacção. De destacar todas as publicações de Cristina Sobral sobre o *Orto*, em particular a atenta leitura à última edição da obra portuguesa²², ou um dos seus mais recentes artigos, “Exemplo de vida: um Édipo cristão no *Orto do Esposo*”²³, que demonstra, entre outros aspectos, a estreita relação entre os textos da Antiguidade e os textos medievais.

Quanto ao tema dos bestiários, os trabalhos de organização dos manuscritos em famílias, feito por M. R. James em 1928, e revisto por Florence McCulloch em 1962, a que se fez referência no primeiro ponto deste artigo, são basilares. Importante ponto de partida é também a obra de Charbonneau-Lassay, *Le Bestiaire du Christ*²⁴, reunindo um conjunto de *bestiae* que atravessam os tempos da Antiguidade e da Idade Média enquanto símbolos de Cristo — tanto a pantera como o leão integram este conjunto. O volume *Beasts and Birds of the Middle Ages. The Bestiary and Its Legacy*, editado por Willene B. Clark e Meredith T. McMunn²⁵, reúne um conjunto de artigos sobre bestiários e a simbologia animal presente em vários textos, fazendo um ponto de situação do estado do campo em 1989. Também fundamental é o estudo de Ron Baxter, *Bestiaries and their Users in the Middle Ages*²⁶, publicado em 1998. Partindo do *Physiologus*, Baxter analisa a estrutura e os conteúdos dos bestiários latinos, apresentando um importante contexto espacial e temporal da produção e do consumo deste género

20 Pedro Chambel, “As alegorias animais do corpo no Horto do Esposo”, *O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval*, (Lisboa: Edições Colibri, 2005), 329-337.

21 Miguel Alarcão; Luís Krus; Maria Adelaide Miranda (coords.), *Animalia. Presença e Representações*, (Lisboa: Edições Colibri, 2002), 7.

22 Cristina Sobral, revisão a *Horto do Esposo*, edição de Irene Freire Nunes e coordenação de Helder Godinho. (*Colóquio Letras*, 19 Set. 2008).

23 Cristina Sobral, “Exemplo de vida: um Édipo cristão no *Orto do Esposo*”, *Forma de Vida* 22 (2021): <https://formadevida.org/csobralfdv22>.

24 L. Charbonneau-Lassay, *El Bestiario de Cristo – El simbolismo animal en la Antigüedad y la Edad Media*. Francesc Gutiérrez (trad.), Volumen I, (Palma de Maiorca: Sophia Perennis, [1940] 1997).

25 Willene B Clark; Meredith T McMunn, *Beasts and Birds of the Middle Ages. The Bestiary and Its Legacy*, (Philadelphia: University Of Pennsylvania Press, 1989).

26 Ronald Baxter, *Bestiaries and their Users in the Middle Ages*, (Gloucestershire: Sutton Publishing Ltd., 1998).

medieval. Dos vários contributos de Debra Hassig destaca-se o volume *Medieval Bestiaries: Text, Image, Ideology*²⁷, publicado em 1995, em que é feita uma análise comparativa das imagens e dos textos que as acompanham, através de uma abordagem semiótica, numa amostra de vinte e oito manuscritos ingleses. Este volume inclui um capítulo sobre a pantera, “The true panther”, que aborda as diferentes versões do texto sobre este animal, desde a “versão Clássica” – de autores como Plínio ou Aristóteles, à versão dos bestiários – a da “Verdadeira Pantera”, que é Cristo, tal como aparece escrito nos bestiários: “dominus noster Iesus Christus verus pantera”²⁸ (Nosso Senhor Jesus Cristo, a verdadeira pantera). Fundamental é todo o trabalho de Angélica Varandas sobre o tema do bestiário, em particular o artigo “A Idade Média e o Bestiário”²⁹, que, ao situar o bestiário no contexto de produção monástica, permite entender as diversas ramificações deste “texto híbrido”³⁰ que é o Livro das Bestas. É inteiramente dedicado ao tema do Bestiário o número 29 da revista *Medievalista*³¹, publicado em 2021. Este *dossier* monográfico sobre “O Bestiário Medieval” destaca o artigo de Rémy Cordonnier, “Le Bestiarium et la renaissance du 12e siècle”³², que propõe e explicita a ligação entre o modo de pensar, *lato sensu*, do século XII, e da representação da natureza e das Criaturas. De mencionar ainda o artigo “Producing the Bestiary”³³, da autoria de Ilya Dines, em que a relação entre texto e imagem nos bestiários é explorada, não só nos casos em que a iluminura ilustra algum dos aspectos mencionados no texto, mas também nos casos (pouco frequentes) em que a imagem e o texto diferem em alguns pormenores. O volume *Bestiaires médiévaux. Nouvelles perspectives sur les manuscrits et les traditions textuelles*, editado por Baudouin Van den Abeele e publicado em 2005, conta com um artigo do editor, “Quinze années de

27 Debra Hassig, *Medieval Bestiaries: Text, Image, Ideology*, (New York: Cambridge University Press, 1995).

28 *Bestiário de Aberdeen* (Aberdeen University Library, MS 24), fl. 9r, University of Aberdeen (séc. XIII). abdn.ac.uk/bestiary/.

29 Angélica Varandas, “A Idade Média e o Bestiário”, *Medievalista online*, ano 2, n.º 2, (2006), 1-53, <https://journals.openedition.org/medievalista/931>

30 *Idem*, 22.

31 Adelaide Miranda e Pedro Chambel, «Apresentação», *Medievalista* [Online], 29, (2021), <http://journals.openedition.org/medievalista/3847>

32 Rémy Cordonnier, “Le Bestiarium et la renaissance du 12e siècle”, *Medievalista* [Online], 29, (2021), <https://doi.org/10.4000/medievalista.3856>

33 Ilya Dines, “Producing the Bestiary”, *Medievalista* [Online], 29, (2021), <https://doi.org/10.4000/medievalista.3867>

bibliographie sur les bestiaires médiévaux”³⁴, apresentando uma lista de referências bibliográficas fundamentais para o investigador deste género medieval.

Sob a forma de dissertação de mestrado e de tese de doutoramento, são alguns os trabalhos dedicados ao tema da simbologia animal, ao *Orto do Esposo* e aos bestiários. De destacar as dissertações de mestrado de Paula de Jesus Baptista, “A simbologia do Paraíso no *Orto do Esposo*”³⁵, e a de Paulo Cardoso Pereira, “O *Orto do Esposo* e a Construção da Autoridade no *Exemplum Medieval*”³⁶, ambas de 1996. Mais recente, de 2013, a tese de doutoramento de Marisa das Neves Henriques, “A caminho de uma espiritualidade laica: Ciência, Filosofia e Teologia no *Orto do Esposo* (tensões histórico-filosóficas e semânticas)”³⁷, onde se lê: “Não admira que, pela sua riqueza temática a nível alegórico e simbólico, vários estudiosos tenham analisado o impacto dos bestiários medievais na construção discursiva do OE (...)”³⁸, estando aqui evidenciada a relação entre os textos. Também de 2013, a dissertação de mestrado de Marcelo Cardoso Amato, sobre “Os simbolismos dos animais com chifres em bestiários ingleses”³⁹, aborda directamente a questão da pantera nos bestiários, a propósito dos animais com chifres que surgem, regra geral, associados à pantera nas iluminuras.

Sobre Bartolomeu Ânglico e o *De proprietatibus rerum*, destaca-se o artigo de 1920, “Bartholomaeus Anglicus and His Encyclopaedia”, de Boyar. Importante estado da arte do início do século XX, este artigo contribui ainda, entre outros assuntos, com a explicação do erro iniciado no século XVI⁴⁰: confundir Bartholomaeus Anglicus com Bartholomaeus de Glanville, também frade franciscano, mas do século XIV. Em “The Concept of Nature in Bartholomaeus Anglicus”⁴¹, artigo de 1980, D. C. Greetham

34 Baudouin Van den Abeele, “Quinze années de bibliographie sur les bestiaires médiévaux”, *Bestiaires médiévaux. Nouvelles perspectives sur les manuscrits et les traditions textuelles*, (Louvain-la-Neuve: Institut d’études médiévales, 2005), 265-282.

35 Paula de Jesus Baptista, “A simbologia do Paraíso no *Orto do Esposo*” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996).

36 Paulo Alexandre Cardoso Pereira, “O *Orto do Esposo* e a Construção da Autoridade no *Exemplum Medieval*”, (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996).

37 Marisa das Neves Henriques, “A caminho de uma espiritualidade laica: Ciência, Filosofia e Teologia no *Orto do Esposo* (tensões histórico-filosóficas e semânticas)”, (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013).

38 *Idem*, 7.

39 Marcelo Cardoso Amato, *Os simbolismos dos animais com chifres em bestiários ingleses* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2018).

40 Cf. Gerald. E. Se Boyar, “Bartholomaeus Anglicus and His Encyclopaedia”, *The Journal of English and Germanic Philology* 19, no. 2 (1920), 169, <http://www.jstor.org/stable/27700997>.

41 D. C. Greetham, “The Concept of Nature in Bartholomaeus Anglicus (FL. 1230)”, *Journal of the History of Ideas* 41 (4): 663, (1980), <https://doi.org/10.2307/2709279>

percorre alguns dos capítulos do *De proprietatibus*, “from God down to rocks”⁴², ligando a noção de natureza ali expressa à já estabelecida por *auctoritates* como Plínio ou Isidoro, não deixando de realçar os pontos em que a obra de Bartolomeu parece afastar-se destas⁴³. Dos vários artigos publicados sobre as traduções da obra, é de particular interesse o de Herrero⁴⁴, que apresenta duas breves descrições sobre as versões castelhanas: uma tradução de Frei Vicente de Burgos, e uma tradução anónima, com alguns fólios em falta⁴⁵. De mencionar, novamente, o nome de Baudouin Van den Abeele, em particular a sua introdução ao Volume I da edição do texto latino de *De proprietatibus*⁴⁶, abordando vários tópicos importantes: a informação sobre a vida e obra do autor; a contextualização do texto no campo das enciclopédias medievais; a referência a algumas das traduções e das edições antigas da obra (as consideradas de maior importância); a apresentação de um breve estudo sobre a tradição manuscrita latina da obra e a sua circulação, terminando com a explicação dos critérios de selecção de manuscritos para a edição latina em questão. Do mesmo ano, a publicação de Elizabeth Keen, *The Journey of a Book. Bartholomew the Englishman and the Properties of Things*⁴⁷, sobre a circulação da obra, através das traduções e cópias consideradas mais relevantes, mas também sobre alguns aspectos da vida do autor e do contexto em que viveu e escreveu a obra, por exemplo. O volume publicado em 2014, *Encyclopédie médiévale et langues européennes. Réception et diffusion du “De proprietatibus rerum” de Barthélemy l’Anglais dans les langues vernaculaires*⁴⁸, incluindo estudos sobre a tradução francesa de Jean Corbechon, sobre a tradução da obra para línguas europeias como espanhol ou italiano, ou sobre a recepção destas traduções, por exemplo, faz desta colectânea parte da nossa bibliografia fundamental.

42 *Ibidem*, 665.

43 *Ibidem*, 673.

44 María Nieves Sánchez González de Herrero, “De Proprietatibus Rerum”, *Cahiers de recherches médiévales* 16 (2008), 349-366.

45 *Ibidem*, 351.

46 B. van den Abeele, “Introduction générale”, in *De proprietatibus rerum*, ed. H. Meyer, M.W. Twomey, B. Roling, R. J. Long, B. van den Abeele, *Volume I: Introduction générale, Prohemium, et Libri I-IV* (Turnhout: Brepols, 2007), 3-34.

47 Elizabeth Keen, *The Journey of a Book. Bartholomew the Englishman and the Properties of Things*, (Australia, ANU E Press, 2007).

48 Joëlle Ducos, *Encyclopédie médiévale et langues européennes. Réception et diffusion du “De proprietatibus rerum” de Barthélemy l’Anglais dans les langues vernaculaires. Textes réunis et édités par Joëlle Ducos*, (Paris: Honoré Champion, 2014).

4. Fontes

A obra portuguesa *Orto do Esposo*, escrita entre 1383 e 1417, é uma obra de autor anónimo, um monge, que escreve a pedido de uma sua irmã “e companheira da casa divinal e humanal”⁴⁹, uma monja, “uũ livro dos fectos antigos e das façanhas dos nobres barões e das cousas maravilhosas do mundo e das propiedades das animalias”⁵⁰. Desta obra conhecemos hoje cinco testemunhos, dos quais apenas dois são integrais⁵¹. Os testemunhos integrais são os manuscritos alcobacenses CCLXXIII/198, fólhos 1r-155r (BITAGAP cnum 1486), manuscrito A, e CCLXXIV/212, fólhos 81r-251v (BITAGAP cnum 1481), manuscrito B⁵². Tanto a edição de Maler, de 1956, como a edição de Hélder Godinho e Irene Freire Nunes, de 2008, se baseiam nos manuscritos A e B. Os manuscritos C, D e E são os fragmentários BITAGAP cnum 19618, cnum 19616 e cnum 19211. O testemunho D (BITAGAP cnum 19616) resulta da transferência de tinta de uma tira de pergaminho usada como reforço de encadernação de um livro notarial do séc. XVI e pode ler-se hoje apesar de o fragmento ter desaparecido.

Quanto à obra de Bartolomeu Ânglico, *De proprietatibus rerum*, abordou-se já no primeiro ponto, a propósito de dificuldades a ultrapassar, a falta de uma edição moderna do texto. Assim, será feita a transcrição semidiplomática e posterior tradução das secções pertinentes do Alc. 383, as quais integram o Livro XVIII da obra. A tradução será confrontada com a tradução inglesa de Trevisa. *De proprietatibus rerum*, é uma enciclopédia sobre as coisas do mundo, dividida em dezanove Livros (ou capítulos). Surge temporalmente próxima de outras grandes obras de carácter enciclopédico, como *Speculum Maius*, de Vincent de Beauvais (século XIII), ou *De naturis rerum*, de Alexander Neckam (séculos XII – XIII), e foi bastante divulgada no mundo medieval. Herdeira da filosofia neoplatónica, foi extremamente influenciada por uma obra em particular, que integra o conjunto de fontes secundárias que estudaremos: as *Etimologias*, de Isidoro de Sevilha (séculos VI-VII). Este compêndio sobre as matérias do mundo, dividido em vinte Livros, trata de assuntos como a medicina (Liber IV: *De Medicina*), o divino e as matérias celestes (Liber VII: *De Deo, angelis et sanctis*), ou os animais (Liber XII: *De animalibus*). Estes temas estarão presentes em muitas outras enciclopédias medievais, incluindo na de Bartolomeu. Os objectivos da obra de Bartolomeu podem resumir-se aos seguintes: transmitir a Palavra e os

49 Hélder Godinho (coord.), Irene Freire Nunes (ed.), *Horto do Esposo* (Lisboa: Colibri, 2008), 4.

50 *Ibidem*.

51 Cf. Arthur L-F. Askins (dir.), *BITAGAP* (Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses), The Bancroft Library, (Berkeley: University of California, 1997).

52 Ambos se encontram digitalizados e podem ser consultados na BNDigital: <https://purl.pt/24118> e <https://purl.pt/24119>

ensinamentos divinos; a disciplina e a obediência às ordens superiores; a adoração da natureza⁵³ como forma de adoração do divino. Os dezanove Livros de *De proprietatibus* estão ordenados do imaterial para o material: os Livros I a III tratam de Deus, dos anjos e da alma (sendo o primeiro dedicado a Deus, tal como os Bestiários, por exemplo, iniciam os seus fólhos com a imagem do Criador), e os Livros seguintes tratam do corpo humano às coisas do mundo. A partir do Livro VIII, o domínio do macrocosmos é ordenado com base nos quatro elementos⁵⁴: fogo (*Liber X: De materia et forma*); ar (*Liber XI: De aere, Liber XII: De auibus*); água (*Liber XIII: De aqua*); terra (*Liber XIV: De terra*), incluindo neste último elemento os quatro livros seguintes, que tratam não só das regiões do globo, como das pedras, plantas e animais terrestres.

O Bestiário MS. Bodley 764 encontra-se digitalizado e disponível na *Bodleian Library*⁵⁵, havendo ainda uma tradução do texto feita por Richard Barber, publicada em 1992⁵⁶. Obra composta por volta de 1240-60⁵⁷, é considerada, a par de outros bestiários (como o de Aberdeen – MS. 24, ou o Harley 4751, seu manuscrito-irmão), uma das obras-primas da iluminura feita em Inglaterra⁵⁸. Este bestiário destaca-se ainda por outro motivo: dos vinte e um bestiários ingleses considerados por Baxter em “Table 18. Localized English Bestiaries”⁵⁹, é o único que não foi associado a uma ordem religiosa, mas a uso secular. O que sustenta esta inferência é a presença de vários brasões⁶⁰ no fólio 12r, com o brasão de Roger de Monhaut em destaque⁶¹. Da obra de Plínio, *Naturalis Historiae*, é utilizada a versão do texto latino disponibilizada na *Perseus Digital*

53 Elizabeth Keen, *The Journey of a Book. Bartholomew the Englishman and the Properties of Things*, (Australia, ANU E Press, 2007), 32.

54 B. van den Abeele, “Introduction générale”, in *De proprietatibus rerum*, ed. H. Meyer, M.W. Twomey, B. Roling, R. J. Long, B. van den Abeele, *Volume I: Introduction générale, Prohemium, et Libri I-IV* (Turnhout: Brepols, 2007), 5.

55 *Bodleian Library MS. Bodl. 764*, Digital Bodleian, <https://digital.bodleian.ox.ac.uk/objects/e6ad6426-6ff5-4c33-a078-ca518b36ca49/surfaces/6fde525f-c745-4969-b203-1710bdfef761/>

56 Richard Barber, *Bestiary: Being an English Version of the Bodleian Library, Oxford M. S. Bodley 764*, (Woodbridge: The Boydell Press, 1992).

57 Esta estimativa é apresentada por Baxter em “Dating of surviving bestiaries”, “(Table 17)”, *Bestiaries and their Users in the Middle Ages* (Gloucestershire: Sutton Publishing Ltd., 1998), 147-148.

58 Angélica Varandas, “A Idade Média e o Bestiário”, *Medievalista online*, ano 2, n.º 2, (2006), 1-53, <http://journals.openedition.org/medievalista/931>

59 Ronald Baxter, *Bestiaries and their Users in the Middle Ages* (Gloucestershire: Sutton Publishing Ltd., 1998), 150-151.

60 Para um desenvolvimento mais aprofundado da questão, consultar: Ronald Baxter, “A Baronial Bestiary: Heraldic Evidence for the Patronage of MS Bodley 764.” *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 50 (1987): 196–200.

61 Ronald Baxter, *Bestiaries and their Users in the Middle Ages* (Gloucestershire: Sutton Publishing Ltd., 1998), 160.

Library, de 1906⁶². Particularmente relevante no âmbito deste trabalho é o Livro VIII, sobre os animais terrestres: os elefantes, as panteras, os leões, as serpentes ou os cães, por exemplo. Do *Physiologus*, consulta-se a tradução de Michael J. Curley⁶³, baseada nas edições do texto latino feitas por Francis Carmody⁶⁴, de forma a colmatar a falta de acesso a estas últimas, até à data. Das *Etymologiae* de Isidoro de Sevilha é consultada a edição do texto latino publicada em 1911 pela Oxford University Press⁶⁵. Como já mencionado no primeiro ponto, são consideradas passagens do Livro XII, “De Animalibvs”. Os passos sobre o leão e a pantera integram o ponto II – *De bestiis*, onde se incluem os animais que demonstram a sua agressividade com as garras ou com a boca⁶⁶. Da obra aristotélica comumente conhecida como *História dos Animais*⁶⁷, é consultada a tradução de Maria de Fátima Sousa e Silva, publicada em cinco tomos, entre 2006 e 2021. As referências directas à pantera, em particular (na edição em causa traduzida como “leopardo”, *πάρδαλις*, “párdalis”), encontram-se essencialmente no Livro VIII, Livro esse que integra a terceira e última parte da divisão temática enunciada por Sousa e Silva, na introdução geral da obra: “(...) mesmo se se lhe reconhecer quebras ou desajustes, não se pode negar a existência de um plano estruturante, que comporta, no essencial, três grandes componentes: uma anatomia comparativa dos animais (I-IV), a variedade do processo reprodutivo (V-VII) e os hábitos e tipos de vida das diferentes espécies (VIII-IX).”⁶⁸. É nesta compilação de descrições dos hábitos e condições de vida dos vários animais que se menciona, entre outros detalhes, que o leopardo “(...) quando percebe que os outros animais selvagens lhe apreciam o cheiro, se esconde para os caçar”⁶⁹, sendo esta informação

62 Pliny the Elder, *Naturalis Historia*, Karl Friedrich Theodor Mayhoff (ed), (Lipsiae: Teubner, 1906), <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.02.0138>

63 Michael J. Curley, *Physiologus – A Medieval Book of Nature Lore*, (Chicago: University of Chicago Press, 1979).

64 *Physiologus Latinus. Éditions préliminaires, versio B*, ed. Francis Carmody (Paris: Librairie E. Droz, 1939); Francis Carmody, “Physiologus Latinus, versio Y,” *The University of California Publications in Classical Philology*, no. 12 (1941), 95-134.

65 Isidori Hispalensis Episcopi, W. M. Lindsay (ed.), *Etymologiarum*, Tomvs I, Lib. XII.

66 *Ibidem*.

67 Pode ler-se numa nota introdutória da tradução citada: “(...) o título original do tratado – *Ton perita zoa historion* – melhor equivaleria a uma tradução de *Investigação sobre os Animais* do que àquele que o consagrou de *História dos Animais*, que disfarça a referência fundamental a um processo de pesquisa que lhe está subjacente.” Maria de Fátima Sousa e Silva, “Introdução”, *História dos Animais*, Livros I-VI, Volume IV, Tomo I (Lisboa: INCM – Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006), 14.

68 Maria de Fátima Sousa e Silva, “Introdução”, *História dos Animais*, Livros I-VI, Volume IV, Tomo I (Lisboa: INCM – Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006), 38.

69 Aristóteles, *História dos Animais*. Maria de Fátima Sousa e Silva (trad.), Livros I-VI, Volume IV, Tomo I, (Lisboa: INCM – Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006), Livro VIII, 612a.

posteriormente copiada por autores como Plínio, e adaptada, como veremos, nas obras medievais.

5. Metodologia

Num primeiro momento, foram reunidas todas as passagens sobre a pantera e o leão nas diversas fontes: *Physiologus*; *Naturalis Historiae*, de Plínio; *Etymologiae*, de Isidoro de Sevilha; bestiários ingleses seleccionados; *Orto do Esposo*; e *De proprietatibus rerum*, de Bartolomeu Ânglico. No caso de bestiários, as iluminuras foram igualmente reunidas. Paralelamente, os conhecimentos de paleografia e latim foram aprofundados. Já num segundo momento, inicia-se a transcrição semidiplomática dos textos correspondentes no manuscrito 383 de Alcobaça e, num terceiro momento, inicia-se a sua tradução para português. Por fim, todos os textos e as iluminuras seleccionados serão comparados, procurando estabelecer relações de continuidade e de ruptura entre as temáticas abordadas. Esta comparação permitirá situar o *Orto* na tradição da simbologia animal, e perceber de que forma se aproxima e/ou se afasta dessa mesma tradição.

6. Estrutura provisória do trabalho final

1. Abordagem introdutória

- 1.1. Primeiras notas
- 1.2. Estado da Arte
- 1.3. Explicação metodológica

2. Os textos

- 2.1. *De proprietatibus rerum*: contextualização histórica e notas introdutórias
 - a) O manuscrito Alcobacense 383
 - b) Caracterização material do códice
 - c) Transcrição e tradução das passagens sobre a pantera e o leão
- 2.2. O *Orto do Esposo*: contextualização histórica e notas introdutórias
 - a) Dos bestiários ao *Orto do Esposo*

3. Estudo comparativo: simbologias da pantera e do leão

- 3.1. O saber enciclopédico e o saber moralizante
- 3.2. Vectores de análise comparativa

4. Reflexão conclusiva

5. Referências bibliográficas

7. Conclusões provisórias

No que respeita ao manuscrito Alc. 383, as informações de que dispomos sobre a apreciação paleográfica desta cópia são as seguintes:

- a) a letra é gótica de meados do século XIV, segundo o Inventário dos Códices Alcobacenses⁷⁰;
- b) o catálogo *The Fundo Alcobaca of the Biblioteca Nacional*⁷¹ classifica a letra como “14c littera gothica rotunda media”, isto é, letra gótica redonda média do século XIV.

Partindo destas informações, o objectivo será precisar com mais detalhe, se possível, a data do manuscrito. A primeira etapa será perceber em que país foi o códice feito, começando por tentar associar o tipo de letra usada a uma região, com base no sistema de Liefertinck-Derolez⁷². As primeiras conclusões levam-nos a crer que o tipo de letra poderá ser gótica híbrida, estando a continuação desta parte da investigação em desenvolvimento.

Será também importante averiguar a presença do *De proprietatibus* em inventários de livrarias desaparecidas. Na procura de mais informações sobre o Alc. 383 no *Inventário dos Códices Iluminados até 1500*, apesar de a informação encontrada não ser diferente da já obtida noutros inventários, foi surpreendente encontrar uma outra cópia do *De proprietatibus rerum*, que, por razões não explicadas, não é mencionada nos estudos que foram até agora consultados. Trata-se do Manuscrito da Livraria 951, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, do século XIV. Este manuscrito foi já consultado presencialmente e, dessa primeira breve consulta, podemos destacar os seguintes pontos: o tipo de letra é bastante semelhante ao do Alc. 383, assim como a decoração filigranada e a utilização de cores (vermelho e azul); a ordenação dos Livros não corresponde exactamente à do Alc. 383 – o Livro XVII, em vez de ser o *De herbis et arboribus*, corresponde, no manuscrito 951, ao *De animalibus*, por exemplo; o texto sobre a pantera não parece, numa primeira leitura superficial, diferir do texto do Alc. 383. Estes pontos precisarão de ser desenvolvidos com maior rigor, e a colação entre o manuscrito 951 e o alcobacense, nos passos sobre os dois animais, impõe-se. Há ainda por realizar, além da transcrição do texto, a seguinte tarefa: partindo da

70 *Inventário dos Códices Alcobacenses*, Tomo V, (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1932).

71 Thomas L. Amos, *The Fundo Alcobaca of the Biblioteca Nacional*. (Lisbon, 1990).

72 Albert Derolez, *The palaeography of Gothic manuscript books: from the twelfth to the early sixteenth century*, (Cambridge: Cambridge University Press, 2003).

edição do texto latino⁷³, é necessário fazer a colação, nos dois códices, de três amostras de texto de três zonas diferentes, comparando as variantes, de forma a perceber se o manuscrito alcobacense segue alguma dessas variantes. Esta comparação por amostra é uma estratégia necessária pelo facto de não estar disponível a edição crítica do livro sobre os animais. Assim, pretende-se apurar qual a relação de parentesco do manuscrito alcobacense com famílias europeias usando amostras de outros livros, extrapolando depois as conclusões obtidas para o livro XVIII.

Apresenta-se seguidamente algumas notas introdutórias sobre a pantera, procurando demonstrar aquilo que, até à data, foi possível investigar. São comentadas algumas passagens das secções sobre a pantera em algumas das obras já mencionadas, e são propostos caminhos a desenvolver no trabalho futuro. Mencionou-se já no terceiro ponto, a propósito do enquadramento historiográfico, o capítulo “The true panther”⁷⁴, sobre o texto e as iluminuras da pantera numa selecção de bestiários. Neste capítulo, Hassig aborda o facto de a pantera nos textos da Antiguidade diferir da que nos é apresentada pela narrativa dos bestiários: “Aelian, Pliny, Solinus, and others uniformly report that the panther is a ferocious beast whose countenance is so ugly and terrible that he must hide it to avoid frightening other animals. Therefore, upon emitting his sweet fragrance, he crouches behind the bushes.”⁷⁵. Para os autores Clássicos, a pantera tem um rosto assustador que deve esconder, conseguindo atrair todos os animais quadrúpedes com o seu odor⁷⁶ para depois os caçar. Desta caracterização, a pantera medieval herda apenas alguns aspectos, como o acto de se esconder e de produzir um odor doce. Nas palavras de Hassig, “a considerable rewrite of the panther narrative was required to make this beast a believable symbol of Christ (...)”⁷⁷, e é como figura amistosa que Isidoro, por exemplo, no-la apresenta: “Panther dictus, siue quod omnium animalium sit amicus, excepto dracone”⁷⁸, isto é, chama-se pantera porque de todos os animais é amiga, excepto do dragão. O *De proprietatibus rerum* inicia a secção sobre a pantera de modo semelhante, parafraseando as *Etimologias*: “Pantera, como diz Isidoro, Livro XII, assim é chamada porque de todos os animais é

73 Bartholomaeus Anglicus, *De proprietatibus rerum*, H. Meyer, M.W. Twomey, B. Roling, R. J. Long, B. van den Abeele (eds.), Volume I: *Introduction générale, Prohemium, et Libri I-IV*, (Turnhout: Brepols, 2007).

74 Debra Hassig, “The true panther”, *Medieval Bestiaries: Text, Image, Ideology* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995), 156-166.

75 *Idem*, 157.

76 Cf. Pliny the Elder, *Naturalis Historia*, Karl Friedrich Theodor Mayhoff (ed), (Lipsiae: Teubner, 1906), VIII, 23, <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.02.0138>

77 Debra Hassig, “The true panther”, *Medieval Bestiaries: Text, Image, Ideology* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995), 157.

78 Isidori Hispalensis Episcopi, W. M. Lindsay (ed.), *Etymologiarvm*, Tomvs I, Lib. XII, i, ii.

amiga, excepto do dragão, que a odeia vigorosamente.”⁷⁹ A oposição da pantera ao dragão será algo a ter presente ao longo da nossa análise futura, uma vez que, como vimos já no terceiro ponto do presente artigo, a pantera nos bestiários é símbolo de Cristo, e o dragão, ou a serpente, é símbolo do diabo. Os dois animais encontram-se, tanto no texto como nas iluminuras dos bestiários, frequentemente em desarmonia. A iluminura da pantera no bestiário Bodley 764⁸⁰ não é excepção neste aspecto: a pantera, o animal com maior diversidade de cores e maior tamanho, ocupando a quase totalidade do espaço da iluminura, contrasta com o dragão, serpente diminuída no canto inferior direito, com a sua cauda enrolada – este último aspecto parece provir da imagética medieval inglesa associada ao dragão do Apocalipse⁸¹ –, que se esconde debaixo da terra, com pavor. Também discordante é o dragão em relação aos restantes animais: oito bestas agrupam-se para adorar e seguir o odor que a pantera produz, enquanto o dragão procura ocultar-se. Para McCulloch, são os animais envolventes que permitem identificar as imagens da pantera: “The miniatures of the panther are always recognizable, not because of the appearance of the principal animal, which varies from that of a dog to a horse, but because of the variety of animals clustered about it, and the serpent’s tail disappearing into a hole.”⁸². Ainda que o aspecto da pantera varie, a presença de um ou, frequentemente, várias das características que se têm descrito permite identificar a representação do animal: variedade de cores presente no corpo, sob a forma de manchas, pintas e/ou riscas; boca do animal aberta, por vezes com o hálito representado através de traços que saem desta, ou como um raio de luz; animais, geralmente quadrúpedes, que se agrupam perto da pantera; o dragão, geralmente serpente alada, que se esconde num buraco. Quanto a este último aspecto, o bestiário do manuscrito 10 B 25, hoje conservado em Haia, no Museu Meermann, apresenta uma curiosa excepção⁸³: o dragão não só não se esconde como se rende à pantera, assim como qualquer outro dos animais presentes nesta iluminura – todos, sem excepção, estão fixados na figura colorida. Seria interessante, em trabalho

79 “Pantera ut dicit Isidorus lib[ro] XII. Sic est dictus / siue quia omnium animaliu[m] est amicus excepto dracone quem ualde odit.” - Uma vez que a edição semidiplomática e a tradução das secções sobre o leão e a pantera do alcobacense 383 não estão concluídas, recorreremos ao texto latino de um incunábulo de 1482. A sua digitalização encontra-se disponível em: archive.org/details/101555734.nlm.nih.gov/page/n447/mode/1up

80 Ver Figura 1.

81 Debra Hassig, *Medieval Bestiaries: Text, Image, Ideology*, (New York: Cambridge University Press, 1995), 246.

82 Cf. Florence McCulloch, “Medieval Latin and French Bestiaries”, *Studies in the romance languages and literatures*, number 33, (North Carolina: The University of North Carolina Press, 1962), 150.

83 Ver Figura 2.

futuro, explorar estas exceções e analisar a relação texto e imagem em exemplos como este.

No *Orto*, a passagem sobre a pantera surge no Livro IV, Capítulo XXI, por entre reflexões sobre os odores das coisas naturais – das coisas do mundo, e sobre os odores das coisas sobrenaturais – das coisas espirituais. O Livro IV, o último e mais extenso Livro do *Orto*, concentra as reflexões sobre a vaidade das coisas humanas, de acordo com a divisão temática estabelecida pelo P^e. Mário Martins⁸⁴. É neste contexto que o autor do *Orto* avisa o leitor: “E por em tu, homem, nom cures dos odores das cousas corporaes, ca mais te compre de te deleitares e fartares dos odores dos sanctos. E quanto mais desprezares os odores naturaes, tanto mais crecerás e sobirás pera receberes os odores naturaes e sobrenaturaes.”⁸⁵. O caminho de ascese espiritual faz-se no desprezo pelos bons odores do que é corporal, do mundo, e na adoração dos odores que estão acima, os sobrenaturais. Destes últimos, o autor do *Orto* dá-nos vários exemplos nas pequenas narrativas que se seguem à introdução sobre os cheiros, a que brevemente nos referimos. Menciona o odor de santidade de São Maximiano⁸⁶ ou Santo Elói⁸⁷ que, apesar de “tanta avondança de odor mui blando”⁸⁸, não pode ser comparado ao da Virgem Maria, e menos ainda ao de Jesus Cristo⁸⁹. Lembra o monge que o homem deve seguir o bom odor de Cristo⁹⁰, “assi como fazem as animalias que seguem ãa besta que chamam pantera”⁹¹, podendo antever-se que, no “falamento” que o autor apresenta de seguida, a pantera é figura de Cristo. “Pantera é ãa animalia que tem a pele de muitas cores fremosas e esplandecentes, em tal guisa que parece toda chea de olhos.”⁹², assim se inicia a secção sobre este animal no *Orto*. Este início é inusitado em certa medida: não há nada na variedade de cores da pele da pantera que leve a que esta pareça estar coberta de olhos. O autor do *Orto* não incluiu no seu texto a referência às pintas na pele da pantera, que simulam pequenos olhos, referência que está presente nas obras de Plínio, Isidoro ou Bartolomeu Ânglico. Depois de comer, a pantera esconde-se dentro de uma cova, onde dorme durante três dias⁹³. Quando acorda “(...) dá vozes e da sua boca sae ãu mui nobre odor, entanto que pelo seu boo

84 Mário Martins, “Um tratado medievo-português do Nome de Jesus”, Sep. *Brotéria*, Vol. L (Porto, Tip. Porto Médico, 1950), 5.

85 Hélder Godinho (coord.), Irene Freire Nunes (ed.), *Horto do Esposo* (Lisboa: Colibri, 2008), 154.

86 *Ibidem*.

87 *Idem*, 155.

88 *Idem*, 154-155.

89 *Idem*, 155.

90 *Idem*, 156.

91 *Ibidem*.

92 *Ibidem*.

93 *Ibidem*.

odor se juntam a ela todas as animalias”⁹⁴. À semelhança do *Physiologus* ou do texto do bestiário Bodley 764, o autor do *Orto do Esposo* refere que o dragão, ao ouvir a voz da pantera, “foge com espanto e mete-se em na caverna da terra e nom pode sofrer o odor dela, mas fica tolheito com ele ca ele tem por peçonha aquele boo odor da pantera.”⁹⁵. Neste Capítulo XXI, em que as palavras do profeta Isaías são várias vezes citadas⁹⁶, recorde-se a seguinte passagem bíblica: “Refugiiai-vos na caverna dos rochedos e nos antros da terra, para escapardes à vista terrível do Senhor, ao esplendor da sua majestade, quando Ele se levantar para abalar a terra.”⁹⁷. O Senhor fará estremecer a terra, acabará com a soberba e a arrogância⁹⁸ e o povo de Israel Dele deve refugiar-se⁹⁹. Também a pantera com a sua resplandecência afugenta o dragão, que se esconde debaixo da terra para evitar a Palavra e o bom odor de Cristo: “(...) o diaboo que é dragom mui cruel e os seus semelhantes fogem do odor de Jhesu Christo e o desamom, mais as almas fiees o amam e correm depos ele e o seguem”¹⁰⁰. O autor do *Orto* termina este Capítulo retomando o tema expresso inicialmente: a renúncia aos odores das coisas do mundo e a elevação aos odores das coisas espirituais. Adverte o monge: “(...) nom se deve o homem gloriar por haver o sentido do cheiro são e forte nem os outros sintidos corporaes, pois que lhe som mais danosos que proveitosos e ha i tantos proveitos na perda deles.”¹⁰¹. O corpo e os seus sentidos devem ser desprezados para que a alma consiga aceder aos bens espirituais, sendo este um *topos* que vemos presente, de forma geral, na doutrina cristã. “Menosprezar a materialidade e a aparência em favor da entrega despojada a Deus, numa conquista de valores eternos que ultrapassam a vaidade, a beleza e o cuidado com o *carneum animae ergastulum* são regras basilares para a elevação espiritual”, lembra Marisa Henriques no seu artigo sobre “Os físicos e a medicina da alma no *Orto do Esposo*”¹⁰². O movimento ascético só é possível tendo por base uma negação, um desprezo pelo corpo, essa prisão da alma que conduz ao Inferno aqueles que o não menosprezam, e acabam num “vaso infernal

94 *Ibidem*.

95 *Ibidem*.

96 *Idem*, 154-155.

97 1 Is 2:19. Segue-se a edição da *Nova Bíblia dos Capuchinhos*, (Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica, 1999).

98 1 Is 2:11, 2:17.

99 1 Is 2:10.

100 Hélder Godinho (coord.), Irene Freire Nunes (ed.), *Horto do Esposo* (Lisboa: Colibri, 2008), 157.

101 *Idem*, 158.

102 Marisa das Neves Henriques, “Os físicos e a medicina da alma no *Orto do Esposo*”, *Medievalista* [Online], 15 (2014).

<https://doi.org/10.4000/medievalista.275>.

cheo de fedor de exufre”¹⁰³, que se opõe aos odores “(...) de lílios e de rosas e de cinamomo e de balsamo e das outras cousas de boo odor”¹⁰⁴.

Será interessante notar que, se Michael Curley (tradutor da edição de Carmody do *Physiologus*¹⁰⁵) aponta como responsáveis pela difusão de histórias sobre animais – algumas com origem no *Physiologus*¹⁰⁶ – nomes como Isidoro de Sevilha, Pseudo-Hugo de São Vítor ou Alberto Magno¹⁰⁷, também o autor anónimo do *Orto* contribui para a divulgação das histórias do *Physiologus* (mesmo que mediadas por Bartolomeu Ânglico), a que se refere como um filósofo: “(...) segundo conta o filosofo que chamam Fisiolago”¹⁰⁸. Numa escala temporal, o *Physiologus* é a primeira das fontes seleccionadas a apresentar uma pantera cristológica, associando o aspecto variegado da pele do animal à diversidade da sabedoria e amor divinos¹⁰⁹, ou a descrição dos animais que seguem a sua voz doce à humanidade que segue Jesus Cristo, a verdadeira pantera¹¹⁰. Todas as citações bíblicas presentes na secção da pantera de Bodley 764 estão também no texto correspondente do *Physiologus*, o que indica a explícita influência do texto do *Physiologus* no bestiário. Aliás, uma vez que o tradutor da edição inglesa do bestiário Bodley 764 optou por traduzir “Phisiologus” por “Natural historians”, a frase sobre a inimizade da pantera e do leão surge da seguinte forma: “Natural historians say that his only enemy is the dragon”¹¹¹. No entanto, no texto original pode ler-se: “Phisiologus dicit de eo q[uonia]m inimicum habet solum draconem”¹¹², estando assim expressa a ligação directa ao *Physiologus*. A referência à pantera que acorda do sono ao terceiro dia é, das fontes que aqui se consideram, iniciada com o *Physiologus*: “If, however, he has eaten and is satisfied, he falls asleep immediately in his lair and arises from his sleep on the third day (like our Savior)”¹¹³. Esta referência está ausente das *Etimologias* de Isidoro, por exemplo, mas está presente

103 Hélder Godinho (coord.), Irene Freire Nunes (ed.), *Horto do Esposo* (Lisboa: Colibri, 2008), 154.

104 *Idem*, 155.

105 Michael J. Curley, *Physiologus – A Medieval Book of Nature Lore*, (Chicago: University of Chicago Press, 1979).

106 *Idem*, 30.

107 *Ibidem*.

108 Hélder Godinho (coord.), Irene Freire Nunes (ed.), *Horto do Esposo* (Lisboa: Colibri, 2008), 291.

109 Cf. Michael J. Curley, *Physiologus – A Medieval Book of Nature Lore*, (Chicago: University of Chicago Press, 1979), 42.

110 *Idem*, 42.

111 Richard Barber, *Bestiary: Being an English Version of the Bodleian Library, Oxford M. S. Bodley 764*, (Woodbridge: The Boydell Press, 1992), 30.

112 Digital Bodleian, MS. Bodl. 764, Bodleian Library, University of Oxford, <https://digital.bodleian.ox.ac.uk/objects/e6ad6426-6ff5-4c33-a078-ca518b36ca49/surfaces/b06d4b14-fd75-418f-8076-d3bce78f1bc1/>

113 Michael J. Curley, *Physiologus – A Medieval Book of Nature Lore*, (Chicago: University of Chicago Press, 1979), 42.

no texto de Bodley 764: “After three days he rouses himself from sleep”¹¹⁴, sendo depois recuperada numa comparação à ressurreição: “He falls asleep and rests in the grave, and descends to the underworld, where He chains the great dragon. On the third day He rises from sleep (...)”¹¹⁵, havendo ainda uma referência ao dragão, isto é, o diabo. Será proveitoso explorar estas relações de continuidade e de descontinuidade entre as diversas fontes: prevê-se que, uma vez que o trabalho de edição das secções de texto seleccionadas esteja concluído, o estabelecer de ligações se torne mais acessível.

8. Anexos



Figura 1 — A pantera emana o seu hálito doce para todos os animais. Só o dragão se esconde, com pavor, debaixo da terra. Bodleian Library MS. *Bodl.* 764. Pormenor de fl. 7v.

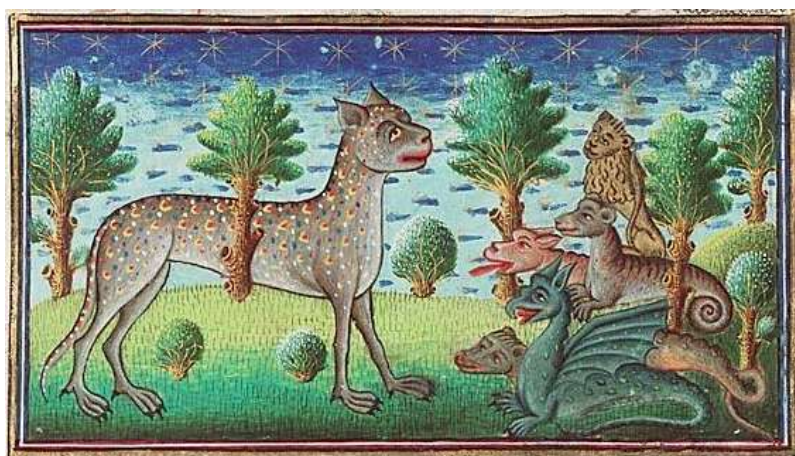


Figura 2 — A pantera atrai todos os animais, incluindo o dragão, a serpente alada. The Hague, RMMW, 10 B 25. Pormenor de fl. 3r. Koninklijke Bibliotheek, *National Library of the Netherlands*.

114 Richard Barber, *Bestiary: Being an English Version of the Bodleian Library, Oxford M. S. Bodley 764*, (Woodbridge: The Boydell Press, 1992), 30.

115 *Ibidem*, 31.

Este livro foi composto pelo Grupo Informal de História Medieval
em caracteres *Palatino Linotype*, inspirados no trabalho do
calígrafo e copista italiano Giambattista Palatino,
que trabalhou na Itália do século XVI.
Publicou-se no mês de Setembro
do ano de dois mil e
vinte e quatro.

